



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional

O DESTINO TURÍSTICO DE SANTO ANTÃO:

**Diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão com
ênfase na sustentabilidade**

FILIPPE JOÃO JÄHNEL MANDL

Mindeló, 2015

FILIPPE JOÃO JÄHNEL MANDL

**O DESTINO TURÍSTICO DE SANTO ANTÃO:
Diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão com
ênfase na sustentabilidade**

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do grau de Mestre em
Gestão do Desenvolvimento e Cooperação
Internacional, pela Universidade do
Mindelo, Cabo Verde.

Orientador: Doutor Juscelino Dias

Coorientador: Doutor Jacir Casagrande

Mindelo, 2015

Agradecimentos

Instituições de acolhimento:

Universidade do Mindelo

Universidade do Sul de Santa Catarina

Orientadores:

Doutor Juscelino Dias (Universidade do Mindelo)

Doutor Jacir Casagrande (Universidade do Sul de Santa Catarina)

Apoio direto:

Jeruiza Costa

Ademar Dutra

João Dias

Programa CAPES/AULP (Edital 33/2012)

Amigos:

Loide Costa

José Candeias (RCM)

Emanuel Vieira

Rui Costa (RCM)

Edério Graça

Participantes e colaboradores:

Alfred Mandl

Orlando Delgado

André

Pires Ferreira

Dr. António Aleixo

Sandra Pereira

Daniel Reyes

Virna Ramos

Lena

Orlando Costa

Mami Estrela

Noel

RESUMO

O turismo é uma atividade com potencial para gerar emprego, receitas e investimentos. Está intimamente ligado ao desenvolvimento e é um dos principais criadores de riqueza para muitos países em desenvolvimento, mas para isso, é necessária uma gestão estratégica e integrada guiada por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. O objetivo desta investigação é analisar o processo de gestão do destino turístico da ilha de Santo Antão e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da sua gestão com enfoque na sustentabilidade. Neste sentido, procedeu-se ao diagnóstico para a gestão sustentável do destino Santo Antão com base nas dimensões económicas, socioculturais e ambientais da sustentabilidade. Dada a natureza do problema e tendo em conta os objetivos definidos utilizou-se uma abordagem qualitativa sendo o estudo de caso realizado na ilha de Santo Antão, República de Cabo Verde. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas, análise documental e observação direta. Foram apresentadas propostas para a melhoria da gestão do destino Santo Antão com enfoque na sustentabilidade. O procedimento foi baseado na definição dos processos gerais, processos específicos e as inter-relações entre eles, o qual ao ser aplicado permitirá elevar o nível competitivo do destino turístico com um efeito favorável na comunidade local.

Palavras-chave: Turismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade, Dimensões da Sustentabilidade, Santo Antão.

ABSTRACT

Tourism is an economic activity which generates job posts, income and investments. It is closely linked to development and it contributes significantly to the creation of wealth in developing countries. However, in order for this to happen, a strategic management framed within the principle of sustainable development is required. The goal of this research is to analyse the management of the tourist destination of the island of Santo Antão and to suggest management improvements with a special focus on sustainability. In order to achieve this objective, an analysis of sustainability of management of the tourist destination of Santo Antão was carried out, taking into consideration the following dimensions: economic, socio-cultural, and environmental. Given the character of this research and its goals, this study is framed within the qualitative methodology. The case study was conducted on the island of Santo Antão, the Republic of Cape Verde. Interviews, direct observation and available literature were the main sources of the collected data. The study has suggested improvements in sustainable management of the tourist destination of Santo Antão. The procedure was based on the definition of general and specific processes and their inter-dependencies and which, when applied, will increase the competitiveness of the destination having also a beneficial impact on the local community.

Keywords: Tourism, Development, Sustainability, Dimensions of Sustainability, Santo Antão Island.

ÍNDICE

RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Contextualização do Tema	2
1.2. Problema de Pesquisa.....	2
1.3. Objetivos	3
1.3.1. Objetivo Geral	3
1.3.2. Objetivos Específicos	3
1.4. Justificativa.....	4
1.5. Área de Abrangência.....	5
1.6. Estrutura da Dissertação	6
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.1. Conceptualização do Turismo	8
2.2. Formas e Tipos de Turismo.....	10
2.3. Gestão dos Destinos Turísticos	14
2.3.1. Destino Turístico.....	14
2.3.2. Impactos do Turismo	14
2.3.3. Conta Satélite do Turismo	19
2.3.4. Gestão Estratégica em Turismo Sustentável.....	20
2.3.5. O Planeamento do Desenvolvimento Turístico e a Capacidade de Carga	25
2.4. O Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo	29
2.5. Desenvolvimento Sustentável do Turismo versus Turismo Sustentável.....	32
2.6. Turismo Sustentável.....	33
2.6.1. Desenvolvimento e Evolução do Conceito de Turismo Sustentável	34
2.6.2. Princípios para a Implementação do Turismo Sustentável	40
III. METODOLOGIA	43
3.1. Características da Pesquisa.....	44
3.2. Estratégia da Pesquisa	45
3.3. Objeto de Estudo	47
3.4. Métodos e Instrumentos de Recolha de Dados	48
3.5. Procedimentos de Análise de Dados	50

IV. DIAGNÓSTICO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO SANTO ANTÃO.....	53
4.1. Enquadramento do Turismo em Cabo Verde	54
4.2. A Imagem Turística de Cabo Verde.....	58
4.3. O Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo.....	61
4.2. Caracterização do Destino Turístico de Santo Antão	65
4.2.1. Enquadramento	65
4.2.2. Acesso	67
4.2.3. Infraestruturas.....	68
4.2.4. Procura Turística.....	70
4.2.5. Oferta Turística.....	73
4.2.6. Análise SWOT do Destino Turístico de Santo Antão	80
4.3. As Dimensões da Sustentabilidade.....	81
4.3.1. Dimensão Económica	81
4.3.2. Dimensão Sociocultural	97
4.3.3. Dimensão Ambiental	104
4.4. Aldeia Manga – Um Exemplo de Sustentabilidade.....	110
4.5. Impactos do Turismo em Santo Antão	112
4.6. Princípios para a Implementação do Turismo Sustentável em Santo Antão	114
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS.....	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Espaço de referência, Ilha de Santo Antão, Rep. de Cabo Verde	5
Figura 2 - Formas básicas de turismo	11
Figura 3 - Classificação da presente pesquisa	45
Figura 4 - Mapa Ilha de Santo Antão	47
Figura 5 - Total de passageiros de navios-cruzeiro de Cabo Verde 2008-2013	58
Figura 6 - Oferta de camas a nível nacional em % por ilhas	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Impactos do turismo	18
Tabela 2 - Abordagem bipolar do planeamento turístico	25
Tabela 3 - Classificação da pesquisa científica	44
Tabela 4 - Relação objetivos específicos e instrumento de recolha	48
Tabela 5 - Categoria pergunta/resposta das autoridades públicas	51
Tabela 6 - Categoria pergunta/resposta representantes de agências de viagens.....	51
Tabela 7 - Categoria pergunta/resposta líderes comunitários e empresários	52
Tabela 8 - Evolução dos dados de base de base sobre a hotelaria	56
Tabela 9 - Tipo de estabelecimentos por ilha.....	57
Tabela 10 - Turismo de cruzeiro em Cabo Verde 2013	58
Tabela 11 - Hóspedes por Ilha e país de residência (2014)	71
Tabela 12 - Dormidas por Ilha e país de residência habitual (2014).....	72
Tabela 13 - Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2014)	72
Tabela 14 - Análise SWOT do destino Santo Antão	80
Tabela 15 - Impactos do turismo no destino Santo Antão.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
CE	Comissão Europeia
CST	Conta Satélite do Turismo
CST-CV	Conta Satélite do Turismo de Cabo Verde
DGT	Direção Geral do Turismo
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INE-CV	Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde
ISTAC	Instituto Canário de Estatística
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PANA	Plano de Ação Nacional para o Ambiente
PE	Programas Estratégicos
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UV-C	Ultravioleta Light Type C
WTTC	World Travel & Tourism Council
ZDTI	Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral
ZTE	Zonas Turísticas Especiais

INTRODUÇÃO

Este capítulo é dedicado a apresentação e contextualização do objeto de estudo e do problema de pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos, a justificativa, limitações e área de abrangência do estudo.

1.1. Contextualização do Tema

Nas últimas décadas, o turismo tem registado um crescimento contínuo apostando na diversificação para se tornar um dos setores económicos do mundo com mais rápido crescimento. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. É um dos principais criadores de riqueza para muitos países em desenvolvimento (UNWTO, 2015).

Sendo uma indústria em rápido crescimento, deve ser gerido de forma sustentável para maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos sobre as comunidades locais, as suas economias e para o ambiente.

1.2. Problema de Pesquisa

“Cabo Verde, a promessa da África turística”, é o *slogan* para estimular o investimento estrangeiro como uma alternativa autêntica de desenvolvimento para o país. Isto tem facilitado que grupos turísticos, designadamente, *Fiesta, Riu Hotels & Resorts y Barceló Hotels & Resorts* tenham podido nos últimos anos implantar-se num dos destinos próximos da Europa mais estável politicamente e menos explorado pela indústria turística. Todavia, estas empresas estrangeiras investem não somente em infraestruturas, mas também as exploram com uma alta percentagem de importações, limitando o efeito multiplicador do crescimento das exportações do turismo sobre a economia (por exemplo, a influência da atividade turística para gerar procura adicional de bens e serviços, receitas e novas oportunidades de emprego).

O discurso político estabelece que a participação multissetorial é essencial para se alcançar um nível de desenvolvimento na ilha. Contudo, a prática do governo local como agente integrador tem mostrado a ausência de uma direção com estratégias de visão do futuro, políticas práticas, regulações e uma coordenação eficiente e integradora. O setor privado que é um ator essencial como parceiro, executor, cliente, promotor, catalisador financeiro e assessor só esteja interessado nos resultados individuais da sua gestão e lucro. Uma parte da própria população tem potencialidades para desenvolver muitas funções: produtores, fornecedores e trabalhadores; mais do que simples participantes carecem de uma formação cultural elementar para compreender e atuar responsavelmente perante as oportunidades que se oferecem. Toda esta situação se materializa nos seguintes aspetos:

- Baixo nível de utilização das potencialidades turísticas de Santo Antão;
- Baixo nível de integração dos atores locais;
- Baixo nível de participação da comunidade local no desenvolvimento turístico;
- Gestão não focalizada na sustentabilidade do produto turístico global;
- Deficiências na tomada de decisões locais;

A pesquisa bibliográfica põe em evidência a necessidade de uma gestão estratégica e integrada guiada por uma perspetiva de desenvolvimento sustentável que por sua vez é evidenciada pela crescente preocupação e tomada de consciência em relação as questões ambientais e a garantia das atividades económicas como forma de preservação da qualidade de vida das populações.

Neste sentido esta dissertação dará resposta a seguinte pergunta de partida:

Como está sendo desenvolvida a gestão do destino turístico de Santo Antão?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar o processo de gestão do destino turístico de Santo Antão e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da sua gestão com enfoque na sustentabilidade.

1.3.2. Objetivos Específicos

Tomando como espaço de referência para a pesquisa a ilha de Santo Antão, na República de Cabo Verde, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

- Fazer o levantamento dos planos e linhas estratégicas existentes para o destino turístico de Santo Antão;
- Caracterizar o destino turístico de Santo Antão;
- Identificar os projetos e investimentos existentes no domínio do turismo na ilha destacando aqueles com enfoque na sustentabilidade;
- Elencar as deficiências e os desafios que se colocam a nível da sustentabilidade do destino turístico de Santo Antão;
- Propor diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão do destino turístico sustentável.

1.4. Justificativa

A escolha do tema bem como sua área de abrangência prende-se principalmente com motivos de ordem pessoal e profissional.

O procedimento para o estudo do destino turístico com um enfoque de sustentabilidade a partir da definição dos processos gerais, processos específicos e as inter-relações entre eles, o qual ao ser aplicado permitirá elevar o nível competitivo do destino turístico com um efeito favorável na comunidade local;

Em termos económicos esta dissertação permitirá:

- Contribuir para uma procura turística sustentada;
- Incrementar o volume de turistas e excursionistas;
- Incrementar o nível de consumo do visitante, o volume de receitas geradas pela atividade turística, o tempo médio do visitante e sua fidelidade;
- Fomentar o aumento da qualidade dos bens e serviços oferecidos;
- Facilitar o investimento turístico nas comunidades, promovendo o desenvolvimento de novos negócios;
- Fomentar a parceria público-privada tanto em investimentos como na promoção e desenvolvimento da ilha;
- Criar e desenvolver novos elementos de oferta complementares;
- Promover os subsectores relacionados com o ócio e a recreação;
- Promover os mercados existentes e procurar novos mercados através da criação de uma estratégia comercial coerente e efetiva;
- Aumentar o bem-estar da população local, através da criação do emprego e rendimento resultante da atividade turística.

Considerando como premissa que o desenvolvimento do turismo é multissetorial e que sua viabilidade e sustentabilidade dependem da eficácia de outros setores, esta investigação contribuirá para impulsionar a estratégia desenvolvida pelo governo para a redução da pobreza na ilha de Santo Antão nas seguintes direções:

- Promover uma boa governação local, para propiciar um plano de desenvolvimento integral do turismo que reforça sua eficácia e considera a

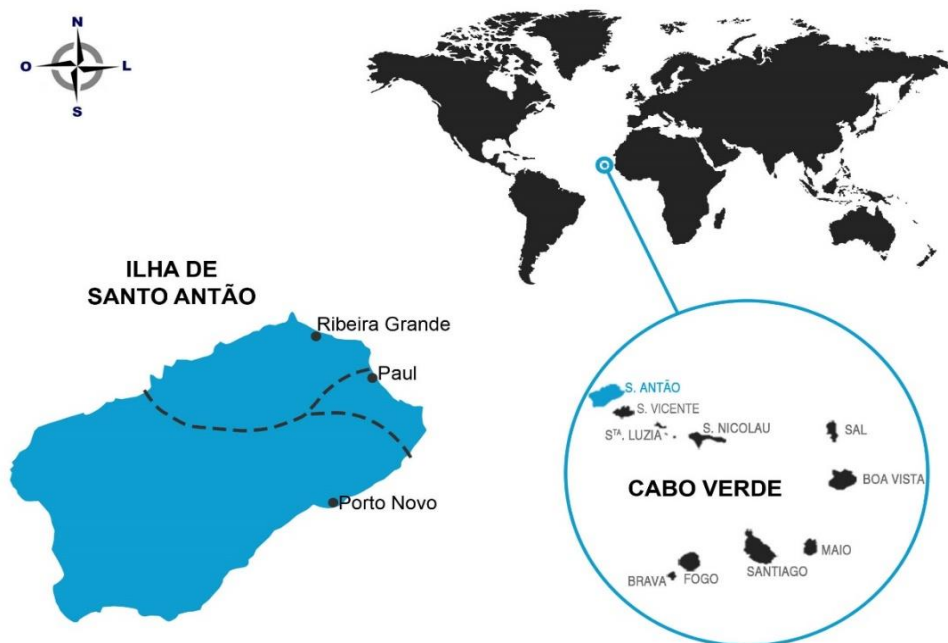
participação de representantes da comunidade da região no processo de tomada de decisões;

- Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos no terreno relacionado com as produções locais que podem formar parte da oferta turística, como também em obras de construção de infraestruturas de apoio, agricultura, pesca, entre outros;
- Apoiar os programas e projetos que melhoram o desenvolvimento local e a economia solidária na comunidade;
- Desenvolver e valorizar o capital humano nas localidades mais pobres que tenham potencialidade para formar parte dos circuitos de excursões turísticas na ilha;
- Contribuir para melhorar e desenvolver infraestruturas básicas;
- Promover o ordenamento do território.

1.5. Área de Abrangência

O espaço de referência para pesquisa desta dissertação é a ilha de Santo Antão, na República de Cabo Verde (Figura 1).

Figura 1 - Espaço de referência, Ilha de Santo Antão, Rep. de Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria

Com uma área de 779 Km² e população de 43.925 habitantes (segundo o censo de 2010), é a segunda maior ilha, situada no grupo barlavento do arquipélago a mais ocidental. É conhecida sobretudo pela sua orografia montanhosa e paisagem exuberante, com vales profundos na parte norte da ilha e paisagens áridas na parte sul, influenciada pela sua posição em direção do deserto do Sahara.

A ilha de Santo Antão está dividida em três concelhos: Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo.

1.6. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos:

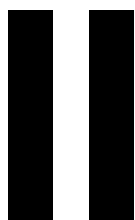
No primeiro capítulo, a introdução faz-se a apresentação e contextualização do objeto de estudo e do problema de pesquisa, bem como os objetivos geral e específicos, a justificativa, limitações e área de abrangência do estudo.

O segundo capítulo debruça sobre o referencial teórico que fundamenta o trabalho baseando-se na conceptualização do turismo, seus impactos e gestão dos destinos turísticos, além da discussão teórica do turismo sustentável, suas dimensões e princípios para a sua implementação.

O terceiro capítulo refere-se aos procedimentos metodológicos, ou seja, as técnicas e procedimentos que se propõe utilizar para atingir os objetivos definidos para este trabalho.

No quarto capítulo faz-se a análise e apresentação dos resultados. No início do capítulo é feita uma caracterização do destino turístico de Santo Antão tendo em conta o acesso, infraestruturas, procura e oferta turística bem como a análise SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities, threats*) do destino. Numa segunda parte do capítulo faz-se a análise da sustentabilidade do destino tendo por base as dimensões: económica, sociocultural e ambiental. No final do capítulo estabelece-se a relação entre os impactos do turismo, os princípios para implementação do turismo sustentável apresentados no referencial teórico com os resultados obtidos no estudo.

O quinto capítulo finaliza o trabalho apresentando as limitações, as principais conclusões e recomendações do estudo.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo debruça sobre o referencial teórico que fundamenta o trabalho baseando-se na conceptualização do turismo, seus impactos e gestão de destinos turísticos, além da discussão teórica do turismo sustentável, suas dimensões e princípios para a sua implementação.

2.1. Conceptualização do Turismo

O turismo é considerado como “(...) a atividade económica mais importante, sendo que, em alguns países, regiões e localidades, ele é determinante nos rumos do desenvolvimento” (DIAS e CASSAR, 2005, p. 4).

Os termos turismo e turista foram utilizados pela primeira vez no início do século XIX no dicionário inglês *The Shorter Oxford English Dictionary*, publicado entre os anos 1810 e 1811 (DIAS, 2013).

A partir do momento em que começaram os estudos científicos do turismo, várias foram as definições propostas, tanto para turismo quanto para turista. A primeira definição surgiu em 1911, em que o economista austríaco *Hermann von Schullern zu Schattenhofen* escrevia que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (BARRETO, 2014, p. 9).

Para definir o turismo é necessário ter em conta alguns princípios específicos. As pessoas viajam para vários destinos e por motivos diversos. Para examinar o fenómeno de forma sistemática torna-se necessário definir o conceito de turismo.

Para Dias e Cassar (2005), o turismo é caracterizado nas vertentes de análise sociocultural e económica. Na vertente sociocultural, o turismo atende às necessidades “*psicossociológicas*” das pessoas que viajam. Na segunda vertente, o sistema turístico é abordado como um sistema “*económico-industrial*” que integra uma variedade de bens e serviços utilizados pelos turistas. As empresas que fornecem esses produtos e serviços e que alimentam a indústria turística estão integrados na cadeia produtiva do turismo.

Do ponto de vista holístico, o turismo pode ser identificado como um fenómeno que apresenta várias faces: social, geográfica, económica, cultural, ambiental etc., destacando-se em todas elas como uma força que provoca mudanças que podem ser tanto positivas quanto negativas para a localidade de destino do fluxo turístico (DIAS e CASSAR, 2005).

O turismo é primeiramente um termo económico conotado à indústria do turismo. Enquanto atividade económica, cria uma procura ou favorece o surgimento de mercados em vários setores. Todos esses setores e as atividades económicas formam a indústria do

turismo que por sua vez pode ser vista como a soma de todos os fornecedores de serviços turísticos (SUDDHENDU e SAPAN, 2008).

A Organização Mundial de Turismo (OMT)¹, a partir da quinta reunião de sua Assembleia Geral realizada em 1983, em Nova Déli, inicia o processo para definir diretrizes gerais com o objetivo de harmonizar internacionalmente os conceitos e estatísticas do turismo. A definição aceite formalmente foi apresentada nas “Recomendações sobre Estatísticas do Turismo” que é o documento básico produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a OMT em 1993 (publicado em 1994) onde são apresentadas definições operacionais sobre o turismo (DIAS, 2013; BARRETO, 2014).

A abordagem da OMT retrata o turismo como uma atividade que gera rendimento e lucro que por sua vez promove o desenvolvimento local. A definição assumida pela OMT acaba por absorver as definições produzidas até aqui sintetizando o conhecimento produzido ao longo de anos (DIAS e CASSAR, 2005). Porém, vai além da conceção do turismo como sendo limitado aos mercados de férias para cobrir o mercado de viagens. Nesta ótica, o turismo compreende as atividades das pessoas que viajam em lugares fora do seu ambiente habitual, por um período não superior a um ano consecutivo, com o objetivo de lazer, negócios ou outros. Com este conceito torna-se possível identificar o turismo entre os países, o turismo dentro do próprio país, bem como refere-se as atividades de visita com pernoita e as de excursionismo (UN/WTO, 1994).

Em 2010 foi publicado pela ONU/OMT o documento “recomendações sobre estatísticas do turismo 2008” que revê as Recomendações sobre Estatísticas do Turismo, adotada pela OMT em 1993 e publicado em 1994. Por conseguinte, o turismo é visto como é um fenómeno social, cultural e económica relacionada com o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, sendo o prazer a motivação habitual. As atividades realizadas por um visitante pode ou não envolver uma transação de mercado, e podem ou não ser diferente às realizadas normalmente em sua rotina do dia-a-dia (UN/WTO, 2010).

Com base nas definições apresentadas atrás, pode-se concluir que o termo "ambiente habitual" visa excluir as viagens feitas dentro do próprio local de residência, viagem para

¹ A OMT teve sua origem no Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico, realizado em 1925 na cidade de Haia, Holanda. Em 1974 foi transformada em um órgão intergovernamental e em 2003, torna-se numa agência especializada das Nações Unidas.

o local de trabalho ou escola, compras diárias e outras atividades locais do dia-a-dia. O limite temporal de 12 meses visa excluir as migrações.

Para a ONU/OMT, um visitante (*visitor*) é um viajante (*traveller*) é alguém que desloca-se entre diferentes locais com duração e motivos diversos. Um visitante é alguém que viaja para um destino fora do seu ambiente habitual por menos de um ano, por motivos que não sejam de ordem laboral. Um visitante é classificado como turista (UN/WTO, 2010).

De acordo com Suddhendu e Sapan (2008), das definições da OMT pode-se ainda identificar cinco características:

- Turismo é resultado do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos.
- Há dois elementos no turismo: a viagem para o destino e a estadia, incluindo atividades nos destinos.
- A viagem e a estadia ocorrem fora do local normal de residência e de trabalho, assim o turismo cria atividades que são distintos dos da população residente dos locais por onde os turistas viajam ou permanecem.
- O movimento para destinos é de, um tipo temporário de curto prazo, com a intenção de retornar dentro de alguns dias, semanas ou meses.
- Os destinos são visitados para fins que não o estabelecimento de residência permanente ou emprego remunerado nos locais visitados.

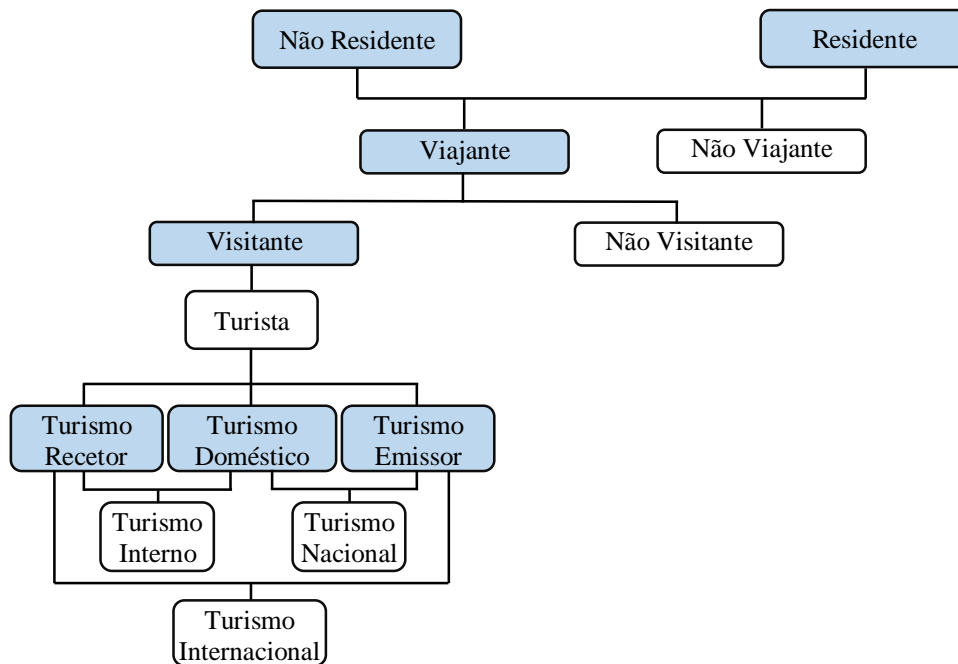
2.2. Formas e Tipos de Turismo

O turismo foi classificado pela primeira vez em 1939 no artigo *Der Fremdenverkehr im Riesengebirge* por Poser² que distinguiu o turismo de trânsito (excursões), descanso de verão, desportos de inverno e viagens de curta distância para descanso (CORNELIA e ANCA, 2008).

As diversas formas de turismo podem ser classificados por diferentes critérios que variam de acordo com diversos autores.

² Poser, Hans, deutscher Geograph, geb. 13.3.1907 Hannover, gest. 4.11.1998 Göttingen.

Figura 2 - Formas básicas de turismo



Fonte: adaptado de Suddhendu e Sapan (2008)

Do ponto de vista do país de referência, a OMT recomenda a distinção das 3 formas básicas de turismo: O *turismo doméstico* que compreende as atividades de um visitante residente dentro do país de referência; O *turismo recetor*, que compreende as atividades de um visitante não-residente; O *turismo de saída ou emissor*, que compreende as atividades de um visitante residente fora do país de referência. Estas três formas ainda podem ser combinadas para derivar as seguintes formas de turismo: *Turismo interno* que engloba o turismo doméstico e o turismo recetor, ou seja, as atividades de visitantes residentes e não residentes no país de referência; *Turismo nacional* que engloba o turismo doméstico e o turismo emissor, ou seja, as atividades de visitantes residentes dentro e fora do país de referência; e o *turismo internacional* que compreende o turismo recetor e turismo emissor, ou seja, as atividades de visitantes residentes fora do país de referência.

Por sua própria natureza, o turismo também pode ser emissor (envia turistas para fora do local) ou recetor (recebe os turistas vindos de fora).

Para Oscar de la Torre apud Barreto (2014), o turismo emissor é economicamente passivo, já que não traz dividendos para o núcleo emissor (país ou cidade), enquanto o turismo recetor é ativo, por movimentar a economia local, contudo, para o espanhol Arrillaga apud Barreto (2014), o turismo emissor é ativo, porque o turista está agindo quando está saindo de seu local de residência.

O turismo também possui repercussões ativas e passivas na balança de pagamentos de cada país. Segundo estas repercussões pode-se classificar-se o turismo em *turismo externo ativo*, quando dá origem a uma entrada de divisas, e *turismo externo passivo* quando da origem a uma saída de divisas (CUNHA, 2009).

O turismo externo passivo, que corresponde ao conjunto de viagens que os residentes num dado país realizam no estrangeiro é também designado por *turismo de importação (Outgoing)*, enquanto o turismo externo ativo que corresponde as viagens que os estrangeiros realizam nos países que visitam, se pode também designar por *turismo de exportação (Incoming)*. Segundo Barreto (2014), pode-se fazer esta classificação porque o turista que sai do país gasta o seu dinheiro fora deste, como se comprasse uma mercadoria no estrangeiro. O turista que entra no país, ao contrário, gasta dinheiro ganho fora, portanto trazendo divisas iguais às geradas por uma exportação.

Da perspetiva da organização da viagem, o turismo pode ser considerado de *turismo individual* que são pessoas que determinam livremente a sua viagem e *turismo coletivo, de grupo ou organizado* que são pessoas ou grupos que adquirem um pacote de viagem. Com denominações mais esclarecedoras e que são usados atualmente, Barreto (2014), classifica este tipo de turismo *independente* e *all inclusive*.

Considerando-se *o volume*, o turismo pode ser de *minorias* ou *de massas*. Os destinos mais apetecidos e visitados pertencem ao turismo de massas, enquanto os destinos que poucas pessoas querem pertencem ao de *minorias*. O turismo de minorias é chamado por Barreto (2014), de *turismo seletivo*.

Levando-se em conta a composição social, o turismo pode ser de *classes privilegiadas*, de *classe média* ou *popular* (BARRETO, 2014).

No concernente aos tipos de turismo estes são dinâmicos e variam num determinado período de tempo conforme as necessidades e objetivos, as infraestruturas sociais e culturais e os meios de transporte existentes (CORNELIA e ANCA, 2008).

Ainda de acordo com Cornelia e Anca (2008), cada tipo de turista procura um destino onde possa conseguir objetivos (*purpose*) quer através das instalações/infraestruturas quer pelo clima ou tradições específicas do destino. Cunha (2009), refere que há uma

relação direta entre os motivos que levam as pessoas a viajar e as características dos diversos destinos podendo, estes, dar resposta a motivações muito diversificadas.

Os primeiros registos literários classificaram os tipos de turismo como de *descanso*, *de lazer*, *de cura*, *desportivo*, *gastronômico*, *religioso* e *profissional*. Esta classificação ampliou-se muito nas últimas décadas. Assim, em geral são distinguidos os seguintes tipos de turismo descritos sobretudo por Barreto (2014):

- *Turismo de lazer ou recreio* – compreende por exemplo as deslocações das pessoas por motivos de curiosidade, de desfrutar das paisagens, das opções de lazer das grandes cidades, para aproveitar as condições climáticas, etc;
- *Turismo de repouso e de saúde* – compreende as viagens para fins de relaxamento recuperação física ou mental ou abtenção de algum outro benefício para a saúde;
- *Turismo cultural* – é caracterizada pela vontade do viajante de ver coisas novas e diferentes, aumentar os conhecimentos, experiências e cultura ou ainda a satisfação de necessidades espirituais;
- *Turismo étnico* – pode parecer similar ou estar enquadrado no turismo cultural, mas neste tipo de turismo o viajante desloca-se com o intuito de estabelecer contacto com grupos de pessoas com modos de vida e cultura exótica;
- *Turismo de natureza* – a finalidade da viagem é de desfrutar dos aspetos naturais do destino ou de observar e compreender a natureza do destino tendo o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema;
- *Turismo de negócio ou profissional* – tem na sua base razões ligadas ao negócio e ao exercício de profissões as pessoas deslocam-se para participar em reuniões, congressos missões, exposições, feiras, para estabelecer contactos com empresas ou realizar negócios.
- *Turismo desportivo* – inclui viagens para assistir eventos e manifestações desportivas. Quando o motivo da viagem é a de participar em atividades desportivas pode dar origem a destinos turísticos estruturados com base no desporto.

Decorrente da revisão literária, os tipos de turismo são classificados com base na relação entre o motivo da viagem e as características ou atrativos do destino. Cunha (2009), assinala que não existem barreiras ou separações entre os diversos tipos de turismo sendo que muitos deles coexistem nos mesmos destinos.

2.3. Gestão dos Destinos Turísticos

Nesta seção pretende-se apresentar a definição de destino turístico, os impactos do turismo, a conta satélite do turismo, a gestão estratégica no turismo sustentável e a relação entre o planeamento do desenvolvimento turístico com a capacidade de carga.

2.3.1. Destino Turístico

Um destino é geralmente visto como a unidade central onde os diferentes *stakeholders* (empresas, organizações públicas e visitantes) interagem na criação de experiências. Buhalis apud Saraniemi e Kylänen (2011), referem-se ao destino turístico como sendo a fusão de vários produtos turísticos oferecendo ao consumidor uma experiência integrada. A percepção subjetiva do consumidor, subentendida aqui como sendo o turista, irá depender do itinerário, da educação e cultura do turista bem como de suas experiências anteriores.

O destino turístico é um componente fundamental do sistema turístico na medida em que gera fluxo de viajantes para determinadas regiões e dependendo da melhoria das condições de atração aumenta a procura (DIAS e CASSAR, 2005).

Toda a região turística tem uma capacidade de carga e esta vai depender da natureza dos serviços oferecidos e da fragilidade da região. Suddhendu e Sapan (2008), elencam cinco elementos do serviço turístico que são oferecidos nos destinos:

- *Os recursos turísticos*, tanto os naturais como os construídos pelo homem;
- *As infraestruturas turísticas* que inclui o transporte, infraestruturas rodoviárias, portos e aeroportos e telecomunicações;
- *Infraestruturas para receber os visitantes*, alojamento, restauração e bares;
- *Infraestruturas desportivas e de entretenimento*;
- *Serviços turísticos*, inclui as agências de viagens, postos de informação turística, serviços de *rent-a-car*, guias, tradutores, etc.

2.3.2. Impactos do Turismo

A atividade turística provoca conjunto de efeitos de natureza e intensidade diversas que afetam um amplo leque de atividades económicas e não económicas.

O desenvolvimento do turismo numa região, impulsiona o desenvolvimento local, nomeadamente para o crescimento económico de determinada região (CUNHA, 2006). Mas na atualidade nem sempre se cumpre com as expectativas que se tinham do turismo como motor de desenvolvimento económico (SCHULTE, 2003). Isto é, sendo responsável pelo crescimento económico de determinada região apresenta-se também como responsável de alguns problemas. Esses problemas são identificados como impactes ou efeitos do turismo e que poderão ser de cariz económico, social ou ambiental.

De acordo com Cunha (2006), fazer uma análise integral do fenómeno turístico e determinar de forma precisa seus efeitos não é uma tarefa fácil uma vez que não existe um instrumento específico de análise. Assim, Petrocchi (2009), afirma que para gerir os impactos causados pela atividade turística torna-se necessário a adoção de políticas e de um conjunto de instrumentos que analisem e administrem a amplitude e as consequências desses impactos, preservando os recursos naturais, culturais, sociais, históricos, arquitetónicos e de lazer da comunidade.

A revisão na literatura elenca como principais impactos do turismo:

- Impactos económicos
- Impactos físicos e ambientais
- Impactos sócio-culturais

De seguida faz-se a análise de cada um desses impactos.

a) Impactos económicos

Os principais impactos económicos do turismo relacionam-se com os ganhos do câmbio exterior, as contribuições para as receitas do governo, a criação de emprego e rendimentos, e ao estímulo de desenvolvimento regional. Os dois primeiros efeitos se dão ao nível nacional, enquanto os outros ocorrem em níveis subnacionais ou regionais e tais efeitos são inter-relacionados (LICKORISH e JENKINS, 2000).

Os impactos económicos do turismo podem avaliar-se ao nível direto e indireto. O *impacto económico direto* resulta da venda direta feita ao turista. O *impacto económico indireto* é o resultado de uma venda indireta feita ao turista sendo estes considerados mais importantes para as comunidades locais na medida em que se emprega mão-de-obra local

e o rendimento gerado é gasto em outro tipo de serviços ou bens na região. Os impactos económicos que mais beneficiam uma comunidade turística são o aumento das receitas e divisas, a criação de empregos, e os estímulos ao investimento (IGNARRA, 2000).

A atividade do turismo em regiões economicamente subdesenvolvidas pode oferecer meios de manter um nível de atividade económica suficiente para evitar migração de pessoas para as áreas mais desenvolvidas de um país (LICKORISH e JENKINS, 2000).

O turismo contribui para o desenvolvimento de infraestruturas nomeadamente a melhoria das condições de acesso, instalação ou expansão de canalização de água, esgoto, energia elétrica e outros serviços públicos nos destinos (ALUCINIO, 2001)

Segundo a OMT: o turismo internacional representa um dos primeiros setores de exportações do mundo e um fator importante na balança de pagamentos de muitos países; Proporciona emprego a milhões de pessoas em todo o mundo com postos de trabalho e empresas criadas em regiões menos desenvolvidas, o que contribui para equidade económica e diminui a emigração para as cidades superpopuladas; Promove enormes investimentos em novas infra-estruturas, cuja maioria ajuda a melhorar as condições de vida dos residentes locais, ao mesmo tempo que favorece os turistas (UN/WTO 2008).

Os impactos económicos negativos do turismo referenciados prendem-se por um lado, com o efeito da sazonalidade da atividade exercendo pressão sobre os preços dos produtos e serviços turísticos, por outro lado, a atividade turística pode provocar mudanças estruturais na economia aumentando a dependência económica criada pelo turismo, aumentando a existência de empregos precários e concentrados nas épocas altas provocando problemas sociais graves, a que se associam os riscos provocados pelos choques externos (IGNARRA, 2000).

b) Impactos físicos e ambientais

O turismo pode gerar impactos ambientais positivos e negativos, dependendo de como o desenvolvimento é planeado e controlado. Se bem planeado/controlado e recorrendo as receitas criadas por esta atividade, o turismo favorece a criação de áreas, programas e entidades (governamentais e não governamentais) de preservação de áreas naturais, preservação de locais históricos e arqueológicos, melhoria na qualidade ambiental e melhoria nas infraestruturas (LICKORISH e JENKINS, 2000; RUSCHMANN, 2002).

Dos aspetos negativos mais referenciados pode-se destacar os problemas advenientes do aumento da concentração de pessoas no determinado espaço, que resulta no aumento de despejo de esgoto, do consumo de energia, do consumo de água, da poluição sonora, superlotação e congestionamentos, roturas ecológicas e danos a locais históricos e arqueológicos (IGNARRA, 2000; LICKORISH e JENKINS, 2000).

c) Impactos sócio-culturais

O turismo como um instrumento valioso para promoção de relações culturais e cooperação entre os povos, pode conduzir a mudanças estruturais na sociedade (LICKORISH e JENKINS, 2000). A cultura, seja pelo artesanato, gastronomia, arquitetura histórica e típica, ou pela música é o canal pela qual um destino ou uma localidade turística se apresenta ao turista.

“Na atualidade, quando o processo de globalização atinge todas as actividades humanas, a valorização da cultura típica surge como uma forma de diferenciação, aspecto este fundamental na qualidade do produto turístico” (IGNARRA; 2001: 119).

O turismo pode se tornar o elemento que irá garantir a manutenção de certas tradições originais que atraem os turistas, além de contribuir para o renascimento das artes locais e das atividades tradicionais em um ambiente natural protegido. Se explorado de forma exagerada e não controlada, a comercialização de eventos culturais pode levar a criação de uma pseudocultura, um folclore artificial para o turista, sem valor cultural para a população local nem para os visitantes (LICKORISH e JENKINS, 2000).

Ao nível social, o turismo bem organizado pode favorecer contactos entre turistas e a população local, estimular o intercâmbio cultural, levar a um entrosamento amigável e responsável e, por fim, aumentar as ligações entre os países (LICKORISH e JENKINS, 2000).

Alguns autores referem que este entrosamento pode levar ao mimetismo nomeadamente quando os jovens de cidades pequenas do interior tendem a procurar imitar as roupas, as músicas e os hábitos de jovens turistas. Este mimetismo provocará uma alteração dos valores culturais tradicionais. (IGNARRA, 2000). O turismo não organizado provoca alteração nos estilos de vida e costumes dos moradores das comunidades anfitriãs. Uma vez que o turista traz um tipo diferente de comportamento, pode transformar profundamente os hábitos sociais através da remoção e da perturbação das normas já estabelecidas da população residente (LICKORISH e JENKINS, 2000).

Os impactos advenientes da atividade turística podem ser resumidos na Tabela 1:

Tabela 1 - Impactos do turismo

	Positivos	Negativos
Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do rendimento e melhoria da qualidade de vida. • Contribuição para o PIB. • Oportunidade de empregos. • Contribuição para balança de pagamentos. • Novas áreas de lazer, atividades culturais e zonas comerciais. • Melhores investimentos, mais desenvolvimento e melhoria das infraestruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do nível do custo de vida • Inflação e aumento geral dos preços. • Benefícios do turismo restrito a uma parcela da população. • Especulação imobiliária. • Aumento do custo dos serviços públicos. • Distorção no desenvolvimento de outros setores económicos. • Conservação da infraestrutura exclusivamente para o turismo.
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Justifica a conservação dos recursos naturais. • Contribui para o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. • Apoio para restauração e preservação do património histórico e arquitetónico. • Melhorias infraestruturais no que concerne aos suprimentos de água, energia, telefone e serviços públicos em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> • Deterioração física do ambiente. • Agressões aos ecossistemas gerais • Aumento da poluição de modo geral e da contaminação. • Causa transtorno ao ciclo de vida natural. • Uso massificado de espaços públicos e de lazer.
Socioculturais	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de infraestruturas utilizadas por turistas e residentes. • Melhora o conhecimento da cultura local. • Contribui para a criação de identidade de uma comunidade (ou a sua consolidação). • Conhecimento de outras culturas e outras comunidades. • Aumento na demanda de atividades culturais, exposições de arte, artesanato, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre turistas e residentes. • Falsa autenticidade. • Efeito demonstração com a adoção de estilos de vida e hábitos e costumes dos visitantes. • Aumento da criminalidade. • Transformações ou perdas na cultura tradicional. • Perda de tranquilidade no local.

Fonte: adaptado de Petrocchi (2009)

É possível limitar e mitigar os impactos negativos do turismo optando-se por uma abordagem preventiva, ou seja, através do planeamento e ordenamento do território e da seleção da tipologia da oferta e da procura que melhor se adapta ao destino (PERRET e TEYSSANDIER apud MONIZ, 2006). Este planeamento, abrangente e integrado, deve

ocorrer a nível nacional mas também a nível regional, em áreas específicas de hotéis, *resorts* e de atrações turísticas (LICKORISH e JENKINS, 2000).

Para a OMT (2013), os planos e ações devem ser conduzidos por forma a compreender:

- O estado inicial do ambiente natural e cultural;
- Como este estado inicial está mudando devido a fatores externos?
- Qual o impacto do turismo meio e quais os efeitos no futuro?
- Qual o efeito das medidas tomadas, por exemplo, em relação à mitigação, adaptação, desenvolvimento e gestão?
- Quais as mudanças ao longo do tempo em relação ao estado inicial?

Este processo requer a seleção de um conjunto de indicadores que devem ser identificados em vários níveis para o país, para destinos locais, para o indivíduo e empresas.

2.3.3. Conta Satélite do Turismo

Através da contabilidade nacional ou das contas nacionais se conhece o produto e o rendimento nacional de um país bem com os seus componentes. Contudo, a estrutura dessas contas não identifica adequadamente alguns setores como a saúde, a habitação, a cultura e inclusivo o turismo (CUNHA, 2006).

Hoje a importância económica do turismo é reconhecida, mas de fato a estrutura das contas nacionais não permite avaliar tal importância dado que é uma atividade que exerce impactos significativos noutros ramos de atividades que não são contabilizados como partes integrantes do turismo (CUNHA, 2006).

Surge por isso a necessidade de identificar todos os produtos direto ou indiretamente relacionado com o setor do turismo permitindo perceber a dimensão do setor na economia de um país. É este o principal objetivo da Conta Satélite do Turismo (CST).

A CST é uma ferramenta que oferece a possibilidade de medir a atividade económica gerado pelo turismo num país, ou seja, a procura de bens e serviços originada pelo turismo e a produção necessária para a satisfazer (MEIS apud CUNHA, 2006).

As contas satélites são estatísticas desenvolvidas para atenderem a objetivos específicos, não cobertos pelo sistema de contas nacionais, porém mantendo relação com ele” (FEIJÓ, 2004).

A OMT (1999) destaca duas perspectivas em relação à importância da CST, sob dois aspetos:

- a) Como instrumento de normalização internacional de conceitos e de classificações, que permite fazer comparações válidas entre dois países ou entre grupos de países, e que permite comparar todas essas estimativas com outros agregados macroeconómicos e compilações reconhecidos internacionalmente;
- b) Como um conjunto de procedimentos que sirva de guia para os países para a compilação de informação económica relativa ao turismo.

A CST foi concebida para organizar a informação sobre os efeitos que a atividade turística tem sobre a produção, as receitas, a riqueza e o emprego em cada país tal como acontece com os outros setores da economia nacional que são identificados pelo sistema de contas nacionais (CUNHA, 2006). A CST permite:

- Conhecer a importância da procura de produtos produzidos no país por parte dos visitantes;
- Saber quais as indústrias mais diretamente beneficiados com o turismo;
- Determinar o valor acrescentado direto e indireto gerado pela procura turística;
- Avaliar os impostos arrecadados pelo Estado com origem no turismo;
- Conhecer o emprego direto e indireto que depende do turismo;
- Avaliar a importância económica que o turismo tem para um país;
- Determinar a forma como as atividades turísticas se integram na estrutura económica do país.

A OMT (2010), estipula 10 tabelas principais (Anexo 5) que são derivadas ou relacionadas com as tabelas do sistema de contas nacionais, relativos à oferta e ao uso de bens e serviços. Baseia-se em 3 blocos básicos de estimativas: variáveis da procura, variáveis da oferta e indicadores macroeconómicos.

Pode-se concluir que o objetivo básico da CST é o de obter medições completas, fiáveis e comparáveis internacionalmente da relevância do turismo para a economia.

2.3.4. Gestão Estratégica em Turismo Sustentável

O turismo, por ser um dos mais importantes agentes de mudança de qualquer sociedade moderna, precisa de planeamento para poder evoluir (CUNHA, 2009). Só assim se

consegue potenciar os efeitos positivos e prevenir os negativos buscando encontrar sempre o equilíbrio entre a intensidade da atividade turística a natureza e a dimensão dos seus efeitos (VIEIRA, 2007).

Se o turismo é considerado um dos mais importantes agentes de mudança em qualquer sociedade, então ele não pode deixar de evoluir sem um planeamento. Segundo Inskeep apud Vieira (2007), este planeamento deve ser estratégico, integrador, participativo e pluralista no sentido de envolver as dimensões sociais, económicas e físicas.

O planeamento turístico visto numa escala regional é (...) *um esforço que visa atingir o melhor padrão espacial possível de desenvolvimento* (...) (TOSUN e JENKIS apud MARUJO e CARVALHO, 2010). Este planeamento segundo Carvalho (2009), garante a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da atividade turística.

Ruschmann e Widmer (2000), defendem que o planeamento é essencial e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais das regiões de acolhimento evitando, deste modo, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

O planeamento do turismo envolve aspetos relacionados com a ocupação do território, a economia, a cultura dos núcleos recetores, as características dos destinos emissores e a consequente heterogeneidade dos turistas (RUSCHMANN e WIDMER, 2000). Assim, o planeamento turístico é um processo “(...) *transversal a toda a sociedade que ultrapassa os seus aspetos económicos, territoriais ou ambientais* (...)”. (VIEIRA, 2007, p. 85).

Vieira (2007) refere ainda que o planeamento do desenvolvimento do turismo deve alcançar os seguintes objetivos gerais: melhorar a qualidade de vida da população e a integração comunitária; garantir o desenvolvimento económico sustentável proporcionando condições necessárias para o sucesso empresarial. No que concerne aos objetivos específicos, o autor argumenta que o planeamento deve: garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico; propiciar um nível elevado de satisfação aos turistas; proteger os recursos turísticos; identificar as zonas com potencialidades turísticas e integrar as correntes turísticas nas comunidades recetoras.

Da relação entre a população, o território, a economia, o ambiente e o turismo resulta o modelo de desenvolvimento turístico sustentável apresentado por Cunha (2006), com algumas características próprias a referir:

- O modelo é multissetorial englobando toda a envolvente do turismo e todos os aspetos do fenómeno turístico.
- O modelo deve ser baseado no ecossistema cuja sustentabilidade deve constituir um importante limite ao desenvolvimento.
- Devem ser considerados todos os efeitos (sociais, económicos, culturais, ambientais e territoriais) do desenvolvimento turístico.
- No centro do modelo devem estar as relações entre a comunidade recetora, os visitantes e o território (o lugar o destino).
- As decisões devem ter um alcance temporal de longo prazo pois os efeitos de desenvolvimento turístico também se prolongam durante muitos anos.

Entende-se, assim, que o planeamento do turismo parece ser, cada vez mais, o passo decisivo para o desenvolvimento, de um turismo responsável e sustentável em todas as suas dimensões económica, social, ecológica e cultural.

Porque o turismo é tido hoje como um dos setores económicos com maior dimensão e em mais rápido crescimento no mundo, tem um papel significativo a desempenhar no desenvolvimento sustentável em muitos países. Em reconhecimento das oportunidades consideráveis no desenvolvimento do turismo, em 2012, a Direcção-Geral da Comissão Europeia para o Desenvolvimento e Cooperação - *EuropeAid* estabeleceu o projeto "Reforço das capacidades de turismo sustentável para o desenvolvimento nos países em desenvolvimento (UNWTO e EC, 2013).

Neste contexto o planeamento do turismo surge como uma ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável sendo fundamental para a conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento (Carvalho, 2009).

Para Ruschmann (2008), o planeamento do turismo sustentável surge como uma forma de minimizar ou evitar danos irreversíveis no turismo uma vez que:

“(...)consiste em ordenar as acções do homem sobre o território e ocupa-se em direccionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atractividade(...)” (RUSCHMANN, 2008, p. 9)

Ainda de acordo com a mesma autora, este planeamento deve observar os seguintes objetivos: coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; promover os incentivos necessários para estimular a implementação de equipamentos e serviços turísticos; maximizar os benefícios socioeconómicos e minimizar os custos, visando o bem-estar da comunidade recetora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor; definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades; garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento turístico não sejam empregados em outras atividades económicas; evitar deficiências ou congestionamentos onerosos; minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura e proteger aqueles que são únicos; cientificar a autoridade política responsável pela implantação de todas as implicações do planeamento; capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística; garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada; garantir que a imagem do destino se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados; atrair financiamentos nacionais ou internacionais, bem como assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a proteção ambiental.

O pensamento, o planeamento e a gestão estratégica são os pilares do processo de desenvolvimento turístico porque é através deles que se define o futuro desejado para um destino turístico, para uma região turística, para um país, indicando a maneira de lá chegar, descobrindo os fatores portadores de futuro, as vias para os implementar, e se tomam as decisões necessárias para se percorrer esse caminho até esse futuro (VIEIRA, 2007).

Candiotto (2011) aponta que a sustentabilidade do turismo pode ser conseguido, sobretudo, por meio de políticas e estratégias de desenvolvimento local baseado no planeamento do turismo.

Uma vez que o turismo sustentável busca equilibrar a relação satisfação de necessidades e desejos dos turistas *versus* necessidades e desejos dos moradores no destino, o processo de planeamento estratégico transforma-se numa ferramenta que visa conciliar os interesses da coletividade e formular objetivos comuns, harmonizando o desempenho do turismo com outras atividades e expectativas dos residentes do destino (PETROCCHI, 2009).

Com o desenvolvimento do turismo, o aumento da procura e da oferta começaram a surgir destinos concorrentes dos tradicionais com uma dinâmica promocional maior. A adoção do pensamento e um eficiente planeamento estratégico torna-se preponderante para os destinos turísticos e das empresas que sobreviver neste novo contexto (VIEIRA, 2007).

O planeamento inicia-se com a análise macro ambiental (meio externo), que engloba as tendências e características dos mercados, as oportunidades e ameaças. Numa segunda fase faz-se o levantamento das condições internas, relacionando fragilidades e pontos fortes do destino e conhecendo prioridades da cadeia produtiva. Este processo irá permitir uma melhor adequação das condições do destino ao meio envolvente bem como a redução dos níveis de incertezas e de riscos para o destino de turismo.

Ainda segundo Petrocchi (2009), após a análise do ambiente macro e micro, da definição dos objetivos a atingir, faz-se a formulação das estratégias e finalmente o estabelecimento dos programas de trabalho.

Petrocchi (2009) realça ainda que o planeamento estratégico é um processo de mudanças que deve surgir de forma espontânea, elaborado e implantado pelos empresários ligados ao turismo, aceite e apoiado pelo poder público e ter maior identificação possível com a comunidade do destino recetor. Para projetar aquilo que os empresários e a comunidade desejam, é preciso ouvir, compreender as dificuldades, conhecer as prioridades e identificar as aspirações das pessoas envolvidas.

Na mesma linha Dencker apud Marujo e Carvalho (2010) defende que a finalidade do planeamento não deve apenas ser restringida à organização do setor para atender somente às necessidades do seu mercado, mas também que ele deve ser orientado para a vertente social, considerando relações de confiança e solidariedade, por forma a atingir interesses comuns e o estabelecimento de relações mais hospitaleiras.

Esta preocupação da contradição entre o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico é retratada por Burns apud Marujo e Carvalho, (2010), numa abordagem bipolar resumida na Tabela 2, onde aponta algumas falhas e contradições do planeamento turístico.

Tabela 2 - Abordagem bipolar do planeamento turístico

Visão Holística “Desenvolvimento Primeiro”	Visão Economicista “Turismo Primeiro”
<ul style="list-style-type: none"> ♦ Desenvolvimento humano sustentável ♦ Turismo como um sistema ♦ Turismo como cultura ♦ Sistemas mundiais modernos ♦ Periferia ♦ Subdesenvolvimento <p>Visa um destino independente, diferenciado e com uma dependência mínima no núcleo. Focado em metas de desenvolvimento humano sustentável definido pela população e conhecimento local. A questão chave que conduz o desenvolvimento é: O que é que o turismo nos pode dar sem nos prejudicar?</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Crescimento económico ♦ Turismo como indústria ♦ Turismo como consumismo ♦ Globalização ♦ Núcleo ♦ Modernização <p>Visa a maximização do diferencial do mercado através da familiarização do produto. Produto homogeneizado indiferenciado, dependente do núcleo com um foco em objectivos definidos pelos planeadores externos e da indústria internacional do turismo.</p>

Fonte: Marujo e Carvalho, (2010)

Estas duas abordagens (Tabela 2) mostram a necessidade de refletir e repensar um novo paradigma para o planeamento do turismo. O autor sugere uma nova abordagem sustentada numa “terceira via” com base na participação de todos os atores e que pode fornecer uma plataforma para o crescimento sustentável e para o desenvolvimento humano (MARUJO e CARVALHO, 2010).

2.3.5. O Planeamento do Desenvolvimento Turístico e a Capacidade de Carga

Com a expansão do setor do turismo, muitos países passaram a estar no rol dos países recetores de turistas. A tendência é a de atrair turistas com alto poder aquisitivo investindo, sobretudo, no turismo de massa. Este investimento muitas vezes ignora certos preceitos básicos de preservação acabando por causar impactos ambientais negativos nos destinos recetores.

Os problemas causados pela exploração turística não devem conduzir a extinção desta atividade, mas sim, despoletar um processo de análise que busque formas ideais de desenvolvimento. Nesse sentido, tem-se procurado estimular o planeamento da atividade turística por forma a obter uma conciliação harmoniosa entre o desenvolvimento do

turismo e o equilíbrio ambiental. Este planeamento deve salvaguardar a oferta turística, a comodidade dos visitantes e da população residente certificando-se de que o fluxo de visitantes seja adequado à capacidade de receção da região e dos equipamentos turísticos (RUSCHMANN e SOLHA, 2006).

O conceito de sustentabilidade do turismo está ligado a três aspetos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio. Por um desenvolvimento sustentável da atividade turística entende-se aquele que permita melhorar a qualidade de vida da população local, conferir maior qualidade à experiência turística do visitante, manter a qualidade do ambiente do qual dependem a população local e os visitantes, a prossecução de maiores níveis de rentabilidade económica da atividade turística para os residentes e a obtenção de benefícios por parte dos empresários turísticos (UN/WTO, 2010).

Para pôr em prática o modelo de turismo sustentável, a par do planeamento estratégico, assume grande relevância o conceito de capacidade de carga (UN/WTO, 2010).

A análise da capacidade de carga turística é um instrumento que procura garantir a qualidade da oferta turística, conjugando os fatores: satisfação dos turistas e da população do destino recetor, viabilidade económica dos equipamentos da infraestrutura turística e qualidade do meio ambiente (RUSCHMANN, 2006).

A UN/WTO (2010), define capacidade de carga como o número máximo de pessoas que podem visitar ao mesmo tempo um destino de turismo sem agredir o meio físico, económico e sociocultural e sem reduzir a qualidade da experiência da visita dos turistas.

Por referência às dimensões económica, ecológica e sociocultural da sustentabilidade do sistema turístico são distinguidos os seguintes conceitos:

- *Capacidade de carga ecológica*, define como o número máximo de visitantes que um destino pode receber e acima do qual não se pode assegurar um desenvolvimento compatível com os recursos naturais;
- *Capacidade de carga social*, refere-se ao nível de atividade turística acima do qual produz mudanças negativas na população local;
- *Capacidade de carga do turista*, entendido como o nível acima do qual a satisfação do visitante diminui desfavoravelmente;
- *Capacidade de carga económica*, que se refere ao nível de atividade económica compatível com o equilíbrio entre os benefícios económicos que o turismo

proporciona e os impactos negativos que a atividade turística gera sobre a economia local.

A determinação da capacidade de carga é parte do processo de planeamento estratégico dos destinos de turismo e abrange a visão do destino sobre o seu desenvolvimento económico e decisões relativas à gestão do turismo, que devem ser estudadas e decididas de forma participativa (PETROCCHI, 2009).

Os conceitos de capacidade de carga são ligados à capacidade e aptidão de um destino turístico em receber determinado número de visitantes, sem se deteriorar ou que ocorram prejuízos ao ambiente e à qualidade da experiência de visita, daí sua importância nas questões de sustentabilidade do turismo (PETROCCHI, 2009).

A UN/WTO (2010), reconhece a importância do conceito de capacidade de carga para a implementação do turismo sustentável, chamando atenção para a existência de limites que não devem ser ultrapassados pela atividade turística por forma a prevenir os impactos negativos dessa atividade.

A forma mais eficaz de se limitarem os impactos negativos do turismo é optando por uma abordagem preventiva, ou seja, através do planeamento e ordenamento do território e da seleção da tipologia da oferta e da procura que melhor se adapta ao lugar (MONIZ, 2006).

O ordenamento territorial do turismo é um processo complexo na medida em que o fenómeno turístico é incerto quanto ao seu futuro ainda que essa incerteza possa ser minimizada através do planeamento estratégico do desenvolvimento turístico. O desenvolvimento do turismo acaba sempre por ter implicações no território e no espaço turístico (VIEIRA, 2007).

Neste processo de interação entre o território e o turismo integrado no planeamento estratégico do desenvolvimento turístico, são utilizadas algumas figuras do ordenamento territorial do turismo, tais como, as regiões turísticas, as zonas de desenvolvimento turístico e o espaço turístico (VIEIRA, 2007).

Em grande parte dos casos, a rapidez com que se produzem estes processos e a insuficiência dos mecanismos de planeamento existentes apelam para a necessidade de se aplicarem técnicas mais precisas e específicas para operacionalizar a gestão ambiental de modo a que possam ter uma incidência significativa na respetiva competitividade e

sustentabilidade. Para além da capacidade de carga, a OMT bem como alguns autores recomendam a utilização de outras técnicas que possam propiciar a sustentabilidade do turismo, como sejam a avaliação de impacte ambiental, as auditorias de qualidade aos estabelecimentos ou aos destinos turísticos, ou ainda de instrumentos de mercado (OMT, 1998).

Os chamados instrumentos de mercado consistem na aplicação de taxas turísticas, impostos ou tarifas, com o objetivo de arrecadar receitas, que vão permitir o financiamento de ações já realizadas ou a realizar pelas autoridades, no sentido de melhorar a qualidade e proteger o ambiente, tais como investimentos em infraestruturas, limpeza de praias, ordenamento e arranjo de espaços verdes, conservação de monumentos, etc. (MONIZ, 2006).

A capacidade de carga tem sido apontada como um instrumento útil para a gestão do turismo e a implementação de um desenvolvimento turístico sustentável ao nível dos destinos e projetos turísticos. Todavia, outras formas de se limitarem os impactos negativos do turismo devem ser adotados nomeadamente o ordenamento do território, técnicas de gestão ambiental e instrumentos de mercado.

Pela revisão da literatura pode-se concluir que: o planeamento turístico deve ser um processo contínuo e flexível, controlado e adaptado se necessário, num espaço temporal conforme as alterações da realidade sem se descorar dos objetivos que norteiam o plano; o planeamento turístico deve cobrir um vasto leque de visões ser participativo envolvendo todos os atores do processo de gestão de um destino turístico; deve considerar todos os componentes do sistema turístico de forma realista.

Conforme demonstrado, o planeamento turístico traduz-se num plano estratégico que integra todos os aspetos do desenvolvimento do turismo, incluindo os recursos humanos, económicos, ambientais e socioculturais. Deve começar pela determinação de objetivos, indo de um nível mais geral para a um nível mais específico, analisando o ambiente macro e o micro ambiente de cada destino. Sendo um documento a longo prazo, deve assentar num consenso entre todos os agentes envolvidos e sobretudo deve haver o comprometimento da população residente para com p processo. Do mesmo modo, deve formalizar os instrumentos necessários para a respetiva implementação e prever mecanismos de controlo, que permitam averiguar o seu nível de êxito, ou seja, o seu grau de execução.

2.4. O Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo

Na análise da gestão dos destinos turísticos, planeamento e desenvolvimento do turismo, entender o papel do Estado toma-se indispensável. Pois, a ele cabe a tarefa de propiciar estratégias locais e sustentáveis de desenvolvimento que procure realizar os objetivos de aumento da produtividade e da competitividade do sistema produtivo, de melhoria da distribuição de renda e da conservação dos recursos naturais e do património histórico e cultural.

A OMT considera que, para promover o desenvolvimento do turismo em escala proporcional à sua importância nacional, é necessário centralizar a política turística nas mãos do Estado porque assim pode tomar as medidas apropriadas para criar uma desejável estruturação para a promoção e desenvolvimento do turismo pelos vários setores envolvidos (CUNHA, 2009).

Por estas razões, a maior parte dos peritos e das organizações turísticas considera que a intervenção do Estado é indispensável para o sucesso do desenvolvimento do turismo (CUNHA, 2009).

A Comissão Europeia considera que a justificação da intervenção do Estado se baseia na natureza e nos benefícios económicos e sociais do turismo mas também na impraticabilidade e incapacidade das empresas assumirem certas funções indispensáveis ao seu correcto desenvolvimento.

A crescente interdependência dos fatores económicos e sociais do turismo faz com que só o Estado possa identificar e canalizar os distintos interesses envolvidos, mantendo, porém como sua principal preocupação, o desenvolvimento sociocultural da população, a melhoria de sua qualidade de vida, e a proteção ao meio ambiente. Para assegurar o desenvolvimento do turismo, minimizando seus efeitos perversos, o Estado necessita do apoio e participação de todos os agentes do setor, e de desempenhar as funções coordenadoras, normativa, planeadora e financiadora que lhe são próprias (NOGUEIRA, 1987). No entanto, sendo uma actividade de carácter horizontal com grandes repercussões económicas, sociais, políticas, ambientais e culturais, em virtude das profundas inter-relações e interdependências que estabelece o turismo tem de ser perspectivado como uma questão nacional (CUNHA, 2009).

No que tange especificamente a gestão e planeamento do turístico que vise o desenvolvimento, segundo a literatura específica, ao Estado cabe, segundo Dias (2003), Cunha (2009) e Nogueira (1987), as funções de coordenação, planeamento, normativa (legislação e regulamentação entre as quais leis, decretos e resoluções) e financiadora. Em termos específicos, tem-se:

a) Função coordenadora

A coordenação da atividade turística só se torna possível pela elaboração implementação de uma política pública para o setor, e para se chegar a ela faz-se necessária uma estreita colaboração entre o órgão que tutela o turismo e as entidades direta e indiretamente ligadas à atividade. Deve, por isso, ser buscada a mais ampla consulta aos órgãos governamentais e às associações representativas, empresários e profissionais do turismo, assim como aos usuários e às comunidades locais (NOGUEIRA, 1987).

Algumas medidas segundo Cunha (2009) devem, então, ser tomadas para garantir o sucesso da função coordenadora: assumir de fato a coordenação e oferecer aconselhamento às diversas entidades do turismo; garantir a participação dos representantes das entidades públicas e privadas do setor no processo decisório; alargar a base de consultas às entidades de turismo, e também a organizações sem fins lucrativos, tais como clubes esportivos, sociedades culturais, grêmios sociais; integrar os esforços dos órgãos de turismo do país e do exterior; distribuir os benefícios culturais, económicos e sociais do turismo; conscientizar as comunidades para os efeitos positivos e negativos do desenvolvimento turístico.

b) Função normativa

A legislação geral não atende às necessidades do desenvolvimento do turismo. Toma-se necessário, por isso, formular leis e regulamentos específicos que privilegiem o papel do turismo em todos os campos da vida económica, social, cultural e política, dando-lhe prestígio como atividade e, em consequência, atraindo gente jovem e competente para o setor (NOGUEIRA, 1987). Entre as medidas regulatórias necessárias pode-se apontar: regulamentação do uso do solo para fins turísticos; proteção do ambiente natural e da qualidade de vida; credenciamento e regulamentação dos serviços direta e indiretamente ligados ao turismo; organização do sistema de promoção do turismo; fiscalização das empresas turísticas;

c) Função planejadora

O planeamento do turismo faz com que o governo se envolva diretamente no processo de desenvolvimento do setor e cria um clima de confiança, certeza e estabilidade que vem beneficiar, a um só tempo, o empresariado do setor e os turistas. Por outro lado, a simples explicitação de um plano já permite a integração do plano nacional de turismo no planeamento global do país, de modo a contribuir sinergicamente para o desenvolvimento económico-social.

d) Função financiadora

Para se desenvolver, o turismo necessita de vultosos investimentos em infraestrutura e equipamentos, e por isso não pode prescindir do financiamento dos governos. Compete, assim, aos governos suportar o custo dos grandes planos e da necessária infraestrutura básica. Paralelamente, podem ser criados, em áreas locais de interesse turístico, incentivos e isenções ou outros instrumentos financeiros e fiscais (NOGUEIRA, 1987).

O papel do Estado tem evoluído ao longo dos tempos e difere de país para país podendo assumir diferentes formas de intervenção conforme as circunstâncias e os graus de desenvolvimento alcançados, entre as quais a OCDE elege as quatro que a seguir se indicam (CUNHA, 2009).

- *Estado promotor* - O desenvolvimento da promoção transformou-se na primeira definição do papel dos responsáveis pelas políticas nacionais do turismo e o Estado assumiu o papel de promotor do turismo, em especial, no estrangeiro.
- *Estado estimulador* - O aumento da importância do turismo nas economias de muitos países levou os respectivos governos a atribuírem uma nova dimensão às políticas turísticas nacionais. A preocupação passou a ser, cada vez mais, a de aumentar os fluxos turísticos através da criação de novos pólos de atracção, da valorização turística de certas zonas, da criação de novos itinerários e circuitos turísticos para descongestionar as principais vias de penetração e da construção de infra-estruturas, vias de comunicação, aeroportos, saneamento básico.
- *Estado intervencionista* - O desenvolvimento acelerado do turismo cedo se confrontou com os problemas inerentes ao crescimento muito rápido da procura e alguns governos tiveram de assumir a responsabilidade não só de atrair os turistas mas também de os proteger enquanto consumidores. Os preços dos serviços hoteleiros bem como as tarifas dos transportes passaram a ser controlados, foram adotadas normas mais rigorosas

na classificação dos hotéis e as agências de viagens passaram a ser regulamentadas. Os próprios organismos internacionais contribuíram para que os Estados passassem a assumir novas responsabilidades em áreas de interesse para o turismo como é o caso da UNESCO e do Conselho da Europa com as suas iniciativas na defesa do património natural, histórico e cultural.

- *Estado Coordenador* - Os Estados foram levados a desenvolver iniciativas de planeamento regional e a aumentar a eficiência dos organismos governamentais do turismo. A intensificação dos processos de regionalização levou a que os organismos governamentais passassem a integrar novas preocupações na elaboração das suas políticas e a ter de exercer um maior papel de coordenação.

2.5. Desenvolvimento Sustentável do Turismo versus Turismo Sustentável

Desde o início da sua expansão tem-se registado alguns fatores que estiveram e certamente continuarão associados ao desenvolvimento do turismo. Os fatores económicos que contribuem para o aumento do nível de vida das populações dos países emissores; a tecnologia da informação, comunicação e transporte; fatores políticos e sociais nomeadamente a normalização internacional no funcionamento dos meios de transporte e comunicação, a diminuição dos conflitos bélicos, o reconhecimento dos direitos humanos e o respeito pela diferença étnica, cultural e religiosa; fatores demográficos como o envelhecimento da população nos países com mais recursos, maior disponibilidade de tempo adveniente da melhoria das condições laborais e um maior congestionamento dos meios urbanos; o fator globalização que leva a homogeneização do estilo de vida bem como a expansão e internacionalização de várias empresas prestadoras de serviços turísticos (MORILLO, 2011).

Em detrimento deste crescimento temas como, problemas sociais e ambientais, críticas à exploração economicista da atividade, o intercâmbio entre sociedades e nações, a consciência e respeito crescente ao ambiente natural, o respeito às singularidades culturais, a relação entre os homens e a qualidade de vida, têm levado à discussão e procura do desenvolvimento sustentável através de um turismo que se quer sustentável (HANAI, 2014).

O turismo sustentável teve sua origem no conceito geral de desenvolvimento sustentável.

Hunter apud Hanai (2014), sugere que um modelo simplista e inflexível, que falha na sua aplicação em circunstâncias específicas, tem surgido em detrimento da evolução isolada do significado de turismo sustentável. Para o autor esta evolução tem distanciado o turismo sustentável do conceito que lhe deu origem considerando mesmo que os princípios e políticas do turismo sustentável não contribuem necessariamente para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Butler (1999), o turismo sustentável não é o mesmo que o turismo desenvolvido seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável. Fazendo a distinção entre estes dois conceitos, Butler (1999), afirma que o turismo sustentável é o objetivo que se almeja alcançar enquanto o desenvolvimento sustentável do turismo é o processo para se alcançar tal ou tais objetivos.

Para Hanai (2014), o termo turismo sustentável pode induzir na tipificação do turismo definido-o como um termo restrito do setor turística ou tipo de turismo, por isso, alguns autores preferem usar o termo desenvolvimento sustentável do turismo.

2.6. Turismo Sustentável

A conscientização sobre as questões de sustentabilidade que originalmente se referia ao meio ambiente, com a utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação com a preservação, hoje também abrange as esferas sociais, econômicas e culturais, bem como as ambientais.

A semelhança do crescimento da consciência ambiental, o turismo se desenvolveu de uma forma rápida, também com utilização intensiva dos recursos naturais e sem uma preocupação com a preservação desses atrativos que formam a base de sustentação da atividade turística (DIAS, 2008).

Nos últimos anos, o turismo tem registado um significativo crescimento e prevê-se que continue, especialmente em países em desenvolvimento que registam uma taxa de aumento do número de visitantes e que segundo a UN/WTO (2005), em alguns casos excede consideravelmente a média dos países desenvolvidos.

Os governos e as organizações não-governamentais (ONG's) que operam nestas economias consideram o turismo como um meio de reduzir a pobreza e vêem nela uma

força para impulsionar o desenvolvimento em um ambiente de negócios onde as oportunidades de expansão econômica são limitadas.

Estudos acadêmicos também reconheceram formalmente a importância do setor do turismo como motor de crescimento e de desenvolvimento sustentável (JIAYING e NEPAL, 2009).

A questão do turismo e sustentabilidade é cada vez mais importante sendo que qualquer aspecto do turismo e seu efeito sobre a economia deve levar em conta os impactos sociais, econômicos e ambientais.

Em 2005, no documento *Making Tourism More Sustainable*, a OMT referia que o turismo sustentável não é uma forma especial de turismo. Em vez disso, todas as formas de turismo devem se esforçar para ser mais sustentáveis porque o turismo está em uma posição muito especial para beneficiar as comunidades locais, econômica e socialmente, e para aumentar a conscientização e apoio para a conservação do meio ambiente (UNEP/WTO, 2005).

O turismo sustentável é um grande foco no debate sobre o desenvolvimento do turismo, mas de acordo com Jiaying e Nepal (2009), as pesquisas mostram que a sustentabilidade é um conceito complexo, e que requer uma análise mais crítica e abrangente do que aquela que tem sido feita até então.

2.6.1. Desenvolvimento e Evolução do Conceito de Turismo Sustentável

Para compreender as origens e o conceito de turismo sustentável, em primeiro lugar torna-se necessário compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como a evolução que o próprio conceito sofreu ao longo do tempo.

A origem do conceito de sustentabilidade está relacionada com a evolução da preocupação mundial com o meio ambiente.

Nas últimas décadas, os impactos do turismo têm recebido cada vez mais atenção nos discursos e estudos sobre o seu desenvolvimento. A indústria do turismo tem uma grande capacidade para gerar crescimento no destino. Por outro lado, os impactos desta atividade provocam problemas evidentes e potenciais de ordem ambiental, social, questões

culturais, económicas e políticas em destinos e sistemas, criando a necessidade de alternativas e mais amigas do ambiente.

O termo e a ideia de sustentabilidade foi trazida para o turismo a partir da ideologia do desenvolvimento sustentável na sequência da publicação do relatório da Comissão Brundtland, *O Nosso Futuro Comum (Our Common Future)* em 1987. Este relatório foi produzido na sequência da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em 1972 e que marca a origem do conceito de sustentabilidade (DIAS, 2013).

O propósito do relatório foi de definir estratégias ambientais para se atingir um desenvolvimento sustentável até o ano 2000; definir formas de se atingir o desenvolvimento baseado na inter-relação entre as pessoas, os recursos naturais e o desenvolvimento;

Em 1992, as ideias e princípios do Relatório Brundtland foram discutidas na Conferência da ONU, realizada no Rio de Janeiro, Rio-92. Entre as principais destacam-se: a Carta da Terra, uma declaração de princípios básicos a serem seguidos por todos os povos com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento; e a Agenda 21, um plano de ação com as metas aceitas universalmente para o período pós 1992 e entrando pelo século XXI. O turismo foi um tema periférico com pouca expressão na maioria dos documentos resultantes do encontro mas mesmo assim a preocupação com os problemas ambientais que o turismo poderia causar acompanhou a evolução das preocupações mundiais com o tema.

Numa reunião que ocorreu em 1992 da qual participaram o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a OMT e o Conselho da Terra, foi discutida uma forma de adequar a indústria turística ao principal documento que foi gerado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a “Agenda 21”. Foi produzido o documento “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo”, publicado pela OMT em 1994. Nesse documento o desenvolvimento é colocado como parte central do negócio do turismo e reconhece que práticas sustentáveis controlarão os preços a longo prazo. Trata-se de uma iniciativa voltada à promoção da prática do turismo sustentável ao definir objetivos distintos para os diversos atores da sociedade (CANDIOTTO, 2009; DIAS, 2013).

Desde o Conselho da Terra, o conceito de desenvolvimento sustentável continuou merecer uma crescente atenção quer dos teóricos quer dos profissionais de turismo. Isso se refletiu na proliferação de declarações políticas, diretrizes e planos de desenvolvimento do turismo sustentável. A OMT abraçou a abordagem sustentável para o turismo, e começou a aplicar princípios de desenvolvimento sustentável em todo o seu planeamento do turismo e desenvolvimento (UN/WTO, 1994).

Em 1995, nas Ilhas Canárias (Lanzarote – Espanha), é realizada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, durante a qual foi elaborada a Carta do Turismo Sustentável que de entre outros chamava a atenção para: a necessidade da atividade turística não ultrapassar os limites do ambiente; a necessidade da participação de todos os atores sociais no planeamento integrado da atividade; a adoção de códigos de conduta e de formas alternativas de turismo (KÖRÖSSY, 2008);

Em 1999, foi realizado o sétimo encontro da comissão europeia sobre o desenvolvimento sustentável no setor do turismo. No mesmo ano em Santiago do Chile, foi adoptado pela OMT o código mundial de ética do turismo inspirados nos princípios de desenvolvimento sustentável. O código de ética inclui nove artigos descrevendo as regras básicas para governos, operadores de turismo, promotores, agentes de viagem, funcionários, bem como comunidades de acolhimento e dos próprios turistas. A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o Código Mundial de Ética do Turismo em 2001 (NETO, 2003; KÖRÖSSY, 2008).

Em finais de 2002, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizado em Joanesburgo na África do Sul, foi aprovado um plano de implementação com novas medidas para promover o desenvolvimento do turismo sustentável por forma a incrementar os benefícios do turismo em termos de recursos para as comunidades de acolhimento mantendo a integridade cultural e ambiental e reforçar a proteção das áreas ecologicamente sensíveis (NETO, 2003).

Em 2013, foi lançado o projeto *“Enhancing capacities for Sustainable Tourism for Development in Developing Countries”* da OMT em conjunto com a Comissão Europeia (CE) cujo objetivo é melhorar a compreensão comum e compromisso sobre turismo sustentável, tornando-se num veículo para promover o crescimento económico e social, através da realização dos imperativos do desenvolvimento, ao mesmo tempo

minimizando os impactos sociais, culturais e ambientais negativos (UNWTO e EC, 2013).

Adaptar os princípios do desenvolvimento sustentável, ao turismo foi visto como uma solução para mitigar os impactos negativos do turismo e garantir a viabilidade a longo prazo e bem-estar dos destinos. Como uma abordagem positiva destinada a reduzir as tensões criadas pelas interações entre a indústria do turismo, os visitantes, o ambiente e as comunidades, o turismo sustentável, conceptualizado a seguir, foca em minimizar os impactos ambientais e culturais, otimizando a satisfação dos visitantes e maximizar o crescimento econômico de longo prazo na região onde o turismo é desenvolvido (JIAYING e NEPAL, 2009).

As origens do conceito de turismo sustentável remontam aos anos 60 e o seu surgimento está relacionado com o interesse académico sobre os impactos negativos do turismo nomeadamente no desenvolvimento de pesquisas relacionadas com a capacidade de carga. Na década de 1970 as principais preocupações eram com a gestão de visitantes; e na década de 80 surge o conceito de turismo verde (NETO, 2003).

O termo turismo sustentável tem várias interpretações, porém na literatura alguns tem sido destacados e o mais assumido é o da OMT (2003), que define o turismo sustentável como sendo é aquele que atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É o turismo que tem em conta os seus atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, abordando as necessidades dos visitantes, a indústria, o meio ambiente e comunidades de acolhimento (UNEP/WTO, 2005).

Para Butler (1999), Turismo Sustentável é o turismo desenvolvido e mantido em uma área (comunidade e ambiente) de uma forma e escala tal que continua a ser viável durante um período infinito sem se degradar ou alterar o ambiente (humano e físico).

Para Swarbrooke apud Candioto (2011) o Turismo sustentável é aquele que “satisfaz hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”

Na sua essência as definições apresentadas até então não diferem muito uma da outra na medida em que ambas fazem menção a sustentabilidade da própria atividade turística que deve manter o seu funcionamento com base nos três eixos fundamentais da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável do turismo está baseado num equilíbrio harmônico entre três dimensões: a económica, a sociocultural e a ambiental.

A sustentabilidade económica deve garantir que o desenvolvimento seja economicamente eficiente, beneficie a todos os agentes envolvidos e a comunidade receptora, e que os recursos sejam geridos de modo que se beneficiem também as gerações futuras.

A sustentabilidade social e cultural deve garantir a diminuição das desigualdades sociais e a manutenção dos valores e da cultura locais, incluindo a preservação do património cultural material e não material.

A sustentabilidade ambiental deve garantir que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos recursos naturais.

Para Zhenhua (2003), o desenvolvimento do turismo tem mostrado que todos estes eixos são igualmente importantes e que os objetivos de sustentabilidade não podem ser alcançados se um eixo é continuamente subordinado aos outros. Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável requer o cumprimento simultaneamente das necessidades e desejos dos turistas, das empresas turísticas, da comunidade de acolhimento e as necessidades de proteção do meio ambiente.

Para a UNEP/WTO (2005) os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, económicos e sócio-culturais do desenvolvimento do turismo, e deve ser estabelecido um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Deve haver, de acordo com Zhenhua (2003), o planeamento e implementação de parcerias eficazes entre os diversos *stakeholders* para que o desenvolvimento do turismo sustentável possa efetivamente:

- Otimizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando na conservação do património natural e da biodiversidade;

- Respeitar a autenticidade sócio-cultural das comunidades de acolhimento, conservar os seus valores construídos, o património cultural e tradicional, e contribuir para a compreensão e tolerância inter-cultural;
- Assegurar a viabilidade das operações económicas a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas garantindo a distribuição justa dos recursos, incluindo o emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades anfitriãs, e contribuindo para a redução da pobreza.

Aquando da operacionalização do turismo sustentável, sobretudo por organismos internacionais, foi necessário levar em consideração várias questões críticas para o conceito de desenvolvimento sustentável. O princípio que impõe balancear todas as metas e eixos do desenvolvimento sustentável tem sido considerado por alguns autores como irrealista e assim a busca por prioridades tornou-se inevitável (JIAYING e NEPAL, 2009).

É nesse sentido que alguns autores dizem que falar de desenvolvimento sustentável implica o abrandamento da economia. As noções de sustentabilidade são construídas e reconstruídas, principalmente pelo setor empresarial, como estratégia para o aumento do lucro e objetivando o marketing (BANERJEE, 2003). Em termos políticos, o termo sustentabilidade tem sido banalizado transformando-o numa utopia (HANAI, 2014).

Para Sharpley (2010), dada a amplitude do sistema turística e do carácter fragmentado, multi-setorial da indústria do turismo, a abordagem da sustentabilidade não é realista ou viável. Mais especificamente, a insustentabilidade da maioria das formas de transporte não só representa um desafio fundamental para o turismo sustentável. Um outro fator apresentado pelo autor é o facto de que a indústria do turismo compreende principalmente, o setor privado motivado pelo lucro, portanto, é provável que a maioria das empresas estejam mais preocupadas com o lucro de curto prazo, em vez de o desenvolvimento sustentável a longo prazo do destino. O autor reconhece que o turismo desempenha, um papel económico fundamental como fonte de geração de receita, divisas e emprego, mas, menos certo, é a certeza de que as metas de desenvolvimento sustentável mais amplas, tais como a satisfação de necessidades básicas, auto-suficiência e desenvolvimento endógeno, possam ser alcançadas através do turismo.

Para Ranauro apud Hanai (2014), se o desenvolvimento sustentável é uma utopia deve-se buscar os mecanismos para a sua implementação e operacionalização porque a lógica da transformação não pode ser a lógica da situação.

O conceito de turismo sustentável só pode ser aplicado eficazmente se houver indicadores de sustentabilidade úteis, confiáveis, aceitos e disponíveis, para avaliar os impactos do visitante no destino observando de forma equitativa todos os eixos definidos neste capítulo (JIAYING e NEPAL, 2009).

2.6.2. Princípios para a Implementação do Turismo Sustentável

O desenvolvimento do turismo não pode ser levado a cabo a qualquer preço, nomeadamente sem respeitar a sua dimensão ambiental, social ou económica, isto é, sem sustentabilidade. Por isso, atualmente se defende que a qualidade do turismo só pode ser garantida estabelecendo um equilíbrio adequado entre estas três dimensões ou seja garantindo a sustentabilidade do seu desenvolvimento (HANAI, 2014; CUNHA, 2006).

O desenvolvimento sustentável do turismo pressupõe a adopção de estratégias, políticas que garantam a manutenção dos elementos indispensáveis à prossecução de objectivos de desenvolvimento turístico.

A OMT reconhece que os princípios do desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em qualquer destino, incluindo o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos (UNEP/WTO, 2005).

Em 1993, a OMT enunciou um conjunto de princípios, que abrangem já todas as componentes do sistema turístico, com o objetivo de dar orientações mais precisas sobre aquilo que o turismo deve proporcionar, de forma a ser sustentável (UN/WTO, 1994).

Assim, o turismo sustentável deve:

- Estimular a compreensão e conhecimento dos impactos do turismo sobre o ambiente natural, cultural e humano;
- Alertar para a importância dos recursos naturais e culturais e para a necessidade de os preservar, no sentido do bem-estar económico e social das comunidades humanas;

- Gerar emprego local, quer directamente no setor turístico, quer indirectamente noutros serviços;
- Estimular a criação de pequenas indústrias locais, domésticas e lucrativas; pequenos hotéis e outras formas de alojamento de pequena e média dimensão; restaurantes típicos, de gastronomia local; redes de transportes e comunicações artesanato, pequenas empresas baseadas na exploração equilibrada dos produtos locais; serviços turísticos de acompanhamento, promoção ou de guia;
- Diversificar a economia local em áreas rurais ou periféricas, com baixos índices de emprego;
- Compatibilizar o desenvolvimento turístico com as capacidades de regeneração dos ecossistemas e com ordenamento dos espaços naturais;
- Fomentar a melhoria das necessidades básicas de equipamentos em infraestruturas, que possam ser utilizadas pela comunidade local e pelos visitantes;
- Encorajar a utilização produtiva dos terrenos;
- Reforçar a identidade local e a auto-estima das comunidades;;
- Promover uma constante avaliação e gestão dos próprios impactos que tem sobre o ambiente natural e sobre os padrões culturais, desenvolvendo métodos de estudo e de diagnóstico permanente, e definindo responsabilidades no combate aos possíveis impactos negativos.

Segundo Phillips apud Prosser (1994), existem princípios e linhas orientadoras de carácter geral, para uma efectiva aplicação prática do conceito de turismo sustentável:

- As experiências turísticas devem basear-se nas características do ambiente natural, social e cultural;
- O desenvolvimento turístico deve patrocinar a conservação da natureza, suplementar os rendimentos das populações locais e trazer novos usos e valor às estruturas do património histórico;
- O planeamento, o desenho e a implantação das construções turísticas deve ser compatível e, se possível, favorecer a paisagem local;
- O controlo das actividades do turismo deve permanecer, na medida do possível, sob a responsabilidade das autoridades locais. Este controlo e os benefícios resultantes devem ser redistribuídos equitativamente. Aqueles que retiram

verdadeiros benefícios económicos e financeiros devem contribuir substancialmente para a conservação e promoção ambiental.

- O investimento no turismo deve servir de suporte da economia local e encorajar uma lenta dispersão espacial das actividades, evitando congestionamentos e minimizando os seus impactos.
- A indústria turística deve activamente promover um conhecimento, por um lado, das populações locais, e por outro, dos turistas visitantes informações, interpretações e educação.

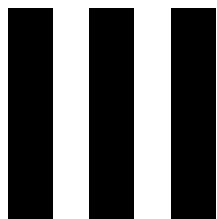
Os princípios de sustentabilidade estabelecem um equilíbrio adequado entre as dimensões ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento turístico para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. Todos os envolvidos no setor do turismo devem estar conscientes dos impactes que a actividade provoca e, por conseguinte, procurar reduzir as consequências nefastas associadas à actividade turística (HANAI, 2014).

Em 2005, a OMT no documento *Making Tourism More Sustainable, A Guide for Police Makers* apresentou os seguintes princípios para o planeamento do turismo sustentável:

- A conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais;
- O respeito à autenticidade sócio-cultural das comunidades anfitriãs;
- A geração de benefícios socioeconómicos distribuídos para todos os atores envolvidos, incluindo a geração de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais por forma a que a atividade contribua para a redução da pobreza.

A sustentabilidade, entendida de forma sistémica nos princípios aqui enunciados, permite definir um estilo de desenvolvimento sustentável como uma opção social que inclui objetivos múltiplos, segundo determinadas escalas de valores e contextos variáveis que vão transformando no tempo e se retroalimentam permanentemente (HANAI, 2014).

Estes princípios pressupõe que todos os grupos envolvidos na atividade turística devem estar conscientes dos impactes ambientais e socioculturais que a actividade provoca e, através de um processo contínuo mensurável e monitorado, procurar empenhar-se em reduzir as consequências associadas à actividade turística.



METODOLOGIA

Neste capítulo aborda-se a estratégia ou plano de ação que associa métodos à resultados, ou seja, as técnicas e procedimentos que se propõe utilizar para atingir os objetivos definidos para esta dissertação.

3.1. Características da Pesquisa

A estratégia de pesquisa pode ser delineada tendo por base o modelo apresentado por Saunders, Lewis e Thornhill (2009). A *research 'onion'* (ver anexo 1) desdobra de forma sistémica, partindo do geral para o particular, as etapas significativas que escolheu-se para descrever as questões subjacentes às de técnicas de recolha de dados e procedimentos de análise.

Crotty (2003), afirma que, no desenvolvimento da pesquisa, é preciso colocar o esforço considerável em resposta a quatro questões: (i) quais os métodos utilizados; (ii) qual a metodologia; (iii) qual a perspetiva teórica e (iv) qual a epistemologia. Estas questões são dispostas na Tabela 3:

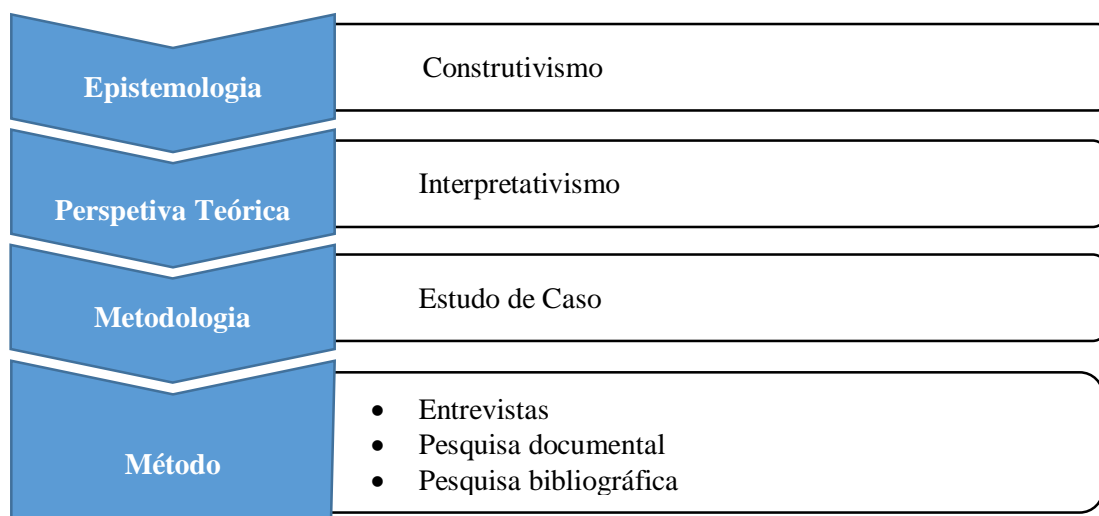
Tabela 3 - Classificação da pesquisa científica

Epistemologia	Perspetiva Teórica	Metodologia	Métodos
Objetivismo	Positivismo	Experimental	Amostra
	Interpretativismo	Pesquisa	Medida e escala
Construtivismo	Simbólico	Etnográfica	Questionário
	Fenomenológico	Pesquisa fenomenológica	Observação
Subjetivismo	Hermenêutica	Teoria fundamentada	Entrevistas
	Questionamento crítico	Pergunta heurística	Grupo focal
	Feminismo	A pesquisa-ação	Estudo de caso
	Pós modernismo	Análise do discurso	Análise documental

Fonte: adaptado de Crotty (2003)

A partir da classificação de Crotty (2003) foi elaborada a Figura 3 que representa o resumo da classificação da presente pesquisa e que está assente numa filosofia construtivista de natureza interpretativista. Os métodos utilizados foram de natureza qualitativa e a estratégia de pesquisa baseou-se num estudo de caso.

Figura 3 - Classificação da presente pesquisa



Fonte: elaboração própria

3.2. Estratégia da Pesquisa

De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill (2009), quer o método qualitativo e quer o quantitativo podem ser utilizados de forma adequada com qualquer paradigma de pesquisa.

O paradigma permite definir as teorias e modelos considerados válidos para a resolução de problemas. O paradigma definirá como legítimos os problemas e métodos de uma determinada área de pesquisa (ENSSLIN *et al*, 2001).

Para Mendonça e Videira (2007), o paradigma além de delimitar o âmbito da investigação, também estabelece o consenso acerca dos fundamentos que devem conduzir a pesquisa, assegurando que os fundamentos da pesquisa são decididas de modo consensual.

Quanto a sua filosofia, esta pesquisa é construtivista adotando um paradigma interpretativista na medida em que reconhecemos que a nossa experiencia molda a interpretação da realidade.

Crotty (2003) faz as seguintes observações:

- Significados são construídos por seres humanos envolvidos na sociedade. Os pesquisadores qualitativos tendem a usar perguntas abertas para que os participantes possam expressar suas opiniões;
- Os seres humanos envolvem-se com a realidade e constroem suas percepções através da sua experiência histórica e social. Assim, os pesquisadores qualitativos buscam compreender a situação dos participantes envolvendo-se no seu contexto e colhendo informações pessoalmente. A interpretação também é feita com base nas próprias experiências e origens do pesquisador.
- A construção básica de significados é sempre social resultante das interações que ocorrem numa comunidade humana. O processo de pesquisa qualitativa é em grande parte indutiva, com o pesquisador a criar os significados/conceitos a partir dos dados colhidos no terreno.

A realidade é uma concepção da mente, onde o processo interpretativo é a única maneira de se chegar à realidade. Assim, o conhecimento é construído e sustentado socialmente pelo contexto que está inserido (BURRELL e MORGAN, apud CHAEBO e GUIMARÃES, 2014).

Creswell (2007), afirma que neste tipo de pesquisa busca-se confiar nas visões que os participantes têm da situação a qual está sendo estudada. Quanto mais aberto o questionamento, melhor, enquanto o pesquisador ouve atentamente o que as pessoas dizem e fazem nos ambientes em que vivem.

Dada a natureza do problema e tendo em conta os objetivos definidos utilizou-se uma abordagem qualitativa, já que o contexto requer que se leve em conta, de acordo com Petri (2005), as percepções dos indivíduos envolvidos, buscando compreender melhor a situação estudada e a partir da análise dos dados, identificar as ações mais apropriadas ao seu aperfeiçoamento.

Esta abordagem é justificada pela necessidade de se entender a natureza de um fenômeno social. Existem problemas que podem ser investigados por meio de metodologia quantitativa, porém outros demandam outra abordagem e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa (RICHARDSON, 1999).

De acordo com Creswell (2007, p.35) na pesquisa qualitativa faz-se alegações de conhecimento com base:

... principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas.

Das estratégias de pesquisa para a abordagem qualitativa foi utilizado o estudo de caso, onde foi explorado a gestão da atividade turística com enfoque na sustentabilidade na ilha de Santo Antão.

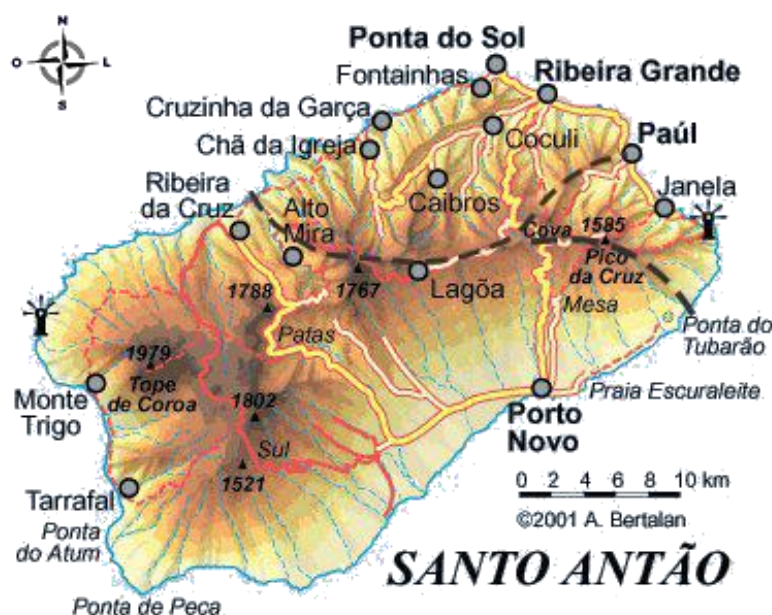
Os estudos de caso levam o pesquisador a explorar profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos focalizando o estudo numa situação ou fenômeno particular, o que o faz um tipo de estudo adequado para investigar problemas práticos (CRESWELL, 2007).

3.3. Objeto de Estudo

A pesquisa decorreu na ilha de Santo Antão, República de Cabo Verde.

A ilha em causa conta com três municípios: Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo que perfazem uma área de 779 Km² e população de 43.925 habitantes (segundo o censo de 2010). É a segunda maior ilha, situada no grupo barlavento do arquipélago, a mais ocidental (ver Figuras 1 e 4).

Figura 4 - Mapa Ilha de Santo Antão



Fonte: adaptado de biztravels.net

3.4. Métodos e Instrumentos de Recolha de Dados

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa, em que o investigador envolve-se com os participantes. Por isso, deve-se estabelecer as fronteiras para o estudo, coletar informações através de observações e entrevistas, documentos e materiais visuais, bem como estabelecer o protocolo para registrar informações (CRESWELL, 2007).

Na Tabela 4 é apresentado a relação entre os objetivos específicos estabelecidos e a técnica de coleta de dados utilizada para cada um:

Tabela 4 - Relação objetivos específicos e instrumento de recolha

Objetivos Específicos	Instrumentos de Recolha
Fazer o levantamento dos planos e linhas estratégicas existentes para o destino Santo Antão;	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental • Entrevistas
Fazer o levantamento dos planos e linhas estratégicas existentes para o destino Santo Antão;	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental • Entrevistas
Caracterizar o destino turístico da ilha da Santo Antão;	<ul style="list-style-type: none"> • Observação direta • Pesquisa documental • Entrevistas
Identificar os projetos e investimentos existentes no domínio do turismo na ilha destacando aqueles com enfoque na sustentabilidade;	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas • Pesquisa documental
Elencar as deficiências e os desafios que se colocam a nível da sustentabilidade do destino turístico da ilha de Santo Antão;	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas • Pesquisa documental • Pesquisa bibliográfica
Propor um modelo para o aperfeiçoamento da gestão do destino turístico sustentável.	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas • Pesquisa documental • Pesquisa bibliográfica

Fonte: Elaboração própria

Os métodos qualitativos tradicionalmente são presenciais, ou seja, há o contato direto e pessoal do pesquisador com os entrevistados, mas podem ser feitos grupos ou entrevistas por telefone ou vídeo-conferência, além do desenvolvimento dos métodos de pesquisa qualitativa (PERDIGÃO *et al.*, 2012).

Para a recolha dos dados primários e os secundários que decorreu entre abril e junho de 2015, utilizaram-se instrumentos de recolha de dados baseados em entrevistas, pesquisa documental e observação direta. Preferencialmente aplicaram-se entrevistas do tipo semiestruturadas (Anexos 2, 3 e 4) que são geralmente conduzidas com base em tópicos específicos a partir da qual se criam as questões. A definição desses tópicos foi feita tendo por base os objetivos do estudo e da fundamentação teórica.

A entrevista por ser mais flexível permite observar atitudes, reações e condutas obtendo assim dados relevantes e mais precisos sobre o objeto de estudo. Consequentemente construiu-se um guião que assegurará a obtenção das informações pretendidas. Apresentando-se como uma das técnicas mais utilizadas na coleta de dados em uma pesquisa qualitativa de acordo com Gil (2012, p. 109), a entrevista sendo uma forma de interação social pode ser definida como “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Foram propositalmente selecionados para o estudo os responsáveis de agências de viagens, autoridades que participam na gestão da atividade turística na ilha, líderes comunitários e pessoas singulares que participam ou desempenham algum papel na gestão da atividade turística em Santo Antão. Estas entrevistas foram gravadas e aplicadas presencialmente e através de videoconferência, no ambiente habitual de trabalho do entrevistado.

Cada entrevistado assinou um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Anexo 6) autorizando a gravação da entrevista, sendo-lhes garantido, o sigilo e o anonimato. A realização das entrevistas ocorreu nos meses de maio e junho de 2015.

Segundo Creswell (2007), a ideia por trás da pesquisa qualitativa é selecionar propositalmente participantes mais indicados para ajudar o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa. Segundo o mesmo autor deve-se considerar: o cenário, os atores entrevistados, como serão entrevistados e os eventos vividos pelos atores dentro do cenário.

Os dados secundários foram obtidos através da análise de documentos e outros materiais fornecidos pelos entrevistados, documentos oficiais, relatórios, planos estratégicos e

documentos fornecidos por organismos que participam na atividade turística da ilha de Santo Antão.

A pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica na medida em que exige a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares, podendo os materiais utilizados nas pesquisas documentais aparecer sob diversos formatos (GIL, 2002).

3.5. Procedimentos de Análise de Dados

O processo de análise de dados consiste de extrair sentido dos dados de texto e imagem. Segundo Creswell (2007, p. 194), “(...) envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento dos dados, fazer representação dos dados e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados”.

Foram realizadas um total de 13 (treze) entrevistas sendo: 3 (três) com autoridades que participam na gestão da atividade turística na ilha, 4 (quatro) com responsáveis de agências de viagem, 2 (dois) com líderes associativos e 4 (quatro) com pessoas singulares que participam ou desempenham algum papel na gestão da atividade turística em Santo Antão.

Os dados extraídos das entrevistas são, de acordo com Duarte (2004), resultado da ordenação do material empírico construído a partir de um trabalho de campo. Após a recolha, faz-se a interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizando-os em categorias ou eixos temáticos, e cruzando-os com as referências teóricas/conceituais que orientam a visão do pesquisador.

Após uma leitura prévia das entrevistas à analisar, procedeu-se a codificação que consistiu em salientar, classificar, agregar e categorizar trechos das entrevistas transcritas. De acordo com Creswell (2007), os pesquisadores precisam adaptar a análise de dados a partir dos métodos mais genéricos para especificar tipos de estratégia de pesquisa criando categorias de informações e depois narrar uma história da interconexão entre essas categorias.

De acordo com os atores entrevistados, as categorias de análise foram definidas com base no referencial teórico adotado e tiveram em consideração: as dimensões económicas, socioculturais e ambientais da sustentabilidade; os impactos da atividade turística. As categorias são demonstradas nas Tabelas 5, 6 e 7.

Tabela 5 - Categoria pergunta/resposta das autoridades públicas

Categoria pergunta/resposta das autoridades públicas	
Dimensão económica	<ul style="list-style-type: none"> • Planos estratégicos de gestão para a atividade turística; • Peso da atividade turística na economia da ilha/município; • Taxas e receitas advenientes da atividade turística; • Investimentos em infraestruturas turísticas; • Promoção do destino; • Perspetivas de crescimento e desenvolvimento;
Dimensão sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda de eventos culturais; • Infraestruturas e incentivos a cultura; • Infraestruturas sociais que servem também à atividade turística; • Políticas de formação na área turística; • Impactos da atividade na vida da população;
Dimensão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Planos diretores municipais e estudos dos impactos ambientais advenientes da atividade turística; • Processo de licenciamento de estabelecimentos; • Incentivos e políticas de conservação ambiental.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6 - Categoria pergunta/resposta representantes de agências de viagens

Categoria pergunta/resposta representantes de agências de viagens	
Dimensão Económica	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do destino; • Competitividade do destino; • Nível de satisfação dos clientes; • Avaliação dos responsáveis públicos pela atividade turística; • Perspetivas de crescimento e desenvolvimento;
Dimensão sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda de eventos culturais; • Pontos fortes e fracos do destino; • Responsabilidade social; • Formação na área turística; • Impactos da atividade na vida das pessoas;
Dimensão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos fortes e fracos do destino; • Educação e sensibilidade dos turistas para aspetos ambientais; • Perceção dos turistas acerca da proteção e conservação ambiental.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 - Categoria pergunta/resposta líderes comunitários e empresários

Categoria pergunta/resposta líderes comunitários e empresários	
Dimensão Económica	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da atividade turística na economia da ilha; • Evolução da atividade turística; • Competitividade do destino pontos fortes e fracos; • Investimentos em infraestruturas turísticas; • Avaliação dos responsáveis públicos pela atividade turística; • Perspetivas de crescimento e desenvolvimento;
Dimensão sociocultural	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos culturais relevantes; • Impactos da atividade turística na vida das pessoas; • Infraestruturas sociais que servem também à atividade turística; • Envolvimento das pessoas na atividade turística;
Dimensão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos fortes e fracos do destino; • Os impactos advenientes da atividade turística; • Incentivos e políticas de conservação ambiental; • Avaliação dos responsáveis públicos pela atividade turística.

Fonte: Elaboração própria

Os dados das entrevistas foram analisados de acordo com o método de análise de conteúdo, feita com base na visão interpretativa da realidade e do ponto de vista dos entrevistados.

O método da análise de conteúdo, de acordo com Campos (2004), aparece como uma ferramenta para a compreensão da construção de significado que os atores sociais exteriorizam no discurso. As etapas da técnica propostas por Bardin apud Silva e Fossá (2013), estão organizadas em três fases: i) pré-análise, ii) exploração do material e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Seguindo as estratégias apresentadas por Creswell (2007), mormente: a triangulação de diferentes fontes de informação e de dados; a conferência dos membros através da apresentação do relatório final aos participantes na pesquisa; a apresentação de todas as informações tanto as positivas como as negativas ou discrepantes bem como o viés do pesquisador; o tempo despendido no campo de pesquisa; confirmam a exatidão e a validade dos resultados desta pesquisa.

IV

DIAGNÓSTICO PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO DESTINO SANTO ANTÃO

No início do capítulo é feita uma caracterização do destino turístico de Santo Antão tendo em conta o acesso, infraestruturas, procura e oferta turística bem como a análise SWOT do destino. Numa segunda parte do capítulo faz-se a análise da sustentabilidade do destino tendo por base as dimensões: económica, sociocultural e ambiental. No final do capítulo estabelece-se a relação entre os impactos do turismo, os princípios para implementação do turismo sustentável apresentados no referencial teórico com os resultados obtidos no estudo.

4.1. Enquadramento do Turismo em Cabo Verde

Situado na costa ocidental de África, Cabo Verde é um arquipélago insular, de origem vulcânica, constituído por dez ilhas divididos em dois grupos: Barlavento, a norte e Sotavento, a sul. As ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista fazem parte do primeiro grupo e as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava a completam o segundo grupo.

Com uma superfície de 4.033 km², tem uma população de 492 mil habitantes de acordo com o censo de 2010.

Em pleno Oceano Atlântico na encruzilhada de três continentes África, América e Europa a 500 km da costa do Senegal e 1.500 km a sul das Canárias, Cabo Verde está a 3,5 h de voo dos principais mercados norte-americano e europeu.

O panorama político é estável havendo uma amplo respeito pela democracia e pelas liberdades civis, religiosas e culturais. Desde a independência, em 1975, nunca houve qualquer golpe de Estado e desde a abertura política, em 1990, as eleições são consideradas livres e justas havendo alternância regular dos partidos no poder.

Em dezembro de 2007, Cabo Verde saiu da lista dos países menos desenvolvidos passando para a categoria de país de desenvolvimento médio. A trajetória de desenvolvimento baseada na boa governação, gestão macroeconómica sólida, integração na economia global e desenvolvimento social têm sido destacadas pela comunidade e organismos internacionais (FMI, 2015; WORLD BANK, 2015). No entanto, o crescimento abrandou devido à recessão prolongada na Europa e uma forte deterioração da confiança interna. O país continua vulnerável a choques externos, dada a sua dependência do turismo, remessas de emigrantes e de financiamento concecional (FMI, 2014).

Cabo Verde experimentou uma recessão em 2009, teve uma modesta recuperação registando um crescimento real de 4% em 2011 mas desde então tem abrandado. O crescimento do PIB foi estimado em 0,5% para 2013 e em 1% para 2014 (World Bank, 2015).

Cabo Verde ocupa o 123º lugar entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD em 2014. Dados do Banco Mundial indicam que, de 2003 a 2008, a taxa

de pobreza nacional *per capita* baixou de 37% para 27%, enquanto a taxa de pobreza extrema descia de 21% para 12%. O setor do turismo de Cabo Verde, o motor de crescimento do país, tem sido um dos principais responsáveis por estas reduções significativas (World Bank, 2015).

Em Cabo Verde há muito que se especula, qual é o real contributo do turismo para o PIB visto ser considerado um dos principais indicadores económicos. O turismo tem sido apontando como a alavanca do desenvolvimento do arquipélago e em vários discursos tem-se mostrado pertinente saber exatamente qual o real contributo.

O Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (INE-CV) vem trabalhando, há algum tempo, na preparação das informações de base para a CST de Cabo Verde (realização de inquéritos de gastos e satisfação dos turistas não residentes, inquérito de gastos dos turistas nacionais, compilação do quadros output – input, das contas nacionais, etc.) (INE-CV, 2015).

Com apoio técnico do INE da Suécia, da Espanha e das Canárias, o INE-CV iniciou desde 2012 o processo de implementação de uma conta satélite do turismo (INE-CV, 2015).

É de realçar que uma equina na INE-CV participou, em março de 2015, numa missão técnica ao Instituto Canário de Estatística (ISTAC), relativa às CST com o objetivo de montar a primeira CST de Cabo Verde (CST-CV) e elaborar um guia de compilação detalhando os procedimentos metodológicos, segundo as recomendações internacionais das estatísticas do turismo e o Manual Europeu para a Implementação da CST, permitindo assim a comparabilidade internacional dos resultados conseguidos.

Segundo o responsável pela célula da CST do INE-CV, essa conta será alcançada através da “reordenação de dados das contas nacionais e outras fontes” com o objetivo de “proporcionar uma medição completa da relevância económica do turismo”, através de indicadores macroeconómicos básicos, como o peso do turismo no PIB, no emprego e no equilíbrio da balança de pagamentos (SDTBM, 2013).

O INE-CV prevê para ainda no ano de 2015 publicar os primeiros resultados da CST onde o objetivo principal será de medir o peso real que o setor tem no produto interno bruto de Cabo Verde (A Nação Online, 2015)

A contribuição direta de Viagens & Turismo para o PIB em 2013 foi de 27.6 bilhões de escudos cabo-verdianos cerca de 16,2% do PIB. O World Travel & Tourism Council

(WTTC), estima que a contribuição direta de Viagens & Turismo para o PIB deve crescer de 6,5% ao ano, chegando a 20,0% do PIB até 2024. Em relação ao emprego a contribuição foi de 84,500 postos de trabalho em 2013 cerca de 38,4% do emprego total. Prevê-se um aumento de 5,7% em 2014 cerca de 89,500 empregos que representa 39,1% do emprego total (WTTC, 2014).

O principal mercado emissor de turistas, no ano 2014, foi o Reino Unido com 18,0% do total das entradas, seguido pela Alemanha com 12,8%; A França representou 11,5% e Portugal 11,1%. Relativamente às dormidas, o Reino Unido também permanece no primeiro lugar com 24,6% do total, seguido de Alemanha, Países Baixos, Portugal e França, com 15,0%; 11,3%; 9,3% e 8,4%, respetivamente.

Não obstante a diversidade em termos de produtos e destinos turísticos que Cabo Verde apresenta, nem todas as ilhas se têm beneficiado da dinâmica do setor turístico. Em 2014 A Ilha do Sal registou 41,5% do total das entradas, seguido da ilha da Boa Vista, com 32,9% e Santiago com 13,2%. Em relação às dormidas, a ordem foi a mesma: Sal com 46,2%, Boa Vista com 43,1% e Santiago, com 4,7% (INE-CV, 2015).

Segundo os dados do inventário anual dos estabelecimentos hoteleiros realizado pelo INE-CV, 2014 apresentou uma variação positiva de 3,2% face a 2013, com 229 estabelecimentos hoteleiros, que ofereceram uma capacidade de alojamento de 10.839 quartos, 18.188 camas e 23.171 lugares, traduzindo-se em acréscimos de 19,7%, 13,7% e 19,3% respetivamente, face a 2013. A evolução é apresentada na Tabela 8, onde também se pode constatar que, em 2014 estiveram empregados nos estabelecimentos hoteleiros inventariados 6.282 pessoas, representado um incremento de 9,2% face a 2013 (INE-CV, 2015).

Tabela 8 - Evolução dos dados de base de base sobre a hotelaria

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Evolução 2014/2013
Estabelecimentos	158	173	178	195	207	222	229	3,2
Nº. de quartos	6.172	6.367	5.891	7.901	8.522	9.058	10.839	19,7
Nº. de camas	11.420	11.720	11.397	14.076	14.999	15.995	18.188	13,7
Capacidade Alojamento	13.708	14.096	13.862	17.025	18.194	19.428	23.171	19,3
Pessoal de serviço	4.081		4.058	5.178	5.385	5.755	6.282	9,2

Fonte: Inventário anual de estabelecimentos hoteleiros (INE-CV)

No concernente aos estabelecimentos e capacidade hoteleira por ilha, conforme a Tabela 9, Santiago possui 51 estabelecimentos de alojamento turístico o que corresponde a 22,3% do total existente. Seguem-se as ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Sal com 41, 37 e 30 estabelecimentos, respetivamente. Verificou-se em 2014 maior aumento nas residenciais, com mais nove estabelecimentos, face a 2013, seguido de hotéis apartamentos com mais sete. Os decréscimos ocorreram nas pousadas e aldeamentos turísticos menos quatro estabelecimentos cada e nas pensões menos uma. Nos hotéis não se registaram variações em relação a 2013 (INE-CV, 2015).

Tabela 9 - Tipo de estabelecimentos por ilha

	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apartamentos		Aldeias		Residenciais		Total	
Ilha	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
S. Antão	4	7	19	27	1	13			1	14	16	23	41	17,9
S. Vicente	5	9	11	16	1	13	1	5			19	28	37	16,2
S. Nicolau			6	9			1	5			2	3	9	3,9
Sal	14	26	5	7			3	14	3	43	5	7	30	13,1
Boavista	8	15					4	19	1	14	8	12	21	9,2
Maio	1	2	3	4			2	10			2	3	8	3,5
Santiago	17	31	12	17	4	50	9	43	1	14	8	12	51	22,3
Fogo	4	7	10	14	2	25	1	5	1	14	5	7	23	10
Brava	1	2	4	6							4	6	9	3,9
Total	54	100	70	100	8	100	21	100	7	100	69	100	229	100
%	23,6		30,6		3,5		9,2		3,1		30,1		100	

Fonte: Inventário anual de estabelecimentos hoteleiros (INE-CV)

Em 2014 a oferta de camas concentrou-se principalmente na ilha do Sal (51,5%) seguido da Boavista com 26,0%, Santiago com 9,1% e S. Vicente com 5,8%, enquanto as restantes ilhas oferecem cerca de 7,6% do total das camas disponíveis no país (INE-CV, 2015).

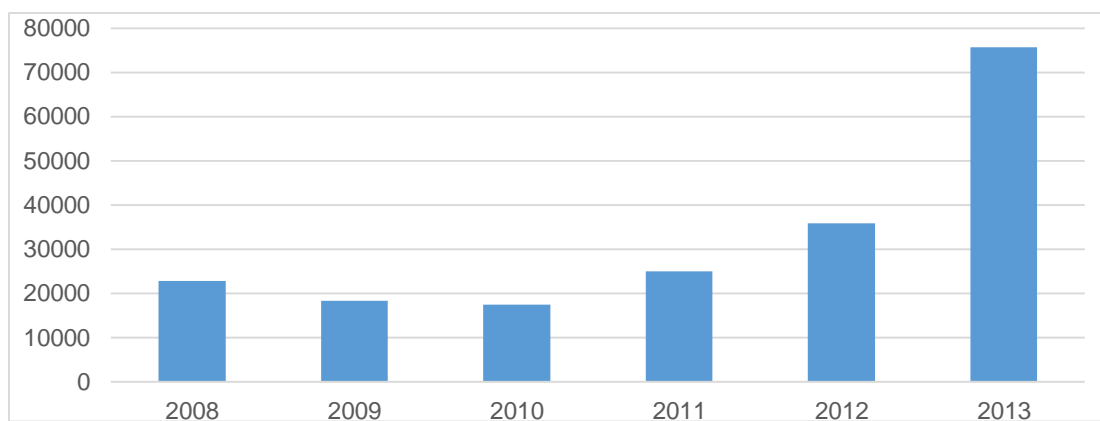
A dinamização de novos produtos turísticos e a exploração de novos segmentos de mercado é um dos desafios das empresas turísticas em Cabo Verde. Ultimamente, tem-se destacado novos segmentos de procura ligados ao turismo de cruzeiro e náutica de recreio. De acordo com a Tabela 10, os portos de Cabo Verde receberam, em 2013, mais de 75 mil passageiros e 157 escalas de navios de cruzeiro, um crescimento de 111% face a 2012 no que respeita ao número de passageiros. Nos últimos anos, tem-se registado um aumento do tráfego para as ilhas de Santiago e Santo Antão o Porto Grande em detrimento de Mindelo, ilha de São Vicente, que mesmo assim tem mantido os melhores indicadores (MTIE-DGT, 2014).

Tabela 10 - Turismo de cruzeiro em Cabo Verde 2013

Ilha	Porto	Escalas	Passageiros
São Vicente	Porto Grande	57	40.273
Santiago	Porto da Praia	39	26.585
Santo Antão	Porto Novo	15	3.834
Fogo	Vale dos Cavaleiros	13	1.142
Brava	Furna	11	546
Sal	Palmeira	9	1.982
Maio	Porto Inglês	6	601
São Nicolau	Tarrafal	5	266
Boavista	Sal-Rei	2	414
Total		157	75.643

Fonte: ENAPOR (2014)

Figura 5 - Total de passageiros de navios-cruzeiro de Cabo Verde 2008-2013



Fonte: ENAPOR (2014)

O setor do turismo continua a ser um dos maiores setores com oportunidade de desenvolvimento económico, social, cultural, ambiental, excecional, para Cabo Verde. Desde 2011, Cabo Verde tem estado no *top 10* da lista dos destinos de viagem mais éticos do mundo. A ONG *Ethical Traveler* destaca o destino Cabo Verde pela proteção do meio ambiente, bem-estar social e direitos humanos. Esta referência premia simbolicamente a aposta do governo e dos operadores turísticos na promoção da imagem turística de Cabo Verde (Ethical Traveler, 2015).

4.2. A Imagem Turística de Cabo Verde

Cabo Verde é caracterizado por um clima subtropical seco, com uma temperatura média anual de 25°. É um arquipélago de origem vulcânica, com uma identidade geofísica rica, diversa e com acentuados contrastes paisagísticos: relevo acidentado e áreas

completamente planas; paisagens verdejantes e paisagens áridas; extensas praias e encostas escarpadas; paisagens urbanas e cosmopolitas e paisagens rurais (DGT, 2010).

Cabo Verde é divulgado como um destino de “Sol e Mar”, porém tem-se destacado, nos últimos anos, novos tipos de turismo mas sobretudo novas abordagens na oferta turística de Cabo Verde. O turismo de sol e praia e o *all inclusive*, característicos das ilhas do Sal e da Boavista, tem vindo a ser complementado pelo: turismo de natureza no espaço rural, turismo de aventura, de montanha e turismo cultural. Cada ilha, em si, apresenta características distintas e peculiares tanto em termos da sua natureza e recursos naturais bem como da sua cultura, dos recursos e potencialidades de cada uma das ilhas que enformam o destino Cabo Verde.

As ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava são montanhosas, o que favorece o turismo de natureza com condições propícias para prática de desportos, *trekking*, escalada ou simplesmente para descansar e apreciar a natureza.

A ilha de Santo Antão além de suas imponentes montanhas com vales profundos, um deserto a sul e extensas ribeiras verdejantes, a norte, oferece aos visitantes produtos típicos com destaque para o grogue (aguardente feito de cana de açúcar) e uma gastronomia rica.

A ilha de São Vicente conhecida como “a ilha do Porto Grande” alberga uma das 10 baías mais belas do mundo. A cidade do Mindelo é caracterizada por uma peculiaridade e um cosmopolitismo, quer seja na arquitetura, na música, na cultura e gastronomia. A ilha apresenta uma oferta turística diversificada, onde se destacam o turismo de praia, o turismo cultural, com realce para o famoso carnaval, o festival de música de Baía das Gatas, os festivais de teatro Mindelact e Setembro Mês do Teatro e o tradicional *Reveillon* (DGT, 2010).

As ilhas do Sal, Boavista e Maio caracterizam-se por extensas praias de areia branca e águas puras e cristalinas, com condições excelentes para o turismo balnear e desportos náuticos, com destaque para o *surf*, *windsurf* e *kitesurf*, o mergulho e a pesca submarina. Até 2005, a ilha do Sal tinha o único aeroporto internacional de Cabo Verde, o que que impulsionou a construção de infraestruturas hoteleiras. Com a abertura do aeroporto internacional em novembro de 2007, a ilha da Boavista é hoje considerada a ilha com maior potencial para o turismo balnear em Cabo Verde. A ilha do Maio, de acordo com a

DGT (2010), não obstante o seu potencial como destino turístico, a ilha do Maio tem tido até agora uma participação pouco expressiva no quadro geral do turismo no arquipélago.

Além das suas planícies e vales exuberantes, a ilha de Santiago pela importância histórica, sobretudo a Cidade Velha oferece uma riqueza e simbolismo em seus vários monumentos, onde se destacam a Fortaleza de São Filipe, as ruínas da Sé Catedral, o Pelourinho, o antigo Convento de São Francisco, a Igreja de N^a Sra. do Rosário (a mais antiga igreja colonial do mundo, construída em 1465). A Cidade Velha foi reconhecida em junho de 2009 como Património da Humanidade pela UNESCO (DGT, 2010). A ilha é ainda rica em manifestações culturais onde se destacam a música e o artesanato. No norte da ilha, pode-se ainda disfrutar do turismo balnear na bela enseada do Tarrafal, onde se localiza também campo de concentração, antiga prisão para dissidentes políticos do regime colonial português.

Com cerca de 2.800 metros de altitude, o único vulcão ainda em atividade em Cabo Verde está na ilha do Fogo. A ilha possui uma orografia singular, de formato cónico, cujo elemento central é a enorme cratera de 8 km de diâmetro de onde emerge o pico do vulcão. O micro-clima da cratera em Chã das Caldeiras é propícia para a produção agrícola e vinícola. A ilha apresenta características ímpares do ponto de vista sócio-demográfico, cultural e arquitetónico.

Em todas as ilhas pode-se observar manifestações culturais onde se destacam as festas de romaria, eventos gastronómicos e festivais de música.

Além do turismo de sol e mar, de praias paradisíacas e grandes hotéis, a imagem turística de Cabo Verde é hoje mais rica e diversificada. A diversidade orográfica e paisagística, a identidade cultural, a hospitalidade e a *morabeza* do povo cabo-verdiano estão cada vez mais presentes na promoção da imagem turística de Cabo Verde.

Até 2010, como destino turístico, Cabo Verde não possuía nenhuma marca que revelasse aos potenciais clientes os seus atributos. Com a criação da sua própria marca, enquanto destino turístico, e do *slogan*: “Cabo Verde, um país ... Dez destinos” pretendeu-se marcar presença no mercado turístico de forma diferenciada, apostando na diferença (MTIE-DGT, 2010). O governo de Cabo Verde através do ministério da tutela começava assim o realinhamento de toda a estratégia de promoção do país enquanto destino turístico.

4.3. O Papel do Estado no Desenvolvimento do Turismo

O crescimento do setor turístico em Cabo Verde, assumido pelo governo como um dos motores de desenvolvimento do país, pelo seu impacto em termos de geração de emprego, de rendimento e de desenvolvimento de uma forma geral, exige um esforço de planeamento de curto e médio prazo, de forma a maximizar os efeitos benéficos do turismo e mitigar os potenciais impactos negativos que possam engendrar (DGT, 2010).

Em Cabo Verde, desde a independência em 1975 e até meados da década de noventa, a posição do turismo na economia do arquipélago foi modesta devido à ausência de infraestruturas adequadas e de uma política efetiva para o setor. Os principais constrangimentos ao desenvolvimento do setor identificados nesse período foram a fraca capacidade interna de financiar os investimentos; dificuldade de penetração no mercado internacional de emissores; escassez de infraestruturas e falta de mão-de-obra qualificada (MFP, 2001). Pode-se concluir, que nesse período, o turismo tinha um papel reduzido no desenvolvimento de Cabo Verde, já que o turismo não fazia parte das prioridades do desenvolvimento do país.

Foi a partir de 1991, com a abertura da economia cabo-verdiana ao investimento externo bem como a promoção do investimento externo para o setor do turismo que se lançaram as bases para o crescimento do setor (MFP, 2001).

Para direcionar o investimento externo para o setor do turismo foi necessário criar a “Lei de Base do Turismo” prevista no artigo 13º da Lei nº 21/IV/91, tendo sido publicado o seu regulamento em 1992, intitulado Lei da Utilidade Turística. A Lei consistia na atribuição de um estatuto aos estabelecimentos ou empreendimentos turísticos (CV, 1991). A lei de base do turismo estabelecia os objetivos, os princípios, os meios e os instrumentos básicos, bem como as políticas para o desenvolvimento turístico.

Nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), inclusive os anteriores a 1991, já se fazia referência ao turismo mas foi só depois desta data que se começou a considerar o turismo como uma das prioridades do governo de Cabo Verde.

Fruto das reformas nos anos 90 criou-se, através de Decreto-Lei nº 02/93, de 1 de fevereiro, as “Zonas Turísticas Especiais” (ZTE) que são categorizadas por: Zonas de

Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e Zonas de Reserva e Protecção Turística (ZRPT).

No PND 1992-1995, já se previa um conjunto de políticas que deveriam ser postos também ao serviço do turismo, destacando-se, pela sua importância: as políticas de transportes, saúde e saneamento, de infraestruturas, da cultura, de segurança e a política de formação profissional.

No PND 1997-2000, deu-se seguimento a política de liberalização do mercado e da promoção do setor privado. Neste plano o turismo é tido como uma das áreas de maior potencial. Previa-se para este setor os seguintes objetivos: a valorização dos recursos turísticos naturais, o desenvolvimento de um turismo de qualidade e o aumento da contribuição do setor para o equilíbrio das contas externas.

No PND 2002-2005, o governo de Cabo Verde destacou mais uma vez a importância do desenvolvimento das infraestruturas básicas e a promoção do ordenamento do território tendo como objetivos gerais acelerar o crescimento económico com a transformação da estrutura produtiva, reforçando o peso dos bens e serviços com destaque para o turismo. O plano previa a melhoria da sustentabilidade das comunidades rurais, promovendo o setor da pesca e do turismo rural. O setor do turismo era tido, mais uma vez, como motor do dinamismo da procura externa. Nesse período já estavam aprovados projetos avultados para o setor do turismo (MFP, 2002).

No Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II) para a área do turismo o governo pretendia desenvolver um turismo sustentável em todo o país em função das potencialidades reais existentes, garantindo um impacto positivo sobre o desenvolvimento socioeconómico sustentável (MAAP, 2004). No Plano destacam-se os programas que facilitam o desenvolvimento do turismo: a diversificação da oferta dos produtos turísticos nacionais e desenvolvimento de um maior esforço promocional do ecoturismo, tanto balnear como de montanha; o desenvolvimento de um melhor sistema de fiscalização das zonas turísticas de modo a garantir a segurança das pessoas e a preservação da biodiversidade e outros valores, a integração das preocupações ambientais na formação profissional turística, não só dos guias mas também de outros quadros envolvidos no setor; a redução do impacto negativo das atividades turísticas - produção e

gestão de resíduos sólidos e tratamento das águas residuais, localização e construção das instalações.

Os sucessivos planos de desenvolvimento definiam os objetivos genéricos para o setor do turismo, nomeadamente: a valorização dos recursos turísticos e desenvolvimento de um turismo de qualidade, o aumento do peso deste setor na atividade económica bem como do seu contributo para o desenvolvimento do país.

Estando as bases legais criadas, a falta de consenso partilhado pela grande maioria dos intervenientes no setor turístico bem como a falta de planeamento da atividade apresentavam-se como principais dificuldades para que se pudesse atingir um turismo de qualidade que gerasse efetivamente riqueza para o país. Neste sentido, e após se atingir os consensos necessários, o governo de Cabo Verde, reconhecendo a necessidade e importância da planificação turística, elaborou, com o envolvimento de todos os *Stakeholders* do turismo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde – para o triénio 2010 a 2013, publicado através da resolução nº 34/2010 de Julho de 2010.

A visão do governo presente no Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico 2010 – 2013 estava assente em 4 princípios fundamentais:

- Turismo sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
- Um turismo que maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- Um turismo que aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados;
- Um turismo que promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade.

O plano preconizava os seguintes objetivos gerais:

- Identificar as potencialidades turísticas do país no contexto das oportunidades decorrentes da conjuntura atual e esperada do setor a nível mundial;
- Identificar as áreas de melhoria e os pontos de bloqueio ao crescimento sustentável do turismo no país;

- Definir e comunicar uma visão clara sobre que turismo se pretende para Cabo Verde, em linha com a estratégia de desenvolvimento do país elaborada pelo Governo;
- Estabelecer políticas e orientações estratégicas que norteiam programas de ação visando alcançar objetivos previamente definidos no setor do turismo, bem como identificar os recursos necessários para a sua materialização;
- Estabelecer mecanismos eficazes de monitorização e avaliação dos resultados da sua implementação.

Para se atingir os objetivos gerais e específicos foram definidas 17 Programas Estratégicos (PE's) nas áreas de acesso, infraestrutura geral, infraestrutura turística, estrutura institucional, sustentabilidade e monitorização. Os PE's, consubstanciavam os princípios fundamentais de desenvolvimento do turismo em Cabo Verde, através uma intervenção coordenada e multissetorial de toda a cadeia de valor do turismo, de modo a: aumentar a competitividade de Cabo Verde como destino turístico; garantir a sustentabilidade da atividade turística a curto, médio e longo prazo; maximizar a interiorização e democratização dos benefícios do turismo (DGT, 2010).

A lei nº 85/VII/2011 estabelecia as bases das políticas públicas de turismo. A lei define a Direção Geral do Turismo (DGT) como a autoridade central de turismo. A DGT é o serviço responsável pela conceção, avaliação e execução da política do turismo em Cabo Verde e tem como principais competências:

- Propor planos, programas e projetos que contribuam para o envolvimento do setor do turismo;
- Contribuir para a definição e execução da política de turismo;
- Acompanhar a atividade turística mantendo um conhecimento atualizado em termos de oferta e de procura turística;
- Contribuir para a elaboração e fundamentação das propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objetivos das políticas da área de turismo e acompanhar o licenciamento, qualificação e classificação da oferta turística, nos termos definidos pela lei;
- Propor e observar medidas de articulação do desenvolvimento da atividade turística com outras atividades económicas;

- Apoiar o governo de Cabo Verde nas negociações e decisões, nas instancias internacionais, envolvendo a politica de turismo;
- Elaborar estudos e outros trabalhos necessários a definição do produto turístico e sua valorização cultural;
- Organizar estatísticas referentes ao setor do turismo e divulgar informações de interesse para o desenvolvimento do mesmo.

Para colmatar a carência de mão-de-obra qualificada e contribuir para a melhoria qualitativa da oferta turística, o governo através da Portaria n.º 38-A/2008, de 27 de Novembro, criou e aprovou o Estatuto da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV). Posteriormente, criou o Decreto-lei nº 30/2012 que transformou a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV), numa entidade pública empresarial, passando a denominar-se, Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde, Entidade Pública, designada por EHTCV, EPE. A escola entrou em funcionamento em março de 2011 oferecendo cursos profissionalizantes nas áreas de cozinha, pastelaria, restaurante, bar, receção hoteleira, técnico de agência de viagens técnico de animação turística e organização de eventos (EHTCV, 2013).

Desde a década de 90, foi apontado ao Estado papéis importantes na implementação da estratégia de desenvolvimento turístico nomeadamente no esforço de articulação entre o Estado e operadores turísticos e da operacionalização de estruturas com elevada capacidade de intervenção e de mobilização de recursos. A política pública do turismo incide sobre a regulação e qualificação da oferta turística; na promoção turística; ensino e formação profissional turísticos; acessibilidades; apoio ao investimento; informação turística; avaliação e monitorização das atividades.

4.2. Caracterização do Destino Turístico de Santo Antão

Nesta seção faz-se a caraterização do destino turístico de Santo Antão tendo por base as dimensões do acesso, da infraestrutura, da procura e da oferta turística. No fim da seção faz-se uma análise SWOT do destino de Santo Antão.

4.2.1. Enquadramento

A “ilha das montanhas” conhecida e famosa pela sua orografia, com um deserto a sul e vales verdejantes a norte, Santo Antão é a segunda maior ilha de Cabo Verde com uma

superfície de 779 km². O relevo impressionante com ribeiras profundas, picos, cumes e os cones vulcânicos da Cova e Tope de Coroa são resultados da história geológica marcada por períodos de atividade vulcânica. O ponto mais alto da ilha, Topo de Coroa, chega 1.979 metros.

A ilha possui 5 áreas protegidas, os Parques Naturais de Cova-Ribeira da Torre-Paúl, o parque natural de Moroços, o de Tope de Coroa, a Paisagem Protegida das Pombas e a Reserva Natural de Cruzinha.

Em termos administrativos, a ilha divide-se em três conselhos: Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo. De acordo com o censo de 2010, a ilha tinha uma população de 43.915 mil habitantes (INE-CV, 2015). A ilha conta com um hospital regional em Ribeira Grande, três delegacias de saúde (um em cada conselho), cinco postos sanitários e oito unidades sanitárias de base (Ministério da Saúde, 2012).

A morfologia da ilha favorece a existência de micro-climas que vão das amenas temperaturas à aridez. Chega-se de barco ao Porto Novo numa paisagem árida. Seguindo para Ribeira Grande, chega-se primeiro à Paúl. Ao se atravessar o túnel do Farol de Boi em Janela (conselho do Paúl) depara-se com uma paisagem totalmente diferente, com clima mais fresco onde o seco dá lugar a uma vegetação tropical em vales luxuriantes de ribeiras com águas que correm para o mar.

A ilha tem uma vocação essencialmente agrícola com culturas irrigadas (regadio) e culturas de sequeiro (época das chuvas). A silvicultura e a pecuária também têm um peso considerável na economia da ilha, mas é a produção da aguardente “grogue” que mais movimenta a economia da ilha. A produção do “grogue” está associado ao cultivo em larga escala da cana-de-açúcar.

A orografia, a diversidade biológica, e o sistema agro-ecológico, a rede de caminhos vicinais, a amabilidade, hospitalidade e morabeza do povo, constituem aspetos dos recursos paisagísticos e socio-culturais que são orientados para o turismo que cada vez mais vem contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da ilha.

4.2.2. Acesso

Para servir as demandas do tráfego aéreo, de perfil turístico, de escala e de mercadorias, para além do aeroporto internacional do Sal, em Cabo Verde existem mais 3 aeroportos internacionais: Praia (Santiago), Rabil (Boavista) e São Pedro (São Vicente).

O tráfego de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde registou em 2012 um aumento de 3,7% face a 2011, passando de 1.783.111 para 1.849.455, graças ao turismo (ASA, 2013). No primeiro trimestre de 2014 verificou-se um decréscimo no movimento de passageiros de 0.1% em relação ao primeiro trimestre de 2013. Esta redução deveu-se sobretudo aos voos domésticos que registaram uma redução de 3.820 passageiros (ASA, 2014).

O aeroporto internacional Cesária Évora em São Vicente, desde sua inauguração de dezembro de 2009 tem vindo a ganhar alguma expressividade no panorama nacional. No primeiro trimestre de 2014, registou-se um aumento no movimento de passageiros de 13% em relação ao mesmo período de 2013. As principais companhias que voam para este aeroporto (o mais próximo de Santo Antão) são a TACV Cabo Verde Airlines, a TAP Air Portugal, a TRANSAVIA e a WHITE Airways (ASA, 2014).

Além dos 4 aeroportos internacionais já referenciados existe ainda os aeródromos de São Nicolau, o do Maio e o aeroporto do Fogo, mas as ilhas de Santo Antão e Brava não dispõem de infraestruturas aeroportuárias. Com a desativação do aeródromo de Ponta do Sol em finais dos anos 90, o acesso a ilha de Santo Antão é feito apenas pela via marítima.

O cais do Porto Novo desempenha um papel fundamental na economia da ilha, assegurando uma interface dos transportes terrestres e marítimos ininterrupta e célere no tráfego de cabotagem desde a origem ao destino, essencialmente com o Porto Grande na ilha de São Vicente.

Em setembro de 2012, com a inauguração das obras de ampliação e modernização do cais do Porto Novo, a porta de entrada da ilha de Santo Antão foi ampliada e modernizada. O cais passou a contar com duas rampas *rol-on/rol-off* e outra de acostagem, com departamentos de entrada e saída de cargas e bagagens e a gare marítima passou a ser a mais moderna do país com espaços comerciais e de informação turística, sala de embarque confortável, elementos de apoio a circulação e saída de pessoas como elevador e escada rolante.

Em finais de 2014, 2 navios *rol-on/rol-off* faziam a ligação Porto Novo (Santo Antão) – Porto Grande (São Vicente) com 2 viagens por dia com uma duração média de 50 minutos por viagem. Cada um dos navios tem capacidade para transportar cerca de 450 passageiros por viagem. A oferta fica reduzida para metade quando uma vez por ano, durante um mês, um dos navios vai para manutenção.

Além das ligações inter-ilhas, uma outra via de entrada de turistas são os navios de cruzeiro e iates de recreio. Em 2013, com um crescimento de 111% em relação a 2012 do turismo de cruzeiro em Cabo Verde, Santo Antão registou 15 escalas num total de 3.834 passageiros. O cais do Porto Novo é o 3º a receber maior número de escalas a nível nacional seguido do porto da Praia e do Porto Grande (São Vicente) que continua a liderar os indicadores de Turismo de cruzeiro em Cabo Verde (MTIE-DGT, 2014). Embora não haja dados oficiais, operadores turísticos entrevistados no âmbito desta pesquisa confirmam que Santo Antão tem recebido turistas que desembarcam em escalas de navios de cruzeiro no Porto Grande, São Vicente.

4.2.3. Infraestruturas

Nos últimos anos, o governo de Cabo Verde tem investido na modernização e expansão da rede rodoviária na ilha, bem como na conservação do património rodoviário existente, através de obras de reabilitação e da implementação da gestão e manutenção de estradas (DGT, 2010). Em maio de 2009, foi inaugurada a estrada que liga Porto Novo à Janela (Paúl) e que veio dar uma nova dinâmica a ilha com grande impacto no desenvolvimento socio-económico, com destaque para o escoamento de pessoas e bens e o incremento do turismo. Em 2014, o Instituto de Estradas assinou contratos programas no valor de 10.000.000 escudos cabo-verdianos para assegurar o nível de serviços nas estradas nacionais e municipais da ilha de Santo Antão. Em 2013, o valor foi de 134.513.810 escudos cabo-verdianos.

Existem transportes terrestres regulares entre Porto Novo, Paúl e Ribeira Grande. O serviço é prestado maioritariamente por viaturas Toyota Hiace e Hilux podendo ser por coletivo ou táxi. Existe também algumas opções de *rent-a-car*.

Santo Antão dispõe de cobertura de rede móvel em quase toda a ilha e capacidade suficiente para qualquer solicitação de telefonia fixa. O serviço de internet ADSL e TV

por assinatura ainda é oferecido apenas pela CVTelecom. A UnitelT+ oferece os serviços de telefonia fixa e rede móvel 2G e 3G.

A nível de saúde pública, em 2013, a ilha de Santo Antão contava com um hospital regional em Ribeira Grande (Hospital Regional João Morais), três delegacias de saúde (uma em cada conselho), cinco postos sanitários e oito unidades sanitárias de base espalhados pelos principais aglomerados populacionais da ilha. Além das infraestruturas públicas existem ainda dois consultórios médico (um em Porto Novo e outro na Ribeira Grande) e cinco clínicas dentárias sendo duas em Porto novo, uma no Paúl e duas em Ribeira Grande. A comercialização de medicamentos é garantida com duas farmácias, sendo uma no conselho do Porto Novo e outra no conselho da Ribeira Grande. A ilha contava ainda, em 2013 com 17 médico sendo um no conselho do Paúl, oito em Ribeira Grande e oito em Porto Novo. Os serviços de enfermagem eram garantidos por cinco enfermeiros Paúl, trinta e seis (36) em Ribeira Grande e doze (12) no Porto Novo. O rácio é de um médico por cada 2.600 habitantes e de um enfermeiro por 830 habitantes.

O fornecimento de energia elétrica à ilha é garantida pela ELECTRA NORTE, SA com centrais de produção em Porto Novo e Ribeira Grande, sendo que este último garante o fornecimento ao conselho do Paúl. Existem épocas em que o fornecimento de energia elétrica torna-se deficiente, com *blackouts* que chegam a durar mais de 12 horas seguidas. Estas deficiências, aliadas ao preço relativamente elevado da energia elétrica, apresentam constrangimentos ao desenvolvimento da atividade turística na ilha afetando o custo do produto turístico (BORBOSA, 2011; DGT, 2010). Por forma a minimizar a excessiva dependência do petróleo na produção de energia, em 2011, começou a funcionar o parque eólico de Aguada de Janela (estrada Porto Novo e Janela) com uma penetração na rede de 40% da energia consumida na central de Ribeira Grande.

O carácter montanhoso da ilha dificulta a criação de uma rede de abastecimento de água que possa satisfazer a maioria da população. Nos meios mais distantes o abastecimento é feito através de autotanques. O fornecimento da água no conselho do Porto Novo é garantida pela empresa Águas Ponta Preta e nos restantes conselhos é garantido pelos setores de água e saneamento municipais que também garantem o serviço de recolha de lixo em todos os municípios. O lixo produzido nos três conselhos é depositado num aterro (entre Porto Novo e Janela) onde é queimado a céu aberto. O serviço de recolha de lixo apresenta algumas deficiências advenientes da falta de viaturas de recolha, sobretudo nos

aglomerados rurais mais distantes onde o lixo muitas vezes é queimado em lixeiras improvisadas. Dados do censo 2010 (INE-CV, 2015) indicam que em Santo Antão, 61% do lixo é colocado em contentores, 5% recolhido diretamente pelo carro do lixo, 16% é enterrado ou queimado e 18% é despejado no redor das casas ou na natureza.

Santo Antão é considerada uma das ilhas mais seguras e tranquila. A segurança pública na ilha é garantida pela Polícia Nacional e para operações mais delicadas a Polícia Nacional conta com o apoio da Polícia Judiciária de São Vicente. Cada conselho dispõe de uma esquadra policial que compõe o comando regional de Santo Antão. Em 2012, registou-se 714 crimes contra a propriedade e 1.066 crimes contra pessoas num total de 1.780 crimes, mais 208 do que o ano de 2011 (Polícia Nacional, 2015). Por ser uma ilha que apresenta riscos de ocorrência de sinistros e desastres naturais, em todos os municípios através dos serviços de proteção civil, tem-se apostado na formação de Bombeiros Voluntários. De entre as ocorrências de maior destaque estão: resgates a pessoas/turistas perdidos nas montanhas e encostas, incêndios e acidentes de viação (CMRG, 2011).

O sistema educativo na ilha contempla os níveis do pré-escolar, o ensino básico integrado (obrigatório), a alfabetização e educação de adultos e o ensino secundário que no conselho do Porto Novo divide-se nos ramos técnicos e liceal. O acesso e continuidade no ensino secundário é muitas vezes condicionado pela falta de meios e infraestruturas bem como pelas longas distâncias que são percorridas sobretudo a pé. Esporadicamente, são ministrados na ilha formações profissionais básicas visando a preparação dos formandos para o mercado de trabalho ou para a criação do próprio negócio.

4.2.4. Procura Turística

Os principais mercados emissores de turistas que se destacam, a nível da ilha são: França com cerca de 45% e Alemanha com 11%. Portugal representa em média 2,5%. Dados do INE-CV apresentados na Tabela 11 demonstram que, em 2014, Santo Antão recebeu 4,1% dos hóspedes que entraram em Cabo Verde num total de 22.370 mais 498 hóspedes que 2013 (INE-CV, 2015).

Tabela 11 - Hóspedes por Ilha e país de residência (2014)

País de residência habitual	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total	%
Cabo Verde											
Caboverdianos	4 251	7 004	886	8 594	3 981	715	15 179	2 946	462	44 018	8,2
Estrangeiros	68	643	2	111	386	21	571	64	5	1 871	0,3
Estrangeiros											
África do Sul	6	20	0	35	91	0	195	4	0	351	0,1
Alemanha	2 595	3 143	68	29 388	27 993	43	3 846	1 647	111	68 834	12,8
Áustria	181	233	17	769	551	1	334	120	9	2 215	0,4
Bélgica/Holanda	986	1 527	131	25 989	20 670	8	1 491	128	13	50 943	9,4
Espanha	392	1 039	19	3 316	815	11	2 438	129	6	8 165	1,5
EUA	114	525	4	660	231	2	1 674	173	18	3 401	0,6
França	10 325	10 532	153	18 082	14 315	24	5 613	2 682	266	61 992	11,5
Reino Unido	281	608	33	38 300	56 781	6	797	54	5	96 865	18,0
Itália	270	434	82	16 203	9 406	107	1 319	201	7	28 029	5,2
Portugal	546	3 133	75	17 330	18 047	6	20 725	277	22	60 161	11,1
Suíça	412	673	16	2 707	647	13	638	142	12	5 260	1,0
Outros Países	1 943	2 596	49	62 695	23 562	21	16 418	221	11	107 516	19,9
Total	22 370	32 110	1 535	224 179	177 476	978	71 238	8 788	947	539 621	100
%	4,1	6,0	0,3	41,5	32,9	0,2	13,2	1,6	0,2	100,0	

Fonte: INE-CV, (2015)

Em relação as dormidas, a percentagem desce para 2% comparativamente a entrada de hóspedes na ilha. De acordo com as Tabelas 12 e 13, em 2014, na ilha registou-se 67.433 dormidas em estabelecimentos hoteleiros traduzindo-se numa taxa de ocupação de 27% de todos os estabelecimentos da ilha. Comparativamente ao ano de 2013, houve uma queda de 4% na taxa de ocupação enquanto as dormidas mantiveram-se inalterados em termos percentuais apesar de uma diminuição de 1.741 no número efetivo de dormidas.

Tabela 12 - Dormidas por Ilha e país de residência habitual (2014)

País de residência habitual	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total	%
Cabo Verde											
Caboverdianos	9 156	16 997	3 874	23 958	17 929	2 158	38 283	8 976	1 357	122 688	3,6
Estrangeiros	183	2 461	17	324	1 844	69	2 761	204	10	7 873	0,2
Estrangeiros											
África do Sul	9	72	0	177	313	0	1 076	6	0	1 653	0,0
Alemanha	8 766	8 547	314	225 982	254 790	515	9 360	2 756	299	511 329	15,0
Áustria	881	1 030	65	5 366	4 436	2	821	504	67	13 172	0,4
Belgica/Holanda	2 504	4 491	516	199 925	170 647	20	5 899	1 684	31	385 717	11,3
Espanha	1 167	4 009	189	21 653	4 436	22	5 875	543	11	37 905	1,1
Estados Unidos	196	2 094	26	3 071	760	4	2 869	492	93	9 605	0,3
França	30 905	27 526	878	111 442	92 685	93	15 569	5 321	741	285 160	8,4
Reino Unido	1 126	2 468	129	313 753	518 727	14	1 778	1 473	17	839 485	24,6
Itália	1 795	2 628	639	116 632	73 223	485	3 258	801	13	199 474	5,8
Portugal	1 972	13 907	1 314	130 179	131 282	26	36 858	776	51	316 365	9,3
Suíça	1 501	2 535	60	15 406	5 722	74	2 594	402	25	28 319	0,8
Outros Países	7 272	9 857	216	409 538	194 105	160	34 338	577	24	656 087	19,2
Total	67 433	98 622	8 237	1 577 406	1 470 899	3 642	161 339	24 515	2 739	3 414 832	100,0
%	2,0	2,9	0,2	46,2	43,1	0,1	4,7	0,7	0,1	100,0	

Fonte: INE-CV, (2015)

Tabela 13 - Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2014)

Ilha	Hotéis	Pensões	Pousadas	Hotéis-apartamentos	Aldeamentos turísticos	Residenciais	Total ilha
S. Antão	40	17	20	-	37	14	27
S. Vicente	26	23	18	33	-	22	24
S. Nicolau	-	12	-	31	-	19	15
Sal	61	20	-	23	33	19	56
Boavista	79	-	-	40	18	19	76
Maio	8	11	-	5	0	9	8
Santiago	28	16	21	21	5	22	23
Fogo	15	8	35	10	7	8	12
Brava	10	10	-	-	-	7	9
Total nacional	62	16	23	24	28	18	53

Fonte: INE-CV, (2015)

O turista visita Santo Antão em busca do contato com a natureza e outras culturas. Estes turistas procuram na natureza e na beleza paisagística da ilha, o relaxamento, a recuperação e a aventura. Ao permanecerem no centro das vilas e cidades visitam igrejas

e centros históricos, buscam o ambiente familiar interagindo com as pessoas conhecendo sua história e cultura (BORBOSA, 2011).

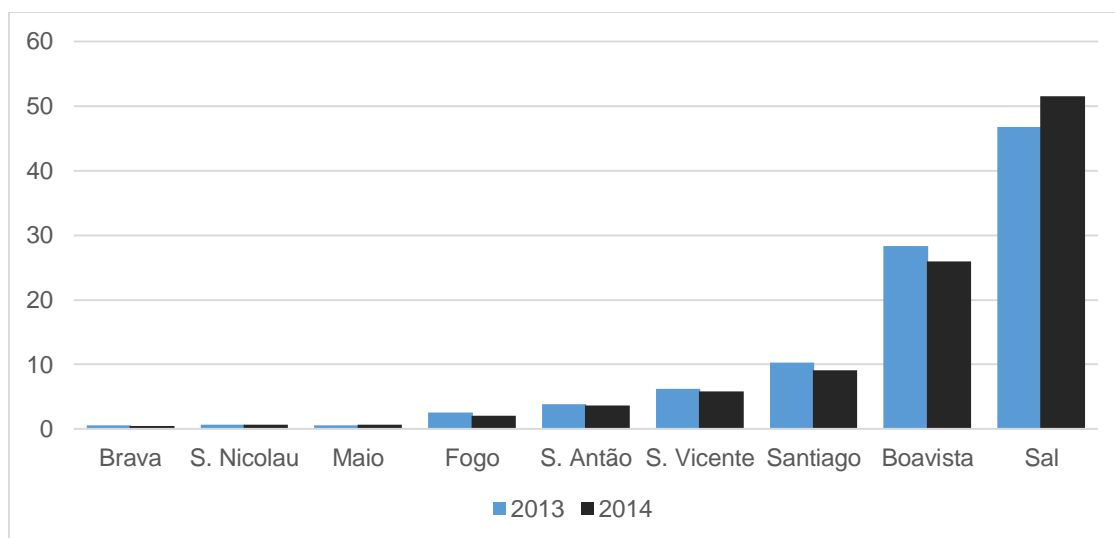
4.2.5. Oferta Turística

A ilha de Santo Antão contava, em 2014, com 41 estabelecimentos hoteleiros cerca de 17,9% do total nacional, de acordo com a Tabela 9. As pensões são os estabelecimentos com maior peso na ilha representando cerca de 27%, seguido das residências e pousadas com 23% e 13% respetivamente.

Comparativamente ao ano de 2013, houve um aumento total no número de estabelecimentos passando de 39 para 41 de 2014. Embora tenham sido fechados, em 2014, duas pousadas e um aldeamento turístico foram criados, em 2014, mais cinco residenciais.

A nível da oferta de camas, Santo Antão ocupa o 5º lugar a nível nacional representando, de acordo com o gráfico a seguir, 3,7% da capacidade nacional, menos 0,2 pontos percentuais comparativamente a 2013.

Figura 6 - Oferta de camas a nível nacional em % por ilhas



Fonte: adaptado de INE-CV

Em finais de 2014, os estabelecimentos hoteleiros da ilha de Santo Antão empregavam diretamente 203 pessoas, menos 10 comparativamente ao ano 2013 sendo, 182 remunerados e 21 não remunerados. Das 213 pessoas empregadas, 59 foram homens e 144 mulheres.

No panorama nacional, em 2014, Santo Antão ocupava o 5º lugar, empregando 3,2% do pessoal ao serviço dos estabelecimentos hoteleiros. Em Santo Antão, os hotéis empregaram, em 2014, 73 pessoas enquanto as pensões e residenciais empregaram 91 e 32 pessoas, respetivamente (INE-CV, 2015).

A infraestrutura turística da ilha vem tentando acompanhar as exigências e necessidades do turismo. Novos projetos já estão sendo executados com o objetivos de aumentar a capacidade da oferta turística por forma a aproveitar as potencialidades da ilha.

Com potencial elevado para o turismo de montanha, Santo Antão oferece ainda uma diversidade de atrativos e potencialidades para a prática de *hicking*, *trekking*, *canyoning*, *mountain bike*, o turismo rural, cultural e de habitação.

Dos atrativos naturais da ilha destacam-se:

- Parque natural de Moroços;
- Parque natural da Cova-Paúl-Ribeira da Torre;
- Vale do Paúl;
- Janela;
- Reserva natural da Cruzinha – Fontainhas;
- Ponta do Sol;
- Vale da Ribeira Grande;
- Delgadinho;
- Vale da Ribeira da Torre;
- Porto Novo;
- Tope de Coroa;
- Tarrafal de Monte Trigo

a) Parque natural de Moroços (Ribeira Grande e Porto Novo)

O parque tem uma área de 818 hectares, com encostas escarpadas e rochosas e solos de pozolana. Tem uma vegetação arbórea formada por espécies exóticas e uma vegetação herbácea da qual fazem parte plantas endémicas com grande valor científico e económico, sendo algumas utilizadas na medicina tradicional. A biodiversidade do parque pode ser explorada para o desenvolvimento do turismo de campo, se esta atividade for devidamente organizada.

b) Parque natural da Cova – Paúl - Ribeira da Torre (Paúl, Ribeira Grande e Porto Novo)

O parque ocupa uma área de 2.092 hectares e está situado na zona de convergência dos três concelhos da ilha de Santo Antão. É um dos centros de maior diversidade de espécies

de plantas endémicas em todo o arquipélago (MAHOT, 2014) e suas características ambientais únicas fazem do parque, umas das zonas naturais mais atraentes do ponto vista ecológico.

c) Vale do Paúl

A Ribeira do Paúl, uma das mais caudalosas de Cabo Verde com água a escorrer para o mar durante quase todo o ano, tem uma predominância do verde rara no arquipélago e clima temperado com temperaturas moderadas durante o ano. O vale pode ser percorrido em toda a extensão graças a uma excelente rede de caminhos pedonais e de estradas secundárias apresentando-se assim como forte atrativo turístico para a ilha.

Um dos percursos mais apreciados e procurado pelos turistas neste vale é o: Cova – Cabo de Ribeira – Campo de Cão – Figueiral – Cidade das Pombas. O percurso tem uma distância de 15 km e é feito ora por caminhos vicinais ao longo de encostas por vezes nebulados, ora por ribeiras verdejantes. No meio deste percurso é possível refrescar-se com um banho de piscina na Estância Turística da Passagem.

A “Passagem” recentemente remodelada e aberta ao público após vários anos encerrada, foi construída nos finais dos anos 80. Além de duas piscinas a estância dispõe de sanitários, bar e restaurante, parque de diversão e placa desportiva. Esta infraestrutura é mais procurada por visitantes de outras ilhas e de outros conselhos.

O miradouro da estátua de Santo António, padroeiro do conselho do Paúl, na cidade das Pombas foi recentemente construído. No local é possível ter uma visão de 180° sobre o vale do Paúl e o oceano atlântico.

O trapiche do Sr. Ildo Benrós é local muito visitado por turistas, tanto para degustar o grogue feito de forma tradicional bem como para conhecer a lenda do trapiche que segundo o dono tem mais de 400 anos. Reza a lenda que o enorme trapiche foi desembarcado a frente da casa e instalada em apenas uma noite por obra da maçonaria.

d) Janela

A baía da Janela, no conselho do Paúl, é cortada por enormes montanhas onde nascem os vales de Ribeira de Janela e de Penedo de Janela. O carácter montanhoso, a diversidade

biológica e os caminhos vicinais que ligam as ribeiras e ao Pico da Cruz passando por Fajã de Janela são também explorados como recursos turísticos.

O circuito Pico da Cruz – Fajã de Janela – Ribeira de Janela – Cidade das Pombas tem início na “borda da Cova” a uma altitude de 1.600 metros. O percurso até a Ribeira de Janela é feito sempre por caminhos vicinais que apresentam alguma dificuldade. Até Fajã de Janela o percurso é feito passando pela floresta. A partir da Ribeira de Janela pode-se continuar até a Cidade das Pombas de automóvel ou seguir a pé pela estrada de calçada, passando Praia de Gi, Ribeira das Pombas e Barraca.

A “Pedra Scrivida”, pedra escrita, fica situada na Ribeira de Penedo – Janela, e contém inscrições cujas origens e significados, até ao presente, são totalmente desconhecidos tornando-se num atrativo turístico para os curiosos das questões etno-linguístas e não só.

O Farol Fontes Pereira de Melo ou Farol de Boi como é localmente conhecido, fica junto a povoação de Janela, a entrada do conselho do Paúl, para quem vem do Porto Novo. A estrutura já em avançado estado de degradação e composta por uma torre de 16 metros e um edifício térreo para faroleiros. Dada a sua localização e história, o farol tem grande potencial de exploração turística mas o seu aproveitamento nunca saiu do discurso político.

e) Reserva Natural da Cruzinha – Fontainhas

Cruzinha é uma zona onde desembocam várias ribeiras, entre as quais a Ribeira da Garça e a Ribeira do Mocho no conselho da Ribeira Grande. É a única zona litoral com dunas, existente na ilha de Santo Antão. As praias que compõem o litoral da cruzinha são igualmente locais de desova de tartarugas. Estas áreas são consideradas com grande potencial para promoção e desenvolvimento turístico devido à beleza natural e paisagens diversificadas (MAHOT, 2014). O percurso Cruzinha – Fontainhas passando por Aranha, Formiguinhas, Corvo é feito seguindo por um litoral escarpado de caminhos sinuosos, feitos na rocha, num pequeno trilho de metro e meio a dois de largura. O percurso tem uma distância de 11 km e duração de 4 hora e os mais aventureiros só terminam a longa caminhada em Ponta do Sol.

f) Ponta do Sol

A sede administrativa do conselho da Ribeira Grande, Ponta do Sol, é plena de edifícios com traços arquitetónicos de rara beleza onde sobressaem equipamentos e construções coloniais muito antigas, como o edifício da Câmara Municipal, a igreja de Nossa Senhora do Livramento, várias casas do tipo Sobrados. O único aeródromo da ilha, já desativado fica situado nesta cidade. Ponta do Sol vive essencialmente da pesca e do turismo. É a cidade onde se concentram a maior parte das infraestruturas hoteleiras e de vocação turística na ilha.

g) Vale da Ribeira Grande

O vale da Ribeira Grande possui uma orografia montanhosa com diversidade biológica uma rede de caminhos vicinais que enformam uma paisagem natural muito bela e diversificada. O vale oferece aos turistas vários atrativos naturais.

A Ribeira de Caibros dentro do vale da Ribeira Grande tem como principal atrativo o “Estritin”. É uma linda cascata uma linda cascata de água fresca e cristalina. Nas grutas por onde escorre a água, formam-se espantosas estalactites e estalagmites (DGT, 2015). É local por excelência para a prática de *cannoing* e turismo de natureza.

h) Delgadinho

Delgadinho é um dos pontos mais enigmáticos da antiga e única estrada que ligava Porto Novo a Ribeira Grande e Paúl. Para quem circula na estrada é paragem obrigatória para apreciar uma paisagem única e de uma beleza tremenda. Deste miradouro é possível avistar nitidamente vários cumes de montanhas tendo de um lado o Vale da Ribeira Grande e do outro a Ribeira da Torre.

i) Vale da Ribeira da Torre

A Ribeira da Torre, recentemente penetrada por uma estrada asfaltada, é uma das ribeiras mais sinuosas de Santo Antão. A vegetação natural, sobretudo a das zonas escarpadas, beneficiadas pelos fatores climáticos, é geralmente apontada como o elemento mais atraente do quadro paisagístico dessa área (DGT, 2015). A Cidade Porto Novo possui quatro praias balneares que são muito frequentados pela população e visitantes, que são: Praia de Curraletes, Praia de Armazém, Praia de Caizinho e Praia de Topo.

j) Porto Novo

O conselho do Porto Novo ocupa dois terços da superfície da ilha. Os seus vales, e maciços montanhosos caracterizam-se por uma diversidade paisagística de grandes contrastes e beleza.

Os vales da Ribeira das Patas, Alto Mira, Ribeira da Cruz e Martiene já estão sendo explorados pela atividade turística. Possuem enormes potencialidades para o turismo rural, de montanha e todos os tipos de turismo que têm por base a natureza. Em Lajedos, Ribeira das Patas, tem sido explorado o turismo de habitação, um turismo solidário de base comunitária.

k) Tope de Coroa

O maciço do Tope de Coroa é o ponto mais alto da ilha de Santo Antão com 1.979 metros, apresentando uma paisagem selvagem, fortemente marcada por sucessivas erupções vulcânicas, testemunhadas pelos vários cones vulcânicos, aparentemente de idades diferentes e, em muitos casos, cobertos por uma vegetação típica. O parque natural Tope de Coroa, o maior parque terrestre de Cabo Verde com uma área de 8.491 hectares foi criado em 2003, mas em 2015 ainda aguarda-se pela implementação desse parque, cuja vegetação endémica existente está ameaçada por pastoreio livre, praticado em todo esse planalto (SIA, 2015). É um local muito procurado pelos turistas amantes do campo e da montanha. O turismo, devidamente organizado e de base ambiental, ordenado e controlado, poderá constituir uma importante atividade económica com benefícios diretos e complementares para os utilizadores da zona do Tope de Coroa (DGT, 2015).

l) Tarrafal de Monte Trigo

Tarrafal de Monte Trigo situa-se no concelho do Porto Novo, no extremo sudoeste da ilha de Santo Antão. O percurso cidade do Porto Novo Tarrafal do Monte Trigo demora aproximadamente duas horas, primeiro em alcatrão, depois numa calçada seguindo-se um trilho de terra batida a parte mais bela do percurso com uma paisagem deslumbrante. É apontada, a seguir a Ponta do Sol, como a localidade com maior potencial para o desenvolvimento turístico sobretudo para um nicho de mercado com valor económico que é o turismo rural de base ambiental e o turismo de desportos náuticos. O mar e a paisagem agrícola de Tarrafal de Monte Trigo e a amabilidade da sua gente constituem atrativos

para qualquer mercado exigente onde a qualidade e tranquilidade é o posicionamento estratégico (DGT, 2015). Nos últimos anos têm sido criadas tanto por nacionais como por investidores estrangeiros, algumas infraestruturas turísticas por forma a dar resposta a crescente procura turística.

O património cultural e recursos imateriais da ilha não se esgotam na arquitetura das igrejas e casas coloniais. A ilha tem uma cultura musical forte assente na morna, coladeira, mazurca, contradança onde se destaca o grupo musical Cordas do Sol e artistas locais como Homero Fonseca e outros que animam as noites culturais tanto em Santo Antão como também na vizinha ilha de São Vicente.

As festas de romaria de origem religiosa e com forte pendor pagão começam em maio e terminam em setembro. As festas de maior destaque são: o Santo António das Pombas a 13 de junho no Paúl, São João Baptista a 24 de junho no Porto Novo e São Pedro que acontece a 27 de junho em Chã de Igreja conselho da Ribeira Grande. As festas são repletas de manifestações tradicionais como a música, o “toca tambor” com o rufar dos tambores, o “Kolá” dança tradicional ao ritmo dos tambores, o leiloamento de oferendas aos santos, a venda de artesanato local e a gastronomia típica da ilha.

Tratando-se de uma ilha dotada de numerosos produtos típicos e muito característicos, a gastronomia da ilha é rica e variada. As opções gastronómicas são variadas e de qualidade, tanto em pratos de peixe como de carne. Para além da tradicional cachupa, destacam-se outros pratos típicos como o caldo de peixe, o guisado, os mariscos e frutos do mar e pratos feitos a base do milho. O visitante poderá ainda degustar as tradicionais compotas, doces de papaia, banana, goiaba, coco, o queijo de cabra local ou o cuscuz para acompanhar, licores diversos e o grogue considerado o melhor de todo o arquipélago.

A ilha de Santo Antão apresenta-se assim como um destino turístico com vários atrativos, tanto em termos de aspetos naturais bem como pela cultura e valores do seu povo. Porém existem várias potencialidades por explorar e aspetos que precisam ser analisados e corrigidos por forma a potenciar a atividade turística na ilha.

Assim, com base no levantamento feito no terreno, quer pelas entrevistas e documentos analisados fez-se a análise SWOT do destino (Tabela 14).

4.2.6. Análise SWOT do Destino Turístico de Santo Antão

Tabela 14 - Análise SWOT do destino Santo Antão

AMBIENTE	INTERNO	FORÇAS	FRAQUEZAS
	AMBIENTE INTERNO	<p>Paisagem inóspita, com montanhas imponentes e vales profundos.</p> <p>O bem-receber das populações locais, morabeza.</p> <p>O clima e microclimas.</p> <p>Ilha ainda pouco explorada em termos turísticos e que proporciona o pleno contato com as gentes locais e com a natureza.</p>	<p>Falta de mão-de-obra qualificada no setor do turismo.</p> <p>Dependência das deslocações marítimas, com ligações à ilha de São Vicente.</p> <p>Necessidades básicas das populações locais ainda não satisfeitas.</p> <p>Estabelecimentos de alojamento, restauração e bebidas insuficientes.</p> <p>Falta de manutenção de alguns caminhos vicinais utilizados pelos turistas.</p> <p>Promoção deficiente do destino.</p> <p>Sistema de saúde e saneamento deficientes para sustentar o crescimento do turismo.</p> <p>Custo elevado da água, energia e comunicações.</p>
AMBIENTE	EXTERNO	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	AMBIENTE EXTERNO	<p>Aumento da procura por Cabo Verde por parte dos franceses e belgas, com preferências por destinos com as características de Santo Antão.</p> <p>Crescente aumento da procura internacional por turismo de aventura e de montanhas.</p> <p>Insegurança e conflitos nos destinos concorrentes em África, na vertente de turismo de aventura e de montanhas.</p>	<p>Recuperação dos destinos concorrentes em África.</p> <p>Falta de concorrência no setor de transporte aéreo nacional.</p> <p>Aposta dos grandes operadores em destinos concorrentes alternativos e a preço mais baixo.</p> <p>A forte dependência de Cabo Verde em relação a operadores turísticos, companhias aéreas e o mercado europeu.</p>

Fonte: Elaboração própria

4.3. As dimensões da Sustentabilidade

As diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão do destino turístico de Santo Antão têm por base a análise das dimensões da sustentabilidade e estas são analisadas tendo em conta as dimensões económicas, sócio-culturais e ambientais do desenvolvimento do turismo na ilha de Santo Antão.

4.3.1. Dimensão Económica

A análise da dimensão económica é feita tendo por base os itens relativos ao peso da atividade turística na ilha e a geração de empregos, a frequência turística e a sazonalidade, a participação dos atores locais na tomada de decisão, o incentivo ao investimento para empreendedores e a infraestrutura turística.

a) Peso da atividade turística na ilha e a geração de empregos

Para a análise da dimensão económica da sustentabilidade do turismo em Santo Antão foi tida em consideração o peso que a atividade turística tem na economia da ilha, na geração de emprego, a análise da frequência turística e da sazonalidade, do incentivo ao investimento, da natureza dos negócios e das infraestruturas turísticas existentes na ilha.

Alguns entrevistados alertaram para o risco de se ter o turismo como atividade principal da ilha. Para o entrevistado 3, o turismo deve ser sim uma atividade complementar daquilo que já existe.

É preciso conhecer o enquadramento geral de um país, de quê as pessoas vivem e onde pode ser complementar uma atividade turística. O turista torna-se assim num potencial e mais-valia financeiro, mas também um potencial de experiências, conhecimentos e cultura. A grande parte do emprego gerado pelo turismo deveria ser não na prestação de serviços aos turistas, mas sim na produção para um consumo que se torna maior com o turismo. Por exemplo, se você produz manteiga só para o conselho do Paúl é diferente se for para exportação. Pode-se aumentar a produção para exportação. Terá mais rendimento sim. Mas em vez de exportar do conselho do Paúl pode-se importar o consumidor. Este deve ser o sentido do turismo: para sua produção própria ter mais clientes, em vez de exportar o produto importa-se o consumidor. Esta é a base também para se analisar o que um país pode oferecer, qual a capacidade da sua população, o nível da formação, os produtos e os recursos naturais.

Na mesma linha o entrevistado 7, afirma que:

O setor de atividade principal de Santo Antão não é o turismo. Santo Antão não consegue viver só do turismo porque o turismo é uma atividade complementar das atividades naturais de Santo Antão, diferente por exemplo do Sal e da Boavista. É preciso desenvolver pequenas empresas, na autorização de experimentar. As pessoas de Cabo verde tem de ser capaz de experimentar pequenos negócios, já que têm dificuldades em desenvolver negócios maiores.

A entrevistada 10, por outro lado afirma que o turismo pode ser sim considerado como o principal motor da economia uma vez que é o setor que mais contribui para o PIB:

Percebo a opinião dos defensores que há outros setores igualmente importantes, mas havendo um que se destaca por contribuir em mais de 20% para o PIB, não haveria lógica se não fosse considerado o mais importante. No entanto, e isso é o que realmente deve ser tido em conta, é que não basta considerar o turismo o principal setor da economia, porque efetivamente o é, é preciso que o turismo seja um setor de integração e desenvolvimento local, regional e nacional. Isso quer dizer que o turismo deve integrar todos os outros setores económicos, a agricultura, a pesca, a produção cultural, etc., para que aquilo que se produz nestes setores sejam integrados na atividade turística, não apenas como forma de diversificação e diferenciação da nossa oferta turística, mas principalmente para que isso possa trazer reais benefícios para a comunidade recetora, e é aí que o turismo começa a ser realmente sustentável. Não podemos falar em turismo sustentável se os outros setores estiverem de fora e desligados do turismo, de tal forma que não se vê ligação entre eles.

O entrevistado 8 falou de duas experiências que teve a nível da implementação de projetos ligados ao turismo. Na localidade de Lajedos do município do Porto Novo o turismo surgiu como atividade complementar sobretudo ao agronegócio. Em Ribeira da Torre o projeto foi iniciado já com enfoque apenas no turismo:

Começamos a trabalhar com o turismo em 2005, através do projeto de desenvolvimento sociocomunitário de Lajedos. Nunca foi uma estratégia nossa entrar nesta área, mas como a nossa metodologia de trabalho, passa por fazer diagnóstico, trabalhamos tanto com problemas como com potencialidade de comunidades, detetamos que alguns lugares interiores tinham um potencial turístico, mas que não tinha resposta para o seu aproveitamento. Em Lajedos turismo surgiu para complementar todas as outras intervenções que já existiam, mas em Ribeira da Torre foi a primeira intervenção da associação. Pretendeu-se que o turismo em Ribeira da Torre fosse mais um recurso a ser aproveitado pela população mas, este projeto ainda está muito desequilibrado. As famílias mais dinâmicas têm tido benefícios porque recebem turistas constantemente. As outras que não procuram relacionar com os condutores não tem tido ocupação. Em Lajedos as casas estão ocupadas praticamente o ano inteiro.

Ainda de acordo com o entrevistado 8, em algumas localidades é preciso que as pessoas estejam atentas as oportunidades que o turismo pode trazer, adaptando paulatinamente os pequenos investimentos existentes às necessidades dos turistas:

Nós ficamos parados a espera que as coisas aconteçam. Dizemos que não temos dinheiro para investir, mas é mentira, o dinheiro vem depois. Primeiro temos que apostar na valorização daquilo que temos, depois o investimento aparece. Há dias por exemplo, estive em Morroços, num percurso ainda não muito utilizado pelos turistas, mas que tem grande potencial para ser explorado, na primeira mercearia não havia uma garrafa de água para venda, perguntei à senhora porquê e ela respondeu que bebem a água das levadas e que ninguém ia comprar água. Eramos um grupo de trinta pessoas. Naquele momento a senhora poderia vender 30 garrafas de água porque todos estavam com sede. Tivemos que beber coca-cola e cerveja. Eu posso beber água do *pote* mas um turista tem de estar muito desesperado para beber água do *pote*.

Pode-se constatar, não só através dos dados oficiais do INE-CV já apresentados neste trabalho, bem como pelas entrevistas que, o setor turístico tem um peso considerável na

atividade turística da ilha sobretudo na geração de empregos diretos e indiretos. O entrevistado 5, afirma que:

Contrariamente aquilo que nós dizemos em outras paragens que o turismo é essencialmente o *all inclusive*, aqui o turismo tem tido um grande impacto na vida nas pessoas, a situação do desemprego que nós temos hoje vem tendo mitigada a custa do turismo, porque vemos que em cada circuito o turista que vem compra água, as refeições são feitas nas localidades. Se faz um circuito de Ponta do Sol à Cruzinha param muitas nas Formiguinhas ou outras zonas onde já há aquelas senhoras que os recebem, que dão fornecendo alimentação ou vendem uma garrafa de água.

O entrevistado conta ainda que, vão surgindo pouco a pouco em zonas mais remotas, pequenas iniciativas geradoras de rendimento:

Começa a surgir pequenas iniciativas nestas zonas, ou seja, os recursos vão sendo distribuídos e o mais interessante é que grande parte é paga na hora. Os pequenos operadores normalmente através do próprio guia fazem o pagamento do transporte, ou dos hotéis. Sentimos que tem tido um grande impacto na vida da pessoas e é preciso continuam a trabalhar porque toda a gente ganha, as padarias ganham com isso, as pequenas lojas ganham com isso, o emprego vai surgindo.

Em relação a geração de emprego, tanto direta como indiretamente, não há dúvidas que o turismo tem tido um papel fundamental na diminuição da taxa de desemprego na ilha. Embora cada operador ou proprietário de estabelecimentos ligados ao turismo não empreguem diretamente um grande número de funcionários o efeito indireto desses empregos está bem presente na comunidade.

O entrevistado 7, afirma que:

Temos sete empregados, que são pessoas da zona, de entre as quais um responsável e 6 empregados que trabalham de forma polivalente. Posso dizer que são 7 famílias que estão a viver, através das fontes da residencial.

O entrevistado deixa claro que o seu estabelecimento tem contribuído para impulsionar a atividade económica na sua localidade:

Compramos produtos de terra no mercado local, os turistas tem bom relacionamento com as pessoas da zona, principalmente os pescadores porque estamos ao lado do porto muitas vezes compram peixes diretamente e tem restaurante que preparam o peixe que compraram. Há um relacionamento económico e social com o turista, no sentido que pescador tem interesse em conversar com o turista e o turista tem o interesse em comprar o peixe. Muitas vezes os turistas têm o interesse em ir pescar, nos botes junto do pescador. Os turistas são interessados para uma relação humana

O entrevistado 9, afirma que na construção e gestão da atividade turística da ilha dever-se-ia tentar ao máximo adquirir produtos e serviços localmente para que, a riqueza gerada

pela atividade seja aplicada na ilha ou no país. O entrevistado afirma que na sua gestão busca ao máximo aplicar todos os recursos localmente e da alguns exemplos:

Na construção da aldeia optamos por materiais ecológicos produzidos na própria localidade. Conforme a aldeia foi criando, todo o dinheiro ganho foi aqui investido, mas, ao invés de comprar mobiliário ou cimento fora optamos por usar pedra local e aplicar o dinheiro na mão-de-obra das pessoas da zona [...] o dinheiro tem de ficar aqui.

Mantemos uma relação constante com as pessoas da localidade, e termos da alimentação tentamos ao máximo comprar apenas produtos locais.

Tem várias pessoas de zona a trabalhar na Aldeia Manga, e nós compramos produtos de agricultura nos agricultores da zona, o que indiretamente acabam por trabalhar para a Aldeia Manga.

Apesar do peso e seu papel já bem considerável na economia da ilha, o turismo está ainda numa fase de crescimento. A entrevistada 2, afirma que Santo Antão tem margem para crescer:

Santo antão tem mais espaço para evoluir para receber turista, se houver mais infraestruturas, se houver mais hotéis mas não no estilo *all inclusive*. Sou contra o tudo incluído em Santo antão, não faz sentido. É preciso as pessoas consumirem fora para ter uma economia equilibrada. É uma grande ilha que tem tudo para poder evoluir mas sem esquecer onde se quer chegar.

O entrevistado 1, na mesma linha afirma que é preciso, para crescer, primeiro mudar a postura em relação ao turismo. De igual modo o entrevistado fala da necessidade de se ter um turismo devidamente integrado com os outros setores da economia e da sociedade:

Ver o turismo com outros olhos, como fonte de rendimento, um turismo enquadrado dentro de um sistema económico, que envolve o turismo a agricultura, industrialização. Se pensarmos o turismo como um sistema de certeza que o turismo terá pés para andar em Santo Antão. Neste momento ainda estamos a pensar em coisas que imaginamos possam dar algum rendimento a nível do turismo, mas isso não é turismo. O turismo tem de ser pensado numa forma sistémica junto com a agricultura, as indústrias, a cultura. Só assim poderemos estar num bom caminho para termos um dia turismo, pensando na melhoria das infraestruturas que nós temos e criando novas infraestruturas e formar pessoas.

Embora não haja total consenso quanto a forma como o turismo deve ser encarado, está claro, sobretudo nas afirmações dos entrevistados 3, 7, 10, entrevistado 1 e 5, que o turismo já tem um peso significativo na economia da ilha de Santo Antão e que torna-se necessário que esta atividade sirva de alavanca a outros setores económicos.

Como ficou demonstrado pelos entrevistados, 9, 8, 5 e 7, o turismo também tem impacto na criação de empregos diretos, mas é no emprego indireto e nas atividades complementares, que esta atividade mais tem contribuído para o desenvolvimento da ilha.

b) Frequência turística e a sazonalidade

Em Santo Antão distinguem-se duas épocas turísticas. A época baixa com menor fluxo de turistas que corresponde aos meses de maio a setembro e a época alta de outubro a abril. Como demonstrado no início deste capítulo, os clientes são maioritariamente provenientes da França e da Alemanha.

De acordo com a entrevistada 4, os turistas buscam em Santo Antão o contato com a natureza e a cultura local:

Normalmente, os clientes que procuram são os que vão para caminhada, mas agora também temos muitos turistas para turismo cultural, que não andam mas querem conhecer Santo Antão, porque temos um panorama incrível. Santo Antão é considerada uma das ilhas mais interessantes, mais rica em termos de potencial. Os turistas fazem excursões de carro, fazemos questão de almoçar na casa das famílias (não propriamente no restaurante), para deixar um pouco do lucro em todos os lugares. São mais Alemão e Franceses. Os ingleses são poucos vão mais para Sal, em busca do turismo de praia.

Para os proprietários de estabelecimentos hoteleiros entrevistados no âmbito deste trabalho, o contato com o turista (cliente) é feito sobretudo através das agências de viagens. A divulgação dos empreendimentos é feita através de *web-site* próprio e divulgação em portais *web* e guias turísticos impressos.

O entrevistado 9, afirma que o seu estabelecimento:

Trabalha com agências para receber reservas, tem outros meios através da nossa página web que é fornecido por outra empresa. A nossa divulgação foi feita exclusivamente através da internet, tínhamos alguns contactos com agências, mas isso não foi muito pretendido, porque se não tinha que se pagar comissões, não era o nosso objetivo não era gastar muito no início, por isso a estratégia desde do início foi receber clientes através da internet e publicidades nos portais de internet para dar a conhecer a página.

Na mesma linha, o entrevistado, 7 afirma ainda ter sentido nos últimos tempos uma mudança no perfil dos clientes que procuram a ilha:

Para o alojamento trabalhamos com agências, de fora e de dentro dos pais, e também diretamente com clientes privados. O nível económico dos turistas é alto, as demandas de qualidade (alojamentos, restauração), estão a aumentar por exemplo antes queriam só um quarto e uma casa de banho, mas agora a experiência é um *Sweet*, porque muitas vezes vem para trabalhar no computador e ao mesmo tempo passear e conhecer a ilha.

Para o entrevistado 1, existe a percepção, além dos dados estatísticos, de que tem havido um aumento do fluxo de turistas:

O desenvolvimento do turismo no Paúl podemos dizer que esta no seu início, mas tem progredido bastante, temos de ver isto pelo número de turistas que diariamente circulam na cidade das

Pombas, e para além disso temos todas as unidades hoteleiras, residenciais, restaurantes que já existem em grande número, portanto podemos dizer que estamos no bom caminho, no sentido do aumento do fluxo do turismo no Paúl.

Se por um lado, tanto para operadores turísticos como para decisores públicos, o aumento do fluxo turístico em si é benéfico, para o entrevistado 9, é preciso alguma cautela e regulamentação no setor por forma a garantir a sustentabilidade da atividade:

Para mim a sustentabilidade é manter o turismo até o infinito, mas a maneira como se está a fazer o turismo, vai haver um desequilíbrio de alojamentos. Precisamos de regulamentos para a qualidade, melhor serviço de turismo, melhoria na venda de produtos locais. Em vez de aumentarmos a quantidade de turistas, aumentar o dinheiro que gastam aqui, o resultado será diferente. Quanto mais trabalhos, menos espaços, menos qualidade. As massas não contribuem para a qualidade e quanto mais concorrência de alojamentos o preço tenderá a baixar. Deveríamos ter uma oferta limitada e aumentar a qualidade, trabalhando do lado da oferta, por exemplo oferecer produtos especiais, guias mais especiais, comidas especiais. O objetivo lógico é ganhar mais dinheiro, mas não pela quantidade, mas sim pela qualidade. Por exemplo, melhorar os alojamentos existentes e subir preços. Mas para isso é preciso ter apoios do governo através de regulamentos. Se não tiver entidade reguladora, algum dia vai ter tantos alojamentos, que os preços terão de descer.

Para a entrevistada 2, a concorrência é sempre benéfico tanto a nível dos operadores bem como dos outros *players* da atividade turística:

Há um momento onde a concorrência é preciso. A concorrência não permite que as pessoas fiquem presas a um sistema. Para a nossa agência, o que vale é que tem varias outras a operar e que não estamos sozinhos, assim cada um consegue encontrar sua força e cada vez melhorar seu serviço. A concorrência é sempre saudável.

O entrevistado 9, aponta falhas sobretudo na divulgação da imagem turística da ilha de Santo Antão. Esta falta de informação faz com que o turista passe menos tempo na ilha:

A falta de informação diminui o seu período de estadia em Santo Antão, muitas vezes por falta de informação sobre a imagem da ilha, acabam por passar menos dias, mas com a vontade de passar mais. Falta informação e divulgação da ilha de Santo Antão na internet. Cabo Verde não tem nenhuma divulgação. O governo não tem feito nada para divulgação dos pontos turísticos. Posso colocar uma pedrinha de diamante numa praia de areia, esta lá, mas ninguém vê, portanto é preciso a divulgação. Tem guias, livros, paginas privadas, faltam pessoas para informar.

A sazonalidade é tida como uma fraqueza do destino Santo Antão. O verão em Cabo Verde coincide com a época mais quente dos principais mercados emissores e com outros mercados concorrenciais que são mais competitivos em relação ao preço e a qualidade. A entrevistada 2, aponta exemplos ao mesmo tempo que aponta dificuldades no sistema turístico cabo-verdiano:

Durante 6 meses estamos cheios sem capacidade para receber mais pessoas e noutros 6 meses estamos sem nada para fazer. A nível das praias e do mar é na época baixa que temos as melhores condições. É na época baixa que temos as festas tradicionais, mas o problema é que a nível dos

preços não conseguimos competir. Podia-se diminuir o preço do transporte e alojamento. Um destino como Santo Antão onde as pessoas vêm com pequeno-almoço incluído, custa mais caro do que ir à um hotel de cinco estrelas com spa e muito mais, em Creta. Um dos grandes problemas também é ter apenas uma companhia aérea com dois ATR's que servem todo o país com preços dos mais caros a nível mundial. Trata-se de um serviço cada vez pior.

Se a entrevistada 2, defende uma redução dos preços para a época baixa, já outros entrevistados apontam o turismo interno como uma das formas de minimizar os efeitos da sazonalidade. Porém, como se pode ver pelo entrevistado 8 e os outros a seguir, os defensores desta ideia reconhecem que o cabo-verdiano não tem o hábito de fazer turismo:

Nessa época com poucos turistas é a época das festas de romaria, então deve-se investir mais no turismo interno. As festas de romaria e os caminhos percorridos se bem explorados poderiam ser uma grande fonte de receitas para as comunidades onde passam, mas internamente nós não visitamos uns aos outros, exceto se for familiares. Mas já temos algumas pessoas com poder de compras que, se lhes for oferecido um bom serviço são capazes de arriscar e ir conhecer. Pode-se explorar os grupos de caminhada, os finalistas de liceus e universidades, as empresas que na sua área social oferecem viagens aos funcionários, organizando viagens de baixo custo. Falta um pouco de criatividade na exploração do mercado interno.

As opiniões das entrevistadas 4 e 2, ambos operadores turísticos, convergem na necessidade de se diminuírem as tarifas aéreas na época baixa. A entrevistada 4 também afirma que o cabo-verdiano não tem a cultura do turismo interno:

A sazonalidade tem sido um problema, Achamos que se poderia criar alguma estratégia, como por exemplo a baixa de preços nos transportes aéreos principalmente por parte da TACV e da TAP. O problema é que nos meses de verão muitos emigrantes voltam a terra, os aviões estão muitos solicitados e sobem os preços. Torna-se quase impossível comprar uma passagem no verão. Por exemplo no mês de junho um bilhete custa cerca de 800 euros em novembro custa cerca de 500 euros. Em relação ao turismo interno, não sei se os cabo-verdianos têm o hábito de viajar. Aqui a tendência quando se viaja é mais para visitar familiares, onde sempre há um lugar para ficar, por exemplo numa tia, num primo, num amigo, então realmente não sei se gastariam dinheiro num pacote, têm mais o costume de visitar. Em geral não sei se os cabo-verdianos tem aquela cultura de viajar tipo para passar um fim-de-semana, para curtir, viajam sim nas épocas festivas, mas não para passar um fim-de-semana para divertir.

O entrevistado 5, aponta como barreiras ao turismo interno, os elevados preços dos transportes e a cultura do cabo-verdiano. Este entrevistado afirma que não será fácil diminuir o efeito sazonalidade através do turismo interno:

O que nós temos que fazer é encontrar soluções nas pequenas praias que existem a nível de Santo Antão para que possam ser cada vez mais seguras e possam ter as condições para receber pessoas. Acho que devemos reforçar lá onde temos a nossa capacidade, no período em que estamos em alta para podermos ter mais e mais turistas, porque é difícil de facto competir com outros destinos de sol e praia. Em relação ao turismo, interno, acho que temos de investir, mas neste momento não vamos chegar lá, primeiro por causa da nossa capacidade e da nossa mentalidade. Não estamos direcionados a viajar internamente, a não ser que tenhamos um familiar, mas deslocar para conhecer uma ilha é difícil. O turismo é uma questão cultural e acho que nós não temos essa cultura, temos a cultura para ir fora de Cabo Verde, porque eu se tiver algum recurso, vou optar por sair fora de Cabo Verde, pois os custos internos são proibitivos, neste momento ir de São

Vicente a Praia são 23 mil escudos, eu com 23 mil escudos, havia uma publicidade na TAP, que se está-se a pagar 200 euros entre Lisboa Praia Lisboa, daí se na Praia tem mais de 50% da população, e que tem mais facilidade em ter voos internacionais, todo mundo vai procurar sair fora de Cabo Verde para férias. Em termos internos acho que é difícil, porque não temos essa cultura e tínhamos que reestruturar toda a circulação entre ilhas que é muito difícil.

Pode-se observar quer na análise dos dados estatísticos quer sobretudo através das entrevistas que, a sazonalidade afeta a frequência turística e consequentemente a dinâmica económica da atividade e dos empreendimentos turísticos da ilha. A sazonalidade existe e está bem definida em dois períodos: a época alta de outubro a março/abril e a época baixa de abril/maio a setembro. O turismo embora ainda muito incipiente, com algum investimento na promoção pode gerar alguma receita na época baixa. De acordo com a grande maioria dos entrevistados, é preciso definir uma política de preços tanto a nível do transporte bem como do alojamento por forma a tornar o destino Santo Antão e Cabo Verde no geral mais atrativo e competitivo.

c) Participação dos atores locais na tomada de decisão

A participação dos atores locais no processo de planeamento e na tomada de decisão é um fator determinante para a gestão turística do destino Santo Antão. Como já foi referenciado neste trabalho, em Cabo Verde a DGT é o serviço responsável pela conceção, avaliação e execução da política do turismo. Na ilha de Santo Antão existem ainda outros *players* com papel determinante na gestão e desenvolvimento da atividade turística, entre as quais se destacam algumas associações comunitárias, câmaras municipais e respetivos serviços autónomos, agentes, operadores e empresários do ramo turístico. Existem ainda serviços ou agências públicas com alguma participação na gestão do destino.

O entrevistado 5, ligado a gestão municipal afirma que por imposição dos estatutos dos municípios, estes não têm muita responsabilidade na gestão direta do turismo na ilha:

Primeiramente, queria dizer que infelizmente o estatuto dos municípios, não atribui muita responsabilidade aos municípios na matéria da promoção e do desenvolvimento do turismo. Entendemos que a parte que compete ao município neste momento relativamente ao turismo é reduzido, quer em termos da promoção quer em termos do licenciamento. Não obstante isso, no caso da Ribeira Grande temos articulado instituições com responsabilidade nomeadamente a direção geral do turismo no acompanhamento da atividade turística, uma vez que os municípios estão efetivamente mais próximos daquilo que é o potencial existente a nível do concelho e da ilha, por isso nós entendemos que mesmo não tendo responsabilidade direta, nós devemos dar a nossa colaboração neste sentido. Reconhecendo que há um potencial no município, no caso da Ribeira Grande, temos vindo a extravasar um pouco a nossa responsabilidade. Na semana passada apresentamos publicamente um guia turístico sobre a ilha de Santo Antão com enfoque

na sustentabilidade do desenvolvimento turístico e do potencial turístico existente na ilha, ou seja um turismo ligado a natureza, de *trekking*, aos circuitos portanto vai neste sentido.

O entrevistado 1, também ligado a gestão municipal afirma que, a gestão é feita como um todo envolvendo todos os municípios da ilha bem como os outros atores que participam na gestão do destino:

Nós pensamos a ilha como um todo, porque fica mais fácil depois pensar no município. A nossa relação com as outras câmaras e as ONG's é saudável podemos dizer que temos um bom relacionamento com a associação Dragoeiro, com a AMIPaul, os agentes económicos também. Também um bom relacionamento como o governo, o ministério do turismo e as câmaras municipais de Santo Antão e que tem dado muitos frutos e que vai dar muitos resultados positivos e produtivos. A cooperação existe sempre, porque para nós, todos estão a desenvolver o turismo, portanto cada um oferece aquilo que pode e é evidente que temos de ter a noção da realidade de hoje, a dimensão das ilhas e dos municípios. A primeira forma de cooperar é ter capacidade de dialogar com os operadores turísticos e penso que conseguimos colocar os operadores em contacto com mais interessados que querem conhecer a ilha ou o município do Paúl.

Ao falar da relação da gestão municipal com os operadores turísticos locais o entrevistado 5, reconhece o papel determinante que os operadores têm na atividade turística da ilha:

Com os operadores turísticos neste momento, temos funcionado mais numa ótica de prestação de informação, de facto os operadores tem sido extremamente importante bem como todos os guias que trabalham para os operadores porque vão nos dando informações e indicações das necessidades ou pelo menos aquilo que é a demandada para a ilha, os circuitos neste momento são mais procurados pelos turistas, cada agencia normalmente já tem definido os seus próprios circuitos e então pedem intervenção da camara no sentido da melhoria dos circuitos, dos acessos em cada uma das zonas. Sentimos que a nível das localidades vai surgindo já alguns pontos de receção de turistas, onde almoçam ou jantam, digamos que é um turismo, que nos queremos e nós pretendemos é que seja mais qualificado e mais sustentado, porque há uma tendência de que o turismo seja um turismo de terraço, onde as pessoas vem fazem ficam numa casa e aproveitam do terraço, eu acho que é preciso trabalharmos um pouco junto com agencias para a melhor qualificação deste destino, sobretudo de cada um dos circuitos.

Ao fazerem a avaliação do papel do Estado sobretudo da DGT as opiniões tendem a ser discordantes. O entrevistado 7, sente que há uma certa discriminação para com os operadores estrangeiros:

A ligação do ministério do turismo e as autoridades locais carece de informação. As autoridades locais precisam de aulas, de formação, para o aproveitamento dos potenciais que Santo Antão oferece. Os caminhos naturais de Santo Antão devem estar em condições, aproveitamento das praias, temos uma fonte de turista que querem usar as praias todo o ano. As autoridades não entendem qual é o peso do património.

Não somos convidados para dar a nossa opinião porque os estrangeiros não podem dar a sua opinião. A opinião é nacionalista, não ouvem opinião dos estrangeiros.

Já as entrevistadas 2 e 4, ambos operadores turísticos também estrangeiros residentes em Cabo Verde avaliam positivamente o papel da DGT e do ministério que o suporta. A

entrevistada 2, referiu-se principalmente as expectativas quanto ao desempenho da nova ministra do turismo:

Temos sido convidados para eventos. Recentemente a nova ministra do turismo que é de Santo Antão veio fazer a apresentação das riquezas da ilha. Sentimos que uma pessoa muito mais empenhada. Sente-se que a ministra está mesmo preocupada e empenhada, que ouve as nossas preocupações e vai ser uma mais-valia para Santo Antão.

A entrevistada 4, afirma que desde 2008 que o governo tem dado mais atenção ao turismo em Cabo Verde sobretudo com adoção de medidas concretas:

Somos sempre convidados para os eventos, para reuniões. Recentemente tivemos aqui o *Mindelo Meeting Point*. Estamos inscritos no ministério do turismo, somos uma agência de peso por isso somos sempre convidados para as feiras. Acho que nos últimos anos foram feitos muitos trabalhos sobre turismo em Cabo Verde, agora se é bom ou errado ... é opinião de cada um, o certo é que foi feito. Foi feita aquela campanha para estabelecer um logo para Cabo Verde. Gosto muito da publicidade: sobre tratar bem o turista para poder voltar, isso foi a partir de 2008, ano que foi construído o plano estratégico. Numa entrevista há dias o primeiro-ministro disse que em 2003 com a diminuição das remessas e ajudas era preciso criar um plano, começaram a investir no turismo, a partir talvez realmente a partir de 2008 as coisas começaram a evoluir e avançar, as vezes não tão bem como podia ser, mais porque aqueles pessoas que trabalham naqueles postos não são propriamente da área do turismo. Gostaria de ver ali mais pessoas do terreno que conhecem mesmo, ou então envolver-nos mais, nós como agências porque nós estamos no terreno. Por exemplo no plano estratégico do turismo de cruzeiro, fiquei um pouco triste porque tem muitas agências daqui que podem trabalhar, e o governo contratou uma agência de fora e fizeram uma entrevista no Caís em plena operação, tinha condutores para organizar e pagar, *briefing* de guia e os turistas a passearam nisso não queria ter no momento a empresa a incomodar. A forma de ser feito as vezes é um bocado estranho, mas em geral acho que é uma boa tendência.

Para o entrevistado 5, o plano estratégico do turismo 2010 – 2013 referido pela entrevistada 4, não se adapta a ilha de Santo Antão:

Nós entendemos que o plano nacional do desenvolvimento de turismo é um documento que não se aplica a nossa realidade porque de facto teve-se mais em conta as vertentes das ilhas de sol e praia, deixando para o segundo plano aquilo que para Santo Antão é a prioridade número um. Estamos a trabalhar em estreita relação com a direção nacional do turismo, mas tentando centralizar aquilo que é importante para Santo Antão em concreto.

O entrevistado 1, ligado a gestão municipal da ilha afirma que a cooperação do poder municipal com o central em prol do turismo é muito boa pese embora algumas burocracias a nova ministra veio trazer uma nova dinâmica na gestão do destino Santo Antão:

O nosso relacionamento com o governo é bom, no pouco tempo que a senhora ministra é responsável pela parte do turismo estamos a ver diferenças, a vontade de fazer e a ministra não pode fazer tudo sozinha, tem que haver cooperação de todas as câmaras, como já tinha dito desenvolver o turismo é responsabilidade de todos nós, estamos num ponto de virada isto é graça a ministra, porque antes não tínhamos visto nada a nível do turismo em Santo Antão, e do Paúl particularmente.

Apesar das perspetivas e do cenário positivo a entrevistada 8, é de opinião de que deveria haver maior coordenação entre os vários ministérios e atores locais no sentido de se otimizar os esforços e maximizar os resultados:

Acho que devia ter algo integrado, as câmaras, o governo, ministério de turismo, porque não tem havido concertação, cada ministério pega na sua parte. Faz-se reuniões, fóruns, mas não traduz num plano operacional, para fazer isso em tal ilha. Existe um plano estratégico para o turismo que é só para figurar. Parece algo que estamos a fazer por imposição de organismos internacionais que financiam e exigem. Para o turismo deixar rendimento, as pessoas da comunidade tem de saber o valor que a atividade tem. Mesmo os presidentes de câmaras de Santo Antão, quando falam em turismo querem é *resorts* para seus municípios, falam em número de camas, número de hotéis. É uma visão muito afunilado no turismo de massa. Não vêm que nós só poderemos oferecer o pouco de diferente que nós temos. O turismo de massa tem outros destinos mais baratos e interessantes e mais barato do que aquilo que podemos oferecer, mais rápido, mais barato e com mais qualidade.

A entrevistada aponta ainda medidas que poderão ajudar no incremento da atividade turística na ilha:

Acho que a nova legislação de pequenas e microempresas, pode ajudar muito nesta área. A ADEI³ pode ajudara as pessoas na preparação de projetos, a fazer seus planos de negócios para poderem investir e é preciso ensinar pessoas de que forma podem tirar rendimento desses tipos de negócios. Porque são sazonais, é preciso adicionar outros produtos a vota disto, e ter muita criatividade.

Em relação ao item participação dos atores locais na tomada de decisão ficou claro que, uma maior articulação entre os diversos atores e a definição de objetivos claros e tangíveis para o setor turístico da ilha e do país em geral é determinante para que se possa efetivamente assumir o turismo como setor determinante no desenvolvimento da ilha de Santo Antão.

d) Incentivo ao investimento para empreendedores

Neste item pretende-se avaliar o incentivo ao investimento e sobretudo ao empreendedorismo como alternativa a geração de novos empregos advenientes da atividade turística. Pretendeu-se verificar se os investidores tiveram em consideração a viabilidade económica da atividade turística em geral e de seus empreendimentos em particular.

³ ADEI - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação tem por objeto a promoção da competitividade e o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

Para o entrevistado 9, a decisão de se investir no setor turístico teve por base o censo comum e o seu conhecimento da realidade da ilha:

Antes de iniciar não foi feito nenhum estudo, mas tínhamos um censo da situação na altura, os dados que me levaram a tomar a decisão de começar com a aldeia, foi o facto de que Paul não tinha mais alojamentos do que: dois na Cidade das Pombas e mais dois nas zonas altas, que do meu ponto de vista não satisfazia as necessidades dos turistas e muitas turistas iam para Ponta do Sol. Este investimento foi feito por conta própria sem recorrer ao banco. Pouco a pouco, dia após dia fomos crescendo e criando condições para satisfazer as necessidades dos turistas. Foi um processo que vem crescendo, através da demanda, que foi motivante para mais investimentos.

Da mesma forma o entrevistado 7, afirma que:

Funcionamos desde 2013. Não fiz nenhum estudo antes de iniciar o projeto, mas já tinha estado em Cabo Verde no ano de 2006. Foram feitas diversas pesquisas, no início criei uma empresa de aluguer de bicicletas, conforme os pedidos construímos uma loja de valorização produtos e artesanato, depois eu fiz de guia turístico.

De igual forma, sem se realizar um estudo de viabilidade, pelo menos formalmente, o entrevistado 6 reporta que:

Funcionamos desde do ano de 2000., mas antes de iniciar o nosso empreendimento, a nossa família alugava-se quartos em casa. Este investimento apoiou-se de empréstimo em bancos. Poderíamos explorar o trismo de pesca e de mergulho, mas devido as condições económicas adversas ainda não esta ao nosso alcance.

O entrevistado 1, referiu alguns incentivos que o poder municipal concede aos investidores do setor turístico:

Os incentivos que podemos dar, em termos da camara municipal, quando vão a camara pedir uma licença, analisando as situações caso a caso porque devem ser analisadas desta forma, e dependendo desta analise a câmara pode, por exemplo reduzir o valor a pagar numa licença ou mesmo isentar do pagamento (como temos feito). Podemos criar condições especiais para aquisição de terreno para implementação de projetos neste âmbito. Temos alguns espaços, como o farol Fontes Pereira de Melo e a estância turística da Passagem que não são património da câmara, (são patrimónios do Estado) onde tudo faremos para que os interessados tenham a oportunidade de discutir e apresentar os seus projetos e demonstrar que se houver uma gestão privada desses patrimónios de certeza que estariam melhor. Analisando as propostas tudo faremos para junto do governo apoiar essas pessoas. O facto de conseguirmos dialogar com o governo, para a exploração privada de um ou outro património demonstra o interesse que nós temos no turismo e que nós acreditamos que já é um incentivo.

Em Santo Antão o acesso ao crédito é em grande parte dificultado pelas elevadas taxas de juro e pelas exigências de garantias bancarias. Esta constatação está plasmada no depoimento do entrevistado 5:

O setor bancário tem apoiado muito pouco, nós neste momento a nível da associação dos municípios, estamos a tentar montar um núcleo de desenvolvimento empresarial, precisamente para dar apoio às pessoas. Inauguramos a casa do cidadão nas quatro freguesias do concelho o

que irá permitir a criação de empresas na hora e isso no sentido de levar as pessoas a terem iniciativas. A uma menor custo as pessoas podem criar suas empresas, mas tem havido muito poucas iniciativas, porque infelizmente aqui os riscos são muitos, ainda para um investimento a nível de Santo Antão o acesso ao crédito é deficitário, as exigências das garantias também ultrapassam a capacidade das pessoas. Sentimos que é um aspeto que vem dificultando o crescimento do setor turístico e de outros setores de desenvolvimento.

A entrevista 8, afirma que o cabo-verdiano tem pouca propensão ao risco e muitas vezes não investe com medo de falhar. Na sua exposição a entrevistada fala de outros fatores que dificultam o desenvolvimento da atividade nas comunidades:

Isto depende dos lugares, por exemplo nas comunidades onde o turismo começou, sente-se que tem pessoas que se despertaram para as oportunidades que o turismo oferece, mas no contexto geral, acho que esta ainda muito incipiente, por várias razões primeiro porque a atividade é muito sazonal, tem um determinado período do ano que tem turistas e depois não tem e isso vem jogar com um a característica nossa: não arriscamos, embora seja meio paradoxal porque dizemos que o cabo-verdiano é ousado por causa da emigração e por se fugir em barcos. Mas neste setor de negócio não corremos muitos riscos. Buscamos sempre tentar ter alguma segurança, pode ser medo do risco, fragilidade económica, porque pessoa não tem um poder económico para investir em um negócio. Espera-se que no mesmo ano comece a entrar rendimento. Não queremos dizer que os cabo-verdianos não são empreendedores, mas em relação a risco devia ser estudado mais. A nossa margem de erro é muito estreito, se errar muitas vezes é fatal e depois o nosso meio é pequeno, quando não dá certo dificilmente pessoas são capazes de nos condenar. Um outro fator é a nossa capacidade de investimento é fraco, não vamos investir num investimento que vai levar muito tempo para ter retorno do investimento. Outro fator ainda, é que não temos muita informação, por exemplo não encontramos a nível do governo nenhum programa para informar as comunidades o que representa o turista para a nossa economia, não encontramos em nenhum manual escolar qualquer uma referência sobre a forma como devemos receber um turista.

No desenvolvimento das suas atividades a mesma entrevistada afirma que tem-se buscado ao máximo implementar um turismo solidário de base comunitária onde os recursos e rendimentos gerados são investidos na própria comunidade:

O objetivo é ganhar dinheiro, sim, mas não para acumular no banco ou para distribuir dividendos, mas sim partilhar entre eles aquilo que a atividade rende a favor do desenvolvimento da comunidade, no apoio às famílias, para fazer mais formações ou para melhorar as suas atividades, portanto centrado na comunidade e nas suas realidades locais. Outro aspeto que defendemos também é que qualquer atividade que for implantado tem que respeitar meio ambiente e cultura local, então quando decidimos entrar no turismo, considerando as três perfectivas, referidas anteriormente, pensamos num turismo solidário de base comunitário, começamos com Lajedos, no município do Porto Novo porque já tínhamos outras intervenções naquela comunidade. Começamos por preparar a comunidade, mostrando o que é o turismo, quais as vantagens para a comunidade, o que as pessoas de fora podem deixar, foram dadas formações, identificamos famílias que aceitaram melhorar um quarto nas suas casas para receber turistas, foi tudo participativo muito dialogado, porque essa é a nossa forma de trabalhar.

Pode-se concluir que, na sua maioria, os negócios não são criados tendo por base estudos de viabilidade económica. Não existe quaisquer distinções entre as taxas de juro aplicadas ao setor do turismo e as aplicadas aos outros setores da atividade económica. A

administração municipal tem tentado adotar uma estratégias para minimizar as questões burocráticas e garantir o acesso mais fácil ao licenciamento.

O governo de Cabo Verde, conforme já demonstrado na parte inicial deste capítulo tem viando a investir em infraestruturas sobretudo como forma de incentivar o surgimento de novos negócios na área turística.

e) Infraestrutura turística

Neste item da dimensão económica, pretende-se analisar a opinião dos entrevistados quanto a capacidade do destino Santo Antão em termos da infraestrutura turística e de sua capacidade de resposta face as demandas deste setor.

Embora os dados já apresentados apontam para um ligeiro aumentos em termos de infraestruturas turísticas o entrevistado 1 afirma que:

Falta muita coisa. Primeiro temos que ver o turismo em Santo Antão, precisamos criar infraestruturas e melhorar os que já temos, por exemplo o cais do Porto Novo que recebeu obras de requalificação mas ainda não é aquilo que as pessoas querem, principalmente aquilo que os agentes económicos querem sobretudo porque precisa ter a possibilidade de receber navios de cruzeiros, é preciso ter mais hotéis.

A necessidade de mais hotéis é também apontado pelos operadores turísticos entrevistados no âmbito deste trabalho. A entrevistada 4, afirma que:

Tem havido reclamações em termos da hotelaria. Se os turistas querem um turismo cultural, precisam de um estabelecimento de alto nível, e em Santo Antão basicamente não existe. Existem três estabelecimentos que considero mais altos em termos de *standard*, que é PaulMar na cidade das Pombas, PedraCin, e Santantao Art Resort. PedraCin tem serviços que podem ser melhorados, quartos que devem ser renovados. Santantao Art Resort está localizado no lado errado, toda a vez que um turista quiser fazer uma excursão tem de percorrer toda a estrada Porto Novo Janela. Em PaulMar, as pessoas estão satisfeitas, mas o hotel ainda carece de algum charme além do facto das pessoas terem que tomar pequeno-almoço em um restaurante fora do Hotel, nada é perfeito. Já aqueles estabelecimentos de classe média têm charme a mais, para os tipos de clientes de excursão ou de caminhada. Em relação a capacidade de alojamento, muitas vezes não há quartos suficientes para grupos. Pode haver quartos suficientes mas é só numa certa altura do ano (outubro, novembro, dezembro).

Na mesma linha a entrevistada 2, afirma que:

Um dos problemas de Santo Antão é que neste momento só temos 3 ou 4 hotéis. Para poder receber grupos é preciso uma maior capacidade. É preciso mais investimentos em Hotéis.

Em relação as infraestruturas de comunicação, estradas e caminhos vicinais usados nos circuitos a apreciação é positiva e os entrevistados consideram que se tem feito muito

para a satisfação dos turistas. Porém o entrevistado 5 salienta que a ilha carece de mais infraestruturas por forma a potenciar a atividade turística e maximizar os ganhos:

Em termos de capacidade de alojamentos ainda estamos muito fraco, começa a surgir pequenas unidades hoteleiras, brevemente em Ponta do Sol vamos ter um hotel com 65 quartos e que vai trazer algum incremento em termos de turismo. No Paúl temos algumas iniciativas, como também em Ribeira Grande, mas temos que aumentar a nossa capacidade de oferta em termos de número de quartos a nível de Santo Antão. Em termos dos caminhos vicinais estamos num bom caminho, mas fora isso em termos culturais e de atividades pós circuitos também precisamos crescer, precisamos ter alternativas que levem o turista a encontrar soluções, a gastar mais recursos e aproveitarem daquilo que nós temos, em termos do artesanato, em termos culturais. Mas também podíamos falar em termos do próprio porto que é um a infraestrutura que a partida deveria servir Santo Antão, sobretudo em relação ao turismo de cruzeiro. Vemos que de facto não serviu aquilo que era o interesse porque o porto em termos do calado ficou igual ao que nós tínhamos em 1962 quando foi construído, ou seja os mesmos barcos que vinham naquela altura são os mesmos que vêm hoje. Um navio de cruzeiro tem de ficar no alto mar ou então ficar em São Vicente, para as pessoas apanharem barco para virem a Santo Antão, é de facto incompreensível daí que sempre se falou na segunda fase, mas não sei quando virá. Em matéria de infraestruturação ainda precisamos fazer muito, em relação ao investimento das câmaras municipais estamos a trabalhar de rede de miradouros onde temos um potencial grande. Junto dos miradouros poderá ser criado negócios informais que poderão surgir e é neste sentido que nós entendemos que em termos de equipamentos e infraestruturas turísticos, ainda precisamos fazer muito, e seguramente quando tivermos mais turistas, haverá muito mais pressão para nós melhorarmos ainda mais.

Em termos de transporte a única ressalva tem a ver mais com a postura dos profissionais da área, conforme referido pela entrevistada 8:

Em termos de transporte, não há problemas temos muitos carros, embora os condutores precisam de formação. Temos o problema de preços. Não se pratica sempre os mesmos preços, têm essa coisa de estrangeiros pagar mais, que as pessoas daqui, nalguns percursos, portanto é preciso ver a questão de ética. Devem estar bem apresentados e ter uma carteira profissional. Deveria haver um controlo de fichas de satisfação para que os turistas digam como foram tratados.

Já a questão o aeroporto para Santo Antão não é muito consensual entre os entrevistados. Enquanto para os operadores, empresários e líderes associativos a existência de um aeroporto não é fundamental para o desenvolvimento da atividade turística ou pelo menos não um aeroporto internacional, para alguns decisores públicos sobretudo ligados a gestão municipal, Santo Antão precisa de um aeroporto internacional para que se possa efetivamente afirmar-se como destino turístico de referência.

O entrevistado 5 é de opinião que:

Eu sou defensor de um aeroporto que sirva Santo Antão. Evidentemente que hoje em dia construir um aeroporto terá que ser um aeroporto internacional. Num aeroporto internacional a pista custa o mesmo, em relação a um aeroporto nacional. A diferença está em alguns metros, mas a base terá de ser dimensionada tendo em conta os aviões a receber. Isso é sem dúvida fundamental para o potencial que Santo Antão tem. Em termos de construção de um aeroporto, teria de ser um aeroporto internacional, um aeródromo não resolve os problemas.

O povo hoje já começa a exigir, temos que pensar no futuro, evidente que vai ser construído um aeroporto mesmo que seja por fases, mas tem que se pensar no futuro, num aeroporto internacional.

Questionado se o aeroporto em si seria rentável e sustentável, o entrevistado retorquiu:

O aeroporto com certeza que seria sustentável, nós temos em Santo Antão cerca de 44 mil habitantes. Toda a gente colocou a questão quando se pensou um aeroporto para Boavista que na altura tinha 4 mil pessoas, quer dizer era necessário ter um aeroporto com potencial latente em termos da ilha, temos que ver efetivamente o fluxo. Costumo dizer que o pessoal de São Vicente compete com Santo Antão dizendo que Santo Antão não deve ter um aeroporto porque São Vicente já tem um. Acho que é uma falácia. O desenvolvimento de Santo Antão está atrelado porque não temos uma estrutura aeroportuária. A agricultura será extremamente difícil por causa da seca. A nossa única saída é efetivamente promover o turismo. Hoje o aeroporto é essencial. Temos de ter uma visão de que Santo Antão para se desenvolver tem de ter em conta aquilo que é o seu potencial, e o potencial maior que temos e que São Vicente não tem é a nossa natureza, é o *trekking*, as pessoas que amam efetivamente este tipo de turismo vem para Santo Antão. Não queremos um aeroporto para nos ligar à São Vicente porque grande parte da população vai de barco, queremos sim um aeroporto para nos ligar ao mundo e para promover também a ligação com outras ilhas, como é o caso de Santiago.

Em 1984 já tínhamos um aeroporto em Santo Antão, porque se mostrava necessário ter duas portas de entrada e saída.

O entrevistado 1 afirma igualmente que:

Temos falado na criação do aeroporto de Santo Antão porque nós acreditamos que será uma mais-valia para Santo Antão, a semelhança de outras ilhas. Para que realmente posámos dar aquele salto qualitativo e entrarmos verdadeiramente na rota do turismo.

Já para a entrevistada 2:

O país está em débito, não há necessidade de aeroportos em Santo Antão. Temos 2 barcos que fazem 4 viagens por dia entre Santo Antão e São Vicente. São duas ilhas diferentes ao mesmo tempo complementares. A construção do aeroporto não é prioridade.

Na mesma linha, a entrevistada 4, afirma que:

Acho o transporte em Santo Antão bom. Não sou favorável a construção de um aeroporto porque acho que Santo Antão é de difícil acesso. O aeroporto pode mudar a visão dos turistas. Pode acabar por mudar a forma como os turistas olham para Santo Antão. Pode estragar sua morabeza. Temos dois barcos por dia, acho que é suficiente, tem carros até a mais, o acesso em Santo Antão é bom.

No que diz respeito a avaliação da infraestrutura turística existente na ilha, podemos concluir, não só pelos dados apresentados no início deste capítulo, bem como pelas entrevistas que, a semelhança da exploração do destino que ainda está na sua fase inicial, em termos de infraestrutura ainda há muito por se fazer. Não obstante algumas intervenções já feitas e tendo em conta os poucos recursos disponíveis é preciso também avaliar a viabilidade dos investimentos neste setor.

4.3.2. Dimensão Sociocultural

Nesta dimensão é analisado o acesso a saúde, a educação e a formação para o turismo, a identidade e promoção cultural bem como os elementos materiais e imateriais da cultura que fazem parte do produto turístico do destino Santo Antão.

a) Acesso a saúde

Em relação ao item acesso a saúde a entrevistada 8, afirma que os serviços da ilha não estão preparados para dar resposta em caso de acidentes e que a situação mesmo para a população é preocupante:

Em relação a saúde, acho que é preocupante. Existem grandes distâncias entre os centros de saúde e as localidades por onde os turistas fazem caminhadas. Ao nível de bombeiros, primeiros socorros, o atendimento nesses percursos de montanha se houver algum problema, é um risco muito grande e não estamos preparados para dar respostas caso aconteça realmente algum acidente. Mesmo os guias, a maioria não têm noções de primeiros socorros, acham que, só porque falam uma língua, são simpáticos, já estão preparados para ser guia turístico. Já vi situações de pessoas expostas ao perigo simplesmente por inocência. Se algum dia acontecer alguma coisa ficaremos marcados para sempre. Não temos margem para errar muito.

Seguindo o mesmo raciocínio a entrevistada 4, também é de opinião que o sistema de saúde em Santo Antão não está preparado ou adaptado a atividade turística:

O sistema de saúde em Santo Antão não está preparado para os turistas, se houver um acidente na montanha, é um problema. Podemos chamar os Bombeiros mas até que cheguem ... é preciso muitos contactos, e basta acontecer alguma coisa mais grave que a única solução é evacuar para São Vicente e neste caso temos que esperar o barco. Isto não acontece só para o turismo, mas sim para toda a população é difícil. Santo Antão devia ter um sistema de socorro.

Para a entrevistada 2, este sistema de socorro poderia ser um helicóptero equipado para missões de resgate:

Uma das prioridades é a Saúde, ter um helicóptero, ter um Hospital, com melhores condições, é no sentido de segurança. Quantas mais pessoas, mais acidentes, é como uma estrada (um estrada quando tem 10 carros tem menos probabilidade de ter um acidente, do que quando tem 1000 carros). Penso que cada vez mais Santo Antão está a evoluir.

As entrevistadas 4 e 2, que são operadoras turísticas afirmam que seus guias estão minimamente preparados para prestar os primeiros socorros. A entrevistada 4, afirma que no caso de turistas que caminham sozinhos a agência criou um *Road Book* (livro de estrada) com indicações básica para pedir socorro:

Temos um produto que é *Road Boock* impresso numa folha escrito em crioulo e em francês caso aconteça algum acidente. Por exemplo se estiverem em Lagoa conseguem encontrar uma pessoa que pode tomar o papel e correr até um telefone publico e telefonar para o hospital. Tentamos

fazer sempre essas coisas para as pessoas tenham alguma segurança caso aconteça alguma coisa. Felizmente acontecem poucos acidentes mas temos de estar preparados. Nós como agência temos de ter sempre os nossos guias formados, têm de possuir um curso de primeiros socorros e um diploma da Cruz Vermelha. Isto é organizado por nós, mas claro, eles mesmos é que pagam o curso ou nós pagamos uma parte. Convidamos também um grande formador da França que veio dar formação a equipa de montanha. Mas é tudo feito por iniciativa nossa.

Pese embora os aspetos ligados a evacuação em caso de acidentes, a nível geral o acesso a saúde, conforme demonstrado no início deste capítulo é considerado satisfatório.

b) Acesso a educação e formação para o turismo

Em termos do acesso à educação e pelos dados apresentados considera-se que a ilha está bem servida comparativamente com o resto do país. As dificuldades estão mais ligadas as longas distâncias que por vezes os estudantes precisam percorrer para assistirem as aulas.

Pretende-se neste item analisar, sobretudo o aspeto da educação e formação para o turismo, não só a nível dos intervenientes na atividade bem como da postura que a população tem adotado face ao turismo.

Quanto ao nível de formação dos funcionários dos estabelecimentos turísticos, os entrevistados, responsáveis por esses estabelecimentos, afirmam que as pessoas foram formadas e preparadas no próprio local de trabalho de acordo com as necessidades e particularidades de cada empreendimento.

O entrevistado 9, afirma que os resultados são positivos:

Todas as pessoas que trabalham aqui, foram capacitados através de formações, e teve acompanhamento durante meses para o aperfeiçoamento. Tenho tido muito bons resultados dos trabalhadores.

Para o entrevistado 7, as pessoas de Santo Antão tem predisposição para aprender porém, é necessário adaptar a forma de formar às pessoas:

Temos uma população bastante inteligente, e realmente é importante adaptar a forma de formação, para a maneira de pensar, a maneira de viver e a maneira de apreender. Temos 7 empregados, que são pessoas da zona, de entre as quais um responsável e 6 empregados que trabalham de forma polivalente. Foram solicitadas aulas de francês, de forma que estejam capacitados, na que tange a comunicação, básica com os visitantes. Neste momento estamos a iniciar aulas de Inglês, é difícil mas as pessoas têm capacidade. A formação dos guias turísticos, é um grande potencial para o turismo m ST. Para um guia ser de qualidade tem de passar pelas agências, onde oferecem formações adicionais. Temos muitos poucos guias de qualidade em Santo Antão.

A formação dos guias é outro aspeto que carece de muita atenção. Os entrevistados são de opinião que se deve apostar numa formação com enfoque não apenas nas línguas e conhecimentos gerais, mas também em noções de primeiros socorros.

A semelhança de estabelecimentos turísticos, os responsáveis pelas agências afirmaram que são as próprias agências a formarem seus guias.

Para a entrevistada 2, através da formação a agência transmite aos guias a sua filosofia:

Na nossa agência todos os guias tem formação. Nós próprios demos formação para que eles possam saber como interagir mesmo a nível de caminhadas. Formamos os guias com de acordo com a nossa filosofia e a experiencia já acumulada pela agência.

A entrevistada 4, é de opinião que as formações a nível de guias turísticos promovidas pelo governo deveriam ter em conta o tipo de turismo:

Os guias existentes em Santo Antão são poucos e não tm formação. Existe uma formação para guias mas é muito geral. Não existem separação entre um guia de caminhada, um de cruzeiro e de turismo cultural uma vez que são 3 áreas diferentes. Um guia de montanha precisa ter noções de socorrismo, um guia de cruzeiro tem que saber liderar um grupo enorme com algumas limitações devido a idade das pessoas, um guia de turismo cultural não tem probabilidade de acidente mas tem de saber e ter muita informação. É uma crítica que fiz sempre, deveria haver separação entre os três tipos. Nós como agência temos de ter sempre os nossos guias formados, têm que ter uma formação de primeiros socorros com diploma da Cruz Vermelha [...] Basicamente qualquer pessoa sem diploma pode dizer que é guia só porque fala inglês, mas não é bem assim. Um guia precisa ter muitas qualidades, e uma delas tem de ser uma pessoa humilde e não pensar enganar, e ser egoísta, porque as pessoas sentem e pode dar uma má imagem para Cabo Verde.

Além dos órgãos com vocação para a formação algumas associações e mesmo as câmaras municipais têm promovido algumas formações ligados ao turismo. Um dos responsáveis municipais da ilha, o entrevistado 1, afirma que na gestão da sua câmara municipal não existem pessoas com formação específica no turismo:

Nós não tem pessoal qualificado na área de gestão turística, mas temos tido algumas parcerias, formações na área do turismo, onde vieram técnicos em parceria com a câmara e a casa de Africa do Luxemburgo, onde foram ministrados cursos de línguas, para formar pessoas, e principalmente para guias turísticos, condutores e isso para mostrar aquilo que queremos. Se tiver pessoas interessadas, de certeza que estamos a altura de mobilizar esses recursos.

As câmaras municipais de Santo Antão tem vindo a formar pessoas no turismo mas devido as escassas possibilidades de emprego na ilha, são obrigadas a sair para Sal e Boavista. Esta é a constatação do entrevistado 5 que afirma vão continuar a investir na formação:

Em termos da educação e formação, vamos investir bastante, porque ainda sentimos que em termos de prestação de serviço na forma de receber os turistas temos ainda muitas lacunas e é preciso haver investimento, não só em termos de serviço, mas também na própria gestão, nas estruturas, acho que é preciso haver de facto um investimento forte neste sentido. Tem-se feito muitas formações aqui em Santo Antão, infelizmente são formados pra o exterior, porque não há mercado, as pessoas acabam por receber formação, não conseguem um emprego e são obrigados a sair. Quer a câmara, quer a associação de municípios que até aí tínhamos dado muitas formações, mas hoje na verdade quando chegamos na Boavista e Sal encontramos quase todo esse pessoal porque de facto não há alternativa de emprego aqui em Santo Antão.

A entrevistada 8, responsável por uma das associações comunitárias com participação ativa na atividade turística no município do Porto Novo afirma que:

Foi dado uma formação de governanta, de guia turístico de caminhos vicinais, de restauração, mesa e bar, culinária e línguas para uma mínima comunicação.

Nalguns casos teve jovens que fizeram todas as formações, mas nem sempre era o mesmo público. E a partir daí construímos um restaurante porque percebemos que a parte da alimentação seria uma.

Na alimentação temos de ter segurança e higiene bem garantidos, daí que optamos por construir um espaço que é gerido também pelo princípio de economia solidária, por um grupo de mulheres que tomam conta do restaurante.

Para o entrevistado 11, líder associativo, formar as pessoas para a atividade turística é contribuir para a seu empoderamento e contribuir na luta contra a pobreza:

Trabalhamos na luta contra a pobreza concretamente, na capacitação de profissionais para que possam ter formas de resolver os seus próprios problemas, no empoderamento do pessoal, trabalhamos na mobilização de recursos para apoiar as populações. Quando construímos uma casa de raiz, dizemos ao beneficiário: olha se você tem três quartos de deve prepara e alugar um para o turismo. Temos promovido formações no turismo habitacional, transformação agroalimentar, cozinha e outros aspetos, capacitamos as pessoas, dotamos essas pessoas de equipamentos, apoiamos através de donativos no desenvolvimento das suas atividades.

De acordo com o entrevistado 9, existe carência de formação na área do turismo mas que primeiro dever-se-ia apostar na formação de formadores:

A minha sugestão é para criar condições de formação. Primeiramente deveria haver mais apoios institucionais no sentido de se formar formadores, ou seja, fazer um seleção de profissionais com provas de sucesso, para que esses formem outras pessoas.

O entrevistado 7, relata que a qualidade humana e a predisposição para aprender deveria ser melhor aproveitado:

Temos um bom feedback dos nossos clientes, onde demonstram o seu nível de satisfação quanto a disponibilidade do povo para mostrar o caminho, como se fabricam os produtos. A qualidade humana das pessoas de Santo Antão é um património essencial.

De igual modo para a entrevistada 8, dever-se-ia apostar muito mais na formação não só em termos técnicos mas sobretudo a nível do comportamento e postura da população em relação a atividade turística:

Não temos muita informação, por exemplo não encontramos a nível do governo nenhum programa para informar as comunidades o que representa turista para a nossa economia, para sua economia local. Não encontramos em nenhum manual escolar referência a forma com receber um turista, o que significa uma pessoa vir visitar-nos. Não existem estímulos e nenhum tipo de sensibilização ou informação para preparar as comunidades. No nosso entender as comunidades rurais têm uma autoestima baixa e não vêem o seu próprio potencial, porque todo o investimento dos sucessivos governos tem sido no meio urbano, portanto só é bom o que tem na cidade. Investe-se na educação de um filho para poder ir trabalhar na cidade, tanto que agora se precisar de engenheiro agrônomo não encontramos. Então toda essa mentalidade, de que o meio rural não presta leva a pobreza, faz as pessoas retraírem-se porque as pessoas não têm autoestima e orgulho de pertencer a comunidade, muitas vezes até estranham como os turistas acham lindas essas zonas. Para eles, bonito são casas de betão, vidro, prédio, e não casas de pedra e palha.

A entrevistada afirma ainda que para mudar essa mentalidade é preciso começar desde criança a ensinar nas escolas o valor existente nas comunidades:

Toda essa mentalidade se for trabalhada nas escolas desde pequeno, para aprender o valor das coisa por exemplo, mesmos jovens vendo lugares que é bonito, tem rochas diferentes, formação geológicas diferentes, numa lógica que dá para fazer turismo científico, se um grupo de jovem vão para essa área fazer um passeio a primeira coisa que fazem é colocar tintas nas rochas, levam uma lata de *spray* para escrever os seus nomes. Portanto não temos respeito nem para as paisagens que é um património formidável que pode dar dinheiro, não sabemos ter, e toda essa coisa é socialmente compreendido, é culturalmente ensinado.

Se não investimos nele, não temos investimento económico, primeiro temos de investir na educação, na valorização cultural, sensibilização das pessoas, na valorização de pessoas, na maneira de estar, em valorizar o que é nosso, a parte económica vem por arrastamento.

A entrevistada alerta para um comportamento perigoso que foi também referido pelos outros entrevistados, que é o fato de pais incentivarem os filhos menores a pedir dinheiro aos turistas que passam pelas comunidades:

Existe aquela ideia que temos que o turista é uma pessoa rica, que traz alguma coisa para nós. É muito importante fazer as pessoas entenderem, que o turista dormiu, comeu, e este é o recurso que ele pode deixar aqui. Sempre temos crianças a pedir. Assim podemos perder a postura digna de saber receber. Por outro lado também é preciso trabalhar a mentalidade do turista, que acham só porque vão para um país pobre, têm de levar canetas para deixar porque são pobres. Acaba por ser uma coisa difícil de combater.

Torna-se evidente que há carência de formação na área turística. É necessário sobretudo uma melhor coordenação entre os responsáveis públicos e o setor empresarial no sentido de se orientar a oferta formativa e aumentar a capacitação e especialização dos recursos humanos. Existem vários aspetos a melhorar para que se possa atingir um turismo de qualidade sustentável em termos social e isto só se consegue formando os produtores e

prestadores de serviços, informando e consciencializando toda a população sobre as potencialidades e oportunidades que a atividade apresenta.

c) Identidade e promoção cultural, elementos da cultura que fazem parte do produto turístico

A identidade cultural do destino e sua promoção é outro item a ser avaliado na dimensão sociocultural da sustentabilidade. A atividade turística, pela sua natureza, tem impacto na cultura das pessoas no destino. Se o turista viaja em busca do conhecimento de lugares, costumes e culturas diferente, as pessoas no destino devem estar conscientes da sua identidade cultural buscando preservar o património material e imaterial e utiliza-lo como mais-valia e fator atrativo do destino Santo Antão.

Para que a cultura tenha potencial de contribuir para o desenvolvimento é necessário que as pessoas tenham consciência do seu valor, por isso o entrevistado 11, afirma que:

A AmiPaul é uma organização ligada a cultura, procura a veia a cultural para mostrar que um povo não pode andar sem a sua cultura, tem de ter referências culturais para poder progredir no tempo.

Se não investirmos na valorização do património e da cultura, na consciencialização das pessoas sobre o valor da nossa identidade para o desenvolvimento turístico de pouco adiantam os investimentos económicos para o desenvolvimento sustentável do turismo. A entrevistada 8, relata que as pessoas pensam que se deve investir primeiramente a nível económico. Para a entrevistada esta mentalidade não poderia estar mais errada:

Não é construir um grande hotel numa localidade e depois esperar que as pessoas valorizem a localidade, é mentira, primeiro é preciso valorizar a autoestima das pessoas, o património paisagístico e cultural [...] Temos de entender que o turista, aquilo que vem ver, não é o negócio ou estabelecimento, ele quer ver o valor patrimonial da comunidade. Se o turista chegar e encontrar, sujidade, betão, calor, porque as construções de betão que temos são quentes e não têm muito conforto para oferecer, e se não encontrar nenhuma marca da nossa identidade cultural, o negócio não vai para a frente. Neste momento o que oferecemos não tem identidade cultural, e essa é a minha preocupação. Acho que Santo Antão, São Nicolau e Fogo deveriam ser pensados com projetos de turismo baseado numa identidade cultural e no património paisagístico.

A entrevistada aponta ainda aspetos patrimoniais e culturais que não são aproveitados:

Por exemplo aquela forma de fazer agricultura, em socalcos, aquilo que em Santo Antão chamamos “*p’lar*” é uma coisa formidável. Na ilha da Madeira só levadas de água têm N percursos turísticos, várias trilhas e rotas de levadas, mas nós deixamos estragar, riscar, entupir, criar palha e espinhos, onde pessoas não conseguem andar, porque não temos noção de valor cultural e patrimonial que temos, não estamos a investir no valor imaterial da nossa cultura, já

não contamos as histórias, já não sabemos o que aconteceu, não sabemos quem são as pessoas de referência na comunidade. Temos lugares em Santo Antão com pessoas de referência cultural que ainda estão vivas, ninguém os valoriza, então estão a transformar num país sem história, sem memória. O que é que vamos oferecer ao turista? Sol e praia? Existem destinos mais baratos.

Para a entrevistada, as comunidades sozinhas não conseguirão ver este problema, ou então quando conseguirem poderá já ser tarde:

É preciso haver um investimento antes, por parte do governo, na educação com manuais escolares que falam disto, valorizar os tipos de profissão locais, promover encontros nessas localidades, não apenas por altura das campanhas eleitorais quando os políticos vêm falar que a localidade é linda e que precisa ser valorizada. Mas isto tem de ser sistemático. Fiquei muito contente quando tiveram a iniciativa de criar as sete maravilhas de Cabo Verde. Pareceu-me que podia ser a partida uma coisa interessante, mas no entanto ficou por aí. Agora porquê não cada ilha escolher suas sete maravilhas? Muitas pessoas ficaram insatisfeitas na altura. Porquê os presidentes das câmaras municipais não organizam e escolhem as suas sete maravilhas?

O entrevistado 1, um dos responsáveis pela gestão autárquica da ilha embora sem apresentar aspetos concretos e elementos materiais e imateriais que fazem parte do produto turístico da ilha, falou daquilo que temos e que poderia ser aproveitado:

Nós, em termos de cultura podemos ter a nossa atividade musical, temos artistas musicais que destacam no âmbito da cultura, também em relação na pintura nós temos jovens artistas, na cestaria e isso tudo mostra que, embora haja dificuldades nós não podemos ficar desanimados, temos de fazer das dificuldades desafios e isso nos dá mais força. Creio que na cultura estamos no bom caminho e podemos fazer muito mais porque nós temos jovens talentosos.

O autarca afirma ainda que, é preciso sempre envolver as pessoas na atividade turística:

Sem o envolvimento da população não há o turismo, portanto a população é parte do sistema para desenvolver o turismo em Santo Antão, esquecendo as pessoas, colocando-as de lado, de certeza que nos vamos conseguir nada. O mesmo se passa com um operador, se este quiser criar um empreendimento turístico numa determinada localidade, se não estiver envolvido e comprometido com a população ele não vai conseguir chegar a lado nenhum.

A entrevistada 4, destaca o projeto de Lajedos afirmando que é dos poucos na ilha que trabalha a vertente da promoção cultural:

Em Santo Antão temos o projeto em Lajedos, que é bom para a promoção da cultura, porque trabalham com as famílias, e nós trabalhamos muito com eles. Além disto apenas temos as festas de romaria, como o São João no Porto Novo, mas ainda é muito pouco explorado e não temos turistas que consomem este tipo de serviços de cultura. Tentamos sempre envolve-los com a cultura local, por exemplo, eles fazem curso de cozinhar cachupa, almoçam na casa das famílias, e os guias procuram sempre coloca-los em contacto com pessoas das comunidades, por exemplo quando encontram aquele senhor em Lombo de Santa que faz enxadas, ficam admirados a ver. Tentamos sempre achar alguma coisa pelo caminho, mas não temos nada planeado porque quando é planeado fica uma coisa fingida, por isso preferimos que seja assim.

As festas de romaria também são referenciadas pela entrevistada 2, que na mesma linha afirma que são pouco exploradas sobretudo porque acontecem na época baixa:

Santo Antão tem aspetos culturais a oferecer com as festas de São João, Santo António, só que estas festas acontecem na época baixa, porque Santo Antão é um destino caro, e nestas alturas os turistas preferem outros destinos turísticos mediterrâneos nos países como a Grécia, Croácia, onde as pessoas podem ter uma semana em hotéis 5 estrelas por um preço acessível, a menos de 400 euros.

O contacto que o turista tem com as pessoas, sobretudo no turismo de habitação, contribui, de acordo com a entrevistada 8, para alargar o horizonte cultural das pessoas:

Para os filhos é uma oportunidade de mudar um pouco a mentalidade, aprender línguas, respeitar cultura dos outros, de saber coisas sobre outros países. As famílias ficam contentes porque passado algum tempo recebem um postal, uma foto. Em termos culturais alargam os seus horizontes, abrem suas redes de relações e tem um efeito benéfico para o aproveitamento escolar dos alunos. As pessoas nas localidades tomaram a consciência que eles têm um valor cultural, que têm uma identidade e isto aumenta a autoestima das pessoas.

O contacto e interação dos turistas com a população é referenciada também noutras entrevistas. A forma mais comum é sobretudo através da gastronomia. Os turistas muitas vezes vão aos mercados, compram produtos locais que eles mesmos, nos estabelecimentos onde ficam alojados, fazem a preparação dos pratos sob orientação de cozinheiros locais. Nas vilas e aglomerados populacionais os turistas buscam o contacto com as pessoas, nos bares, nas tocatinas e outros convívios.

Como ficou plasmado nos depoimentos que, a cultura ainda não está tão presente, como deveria e poderia, no produto do destino turístico Santo Antão. É preciso, sobretudo, que as pessoas tenham consciência da sua identidade cultural, dos elementos materiais e imateriais que o enformam para que a cultura possa ser uma fonte de vantagem competitiva para o destino Santo Antão.

4.3.3. Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental envolve o conjunto das relações dos atores do sistema turístico com o meio natural. Nesta dimensão serão analisados os itens da educação ambiental tanto das comunidades locais como dos próprios turistas, do saneamento e outros aspetos ligados a gestão ambiental na ilha de Santo Antão. Já neste capítulo se falou em aspetos que enformam esta dimensão da sustentabilidade nomeadamente as infraestruturas, os recursos, parques naturais e outros ligados ao saneamento.

a) Educação ambiental

O turista faz aumentar o consumo de produtos que localmente por vezes nem são consumidos. Este consumo automaticamente faz com que se aumente a quantidade do

lixo produzido. De acordo com o entrevistado 5, isto pode apresentar-se como um dos aspetos negativos do turismo:

O truísmo pode ter um impacto negativo neste aspeto, porque há uma maior produção de lixo, também há uma maior pressão sobre as infraestruturas, do que aquilo que já existe. Poderá haver alguma degradação.

O entrevistado 5 afirma que, dada as vantagens económicas, mas sobretudo pela educação ambiental dos turistas que considera é muito avançado, os impactos quando bem analisados são positivos:

Mas os ganhos quanto a isso são maiores e há sempre um impacto positivo, sobretudo pelo tipo de turista que nós temos aqui e que são turistas praticamente formados e informados, ao contrário de outras paragens onde as pessoas que vem cá são pessoas que já tem algum comprometimento, são pessoas que estão comprometidos com a natureza e que tem informação e acho que há um bom acasamento entre o turismo e o ambiente neste caso.

Ainda o entrevistado 5, chega mesmo a afirmar que o turista apresenta-se como mais-valia em termos de educação ambiental e que deveria ser tomado como exemplo, já que a nível da população o comportamento não beneficia o ambiente:

Os turistas são um grande exemplo de educação ambiental. Eles têm-nos ajudado, e muito, a mudar a nossa conduta. O turista quando compra uma garrafa de água, pegam do vasilhame metam na bolsa até encontrarem um sítio para colocar o vasilhame, e nós comemos um iogurte e tiramos o envasilham para o lado, sem contarmos que vai ser prejudicial ao meio ambiente. Mesmo em termos de utilização de outros materiais poluentes por exemplo na questão da produção da aguardente, e também a nível do concelho que vem criando problemas ambientais, não só devido a utilização da lenha, que vai eliminando as nossas pequenas florestas, mas também em relação a parte dos restos da “azugra”⁴, que é lançada na natureza e que vem criando contaminação. E temos mais problemas ambientais. A nível da educação ambiental precisa haver uma maior sensibilização das pessoas.

A entrevistada 4, partilha da mesma opinião de que os turistas estão mais conscientes dos riscos que a atividade apresenta para o ambiente:

Os turistas estão muito mais conscientes da proteção do meio ambiente, do que população de cabo verde. Por exemplo numa semana temos 30 a 45 turistas a andar. Se por cada dia que estes andam e consomem duas garrafas de água de 1,5 litros, são 120 garrafas por dia durante uma semana. Solicitamos encontro com o senhor da Purágua para estabelecer um sistema de trazer a água para os alojamentos para que os turistas possam encher as garrafas de água. Nós não usamos garrafas de 1,5 litros, compramos só os de 5 litros. Quando caminhamos em grupos, entregamos às pessoas, por exemplo de Lagoa e podem usar por exemplo para colocarem leite de cabra, ou grogue, mas acho que tem muitas coisas para fazerem ainda.

⁴ Azugra como é localmente chamado, é o resíduo pastoso e malcheiroso que resta após a destilação do caldo de cana-de-açúcar fermentado, para a produção da aguardente.

Para a mesma entrevistada, não só a população deveria aprender com o comportamento dos turistas, como também deveria ser colocados mais contentores nas localidades:

Quando deitam o lixo na ribeira ou a frente das suas casas os turista os ficam chocados, ao mesmo tempo precisam de um lugar onde devem colocar o lixo, ainda não é organizado, e tem de ser feito um trabalho enorme. A maioria turistas que vem tem boa educação ambiental, eles têm muita consciência ambiental.

b) Saneamento

A produção do lixo parece, de acordo com os entrevistados, a maior preocupação não só para as autoridade bem como para os operadores turísticos. Os responsáveis dos empreendimentos turísticos entrevistados no âmbito deste trabalho afirmam que, na medida do possível, tentam dar o melhor destino ao lixo produzido nos seus estabelecimentos.

O entrevistado 9, afirma que no seu estabelecimento faz-se a separação entre o lixo orgânico, utilizado na alimentação dos animais e na fertilização dos solos, e o lixo não orgânico que é depositados nos contentores que são recolhidos posteriormente pela câmara municipal:

O processamento de lixo é feito através da separação do lixo orgânico (que vai para as hortas, as galinhas, para os porcos dos vizinhos) e não orgânico que é depositado no contentor de lixo da Zona. O serviço de água e saneamento da zona é feito pela câmara municipal e funciona bastante bem, e isso deve-se muito a nossa aldeia que lutou muito por isto, porque antes o lixo era queimado, e poluía muito o ar que nós respirávamos.

Para o entrevistado 7, embora a situação venha sido melhorada, ainda existem alguns locais onde não se faz o correto tratamento do lixo:

Falta qualidade na limpeza. Temos alguns lugares que estão danificados por causa do lixo. Há muito lixo a volta das casas, mas desde os meus 10 anos em Cabo verde isso tem vindo a melhorar.

De acordo com a entrevistada 8 e falando da sua experiência, essas situações não são fáceis de se resolver:

No princípio tínhamos dificuldade no tratamento de lixo, começamos a falar com as pessoas, começaram a fazer campanhas de limpeza regulares. Constatamos que o facto de as câmaras municipais passarem a colocar contentores e a fazer uma recolha ocasional do lixo nas comunidades tem um efeito mais negativo do que positivo. Antes havia o cuidado de enterra o lixo agora isso já não se faz. Todo o lixo e colocado em contentores onde animais, crianças acabam por espalha-lo. É uma questão que devia ser trabalhada pelas câmaras municipais, seria mais fácil dar formação sobre compostagem, criar pequenos aterros onde as próprias as pessoas faziam isto. Isto é uma questão de educação da população.

Os entrevistados acreditam que as câmaras municipais têm tentado fazer o máximo em relação ao saneamento. O entrevistado 7, afirma que:

Acredito que as autoridades fazem o possível para a questão de água e saneamento funcione de forma correta.

A entrevistada 4, também faz uma avaliação positiva do trabalho feito pelas câmaras municipais:

Não temos conhecimento se as câmaras municipais tem um plano de turismo e não procurei também. Sei que por exemplo em um restaurante da Ponta do sol, onde a volta havia muito lixo foi feita uma solicitação à câmara em um dia tudo foi resolvido. Quando escrevemos, não somos estamos ignorados sobre estas situações, as coisas são sempre feitas e é na hora. Eles tem consciência que vivem muito através do turismo. Os caminhos são sempre bem tratados, depois de chuva, estragam, mas são sempre reparados rapidamente, as vezes é uma questão de uma semana.

c) Políticas de gestão ambiental

Não foi possível identificar projetos ou políticas específicas de gestão ambiental nos municípios. A gestão ambiental, de acordo com entrevistado 5, é feita em função dos recursos disponíveis:

Em termos ambiental tínhamos o projeto do PANA. Temos um plano que foi elaborado para o concelho e que previa várias ações. Infelizmente, por falta de recursos esse plano foi implementado durante dois anos com apoio da Holanda e depois faltou financiamento. Neste momento as câmaras trabalham de formam esporádicas, em função dos recursos que têm, vão fazendo investimento em termos de saneamento, recolha de lixo, hoje vemos o grande ganho que temos, fazemos recolha em todas as localidades do conselho, em termos do acesso a água temos uma cobertura de praticamente 100%, em termos da eletricidade, a sensibilização das pessoas para a não utilização da lenha evitando o extermínio das nossas pequenas florestas, a construção de casas de banho no meio rural apoiando as pessoas para de facto ter um saneamento mais adequado, o trabalho de melhoria das nossas orlas marítimas, a regulamentação da criação de animais nas proximidades das casas que vem criando problemas ambientais e graves, daí que há ações que vão sendo implementadas em função daquilo que são os recursos da câmara municipal, e há que ter em conta que há muitas prioridades sociais e quando assim é que temos de pensar primeiro nas pessoas.

O entrevistado 1, afirma que as medidas de proteção ambiental vão de encontro com o estipulado no código de postura municipal. O autarca afirma que a preocupação maior no município é em relação a lixeira:

O município tem medidas de proteção ambiental, a prova disso é o novo código de postura municipal que dá muita importância a proteção ambiental, mas independentemente de termos o código de postura ou não preocupamos com o ambiente e a prova está nas ruas estão sempre limpas, embora haja sempre a preocupação com a lixeira. A lixeira é uma questão que ultrapassa a gestão municipal. É uma lixeira utilizado por dois municípios e nós temos transmitido essa preocupação ao governo que tem sido sensível, mas não temos conseguido mobilizar os recursos

suficientes para ter um aterro de qualidade naquela região. O ambiente é sempre uma preocupação porque, se queremos ter turistas temos de cuidar do ambiente.

Em relação aos planos diretores municipais, como foi confirmado pelo entrevistado 5, estes não estão adaptados a atividade turística:

Os planos diretores municipais são documentos iminentemente teóricos, e nesse âmbito não se prevê nada sobre o turismo. Fala-se na parte teórica, naquilo que existe, como os caminhos vicinais que devem ser potenciados, na possibilidade da melhoria, reabilitação das orlas marinhas. No que concerne a estruturação turística, neste momento estamos a trabalhar num documento eu será aquilo que nós chamamos plano estratégico para o desenvolvimento do turismo e que vai definir uma visão específica para a ilha de Santo Antão. Ainda estamos na fase de arranque, mas a ideia é que possa abranger toda a ilha de Santo Antão.

O ordenamento do território, sobretudo a arquitetura e as construções foram amplamente referenciadas ao longo das entrevistas como sendo uma forte ameaça ao destino Santo Antão. O entrevistado 9, afirma que:

Tenho muitas críticas sobre a construção em Santo Antão. Não há nenhum controle. Não há proteção das zonas e nem regulamentos. Ultimamente parece que já funciona o controlo nas áreas protegidas onde não se pode construir. Muitas construções são inadequadas, construídas todas a beira das estradas cortando a vista para a paisagem. Acho que falta mesmo visão por parte das pessoas. Nos últimos 10 anos, por exemplo, a quantidade de casas a beira das estradas duplicou. Neste ritmo em cinco anos uma pessoa é capaz de apanhar um carro na cidade das Pombas e chegar a Cabo de Ribeira sem ver paisagem. Os turistas dizem: ah que pena, essas construções [...] algumas muito exageradas e inadequadas.

O entrevistado 7, também vê, na atual forma de construir, uma seria ameaça:

A principal ameaça, são as construções feitas a beira-mar e que estão a destruir a beleza natural. As câmaras municipais devem tentar melhorar a beleza do património visual, pelo menos das zonas que os turistas mais visitam. O desenvolvimento arquitetural, construção de prédios que tem um volume gigante, que não tem nada a ver com património imobiliário de Santo Antão, o património visual está-se a perder.

A entrevistada 8 afirma que a câmara municipal deve intervir para controlar este aspeto:

A câmara municipal não liga, em Ribeira da Torre encontramos prédios de 3 andares, portanto o vale está completamente destruída em termos paisagísticos, porque nunca nenhuma câmara interveio naquela área, podemos ter uma boa casa, com uma arquitetura integrada naquela área, e bem confortável. Metemos na cabeça que temos que fazer uma torre de betão para mostrar que temos poder económico e que a nossa casa é melhor do que a casa que os seus pais tinham.

Pode-se notar, pelas entrevistas que existem uma aparente falta de fiscalização ou pelo menos falta uma presença mais ativa das autoridades.

A entrevistada 10, afirma que a proteção ambiental:

Ultrapassa as competências do ministério do turismo investimento e desenvolvimento empresarial (MTIDE). É responsabilidade do Ministério do Ambiente e das câmaras municipais.

Quanto ao processo de licenciamento das instalações turísticas a mesma entrevistada aponta que:

No caso de investimentos para ilha de Santo Antão, os interessados devem contatar a direção regional Norte do ministério para solicitar o estatuto de utilidade turística para os empreendimentos turísticos que, após vistoria de abertura, são licenciados caso estiverem aptos para abertura. As Agências de viagens e turismo, agências de turismo e operadores turísticos devem solicitar a autorização de funcionamento também nessa mesma instituição.

O entrevistado 1, afirma ainda que para o licenciamento das construções deve-se apresentar sempre os estudos de impacto ambiental:

Existe uma legislação para o procedimento no âmbito do turismo, mas devo dizer que um dos principais procedimentos que devemos seguir é respeitar o ambiente, qualquer empreendimento turístico deve primeiro apresentar um estudo de impacto ambiental. Se o estudo de impacto ambiental for positivo é claro que depois temos que ir para outros aspetos, ver se está dentro daquilo que o plano diretor municipal prevê. Dentro dos instrumentos de gestão territorial, se cumprir todos os requisitos não haverá problema no licenciamento. Nós temos feito aquilo que é possível fazer e aquele que está dentro do nosso alcance. Relativamente aos padrões de qualidade nós fazemos a nossa fiscalização através do gabinete do ambiente, mas também em companhia com a delegacia de saúde, além de outros tipos de controlos que devem ser feitas por outras instâncias. Para a câmara municipal tem que se cumprir os requisitos de segurança, acessibilidade, de salubridade, e também as regras de edificação e construção.

d) Poluição sonora

A poluição sonora foi outro aspeto referido em algumas entrevistas. O problema ainda não é tão grande mas tende a crescer. Como fontes de poluição sonora além do barulho causado por pessoas foi referenciado também o causado por cães vadios, conforme os seguintes extratos:

Uma preocupação é que não há um regulamento dos Cães de rua, fazem muito barulho a noite. Cabo verde tem uma população muito jovem, então é normal, as festas de noite. Mas é preciso um controlo ou um regulamento, porque o barulho perturba muito os turistas de noite.

As vezes temos cachorros. Dos galos reclamam sempre, mas nunca é uma queixa de grande relevância. Quando sabemos que temos discotecas, colocamos os turistas em outros lugares, por exemplo em Caibros, mas sempre tentamos dar a nossa parte de informação para pessoas.

Em termos de poluição sonora, as discotecas, as festas providenciadas nos terraços, nos vales esta na moda os jovens investir em grandes equipamentos de som, onde cada um coloca as suas colunas na rua, não colocam músicas para eles, mas sim para todos ouvirem, as vezes são 4 aparelhos de músicas diferentes com má qualidade e não sabem lidar com o equipamento. É bastante perturbador porque fazem de dia e de noite, é uma falta de respeito.

Quando se fala de gestão sustentável do turismo a dimensão ambiental tende a chamar mais atenção muito por força da degradação ambiental que como se pôde ver não tem ligação direta com a atividade turística na ilha. Dentro desta dimensão da sustentabilidade

o que mais chamou a atenção dos entrevistados foram os aspetos ligados ao saneamento e ao urbanismo. Se item saneamento o trabalho das autoridades foi relativamente bem avaliado, já no aspeto das construções e do urbanismo houve duras críticas sobretudo a falta de controlo por parte das câmaras municipais.

Ficou claro que é preciso trabalhar a educação ambiental da população. Esta educação seria o caminho para se conseguir chegar à uma sustentabilidade ambiental, bem como uma maior articulação entre as entidades com responsabilidades nesta área. Neste ponto denota-se claramente que as dimensões ambientais estão intimamente ligadas e em certos aspetos dependente da dimensão sociocultural da sustentabilidade.

Pode-se concluir também que não existe uma relação ambígua entre a dimensão ambiental e a atividade turística desenvolvida na ilha de Santo Antão. Considera-se que a atividade turística na ilha ainda está numa fase inicial do seu crescimento e talvez por isso os impactos negativos para o ambiente ainda não se fazem sentir.

4.4. Aldeia Manga – Um Exemplo de Sustentabilidade

A Aldeia Manga é um empreendimento turístico vocacionado para o turismo rural. É um pequeno aldeamento com 6 unidades espalhadas por uma área verde de 7 mil m² situado a cerca de 5 km da cidade das Pombas, conselho do Paúl. A área verde é constituída por bananeiras, goiabeiras, mangueiras e bambu. Existem pontos com mesas e cadeiras, ou redes por baixo das grandes mangueiras perfeitas para relaxar após longas caminhadas ou simplesmente para descansar em tardes de verão apreciando uma leve brisa.

A piscina ou lago natural foi escavada manualmente e revestida com um plástico higiénico. O processamento da água é feita sem produtos químicos utilizando para o efeito a luz ultra violeta e filtros de esponja. Este processo permite que a água possa ser utilizada na irrigação.

Para além do alojamento a aldeia oferece os serviços de jantar, pequeno-almoço e pequenas refeições como piqueniques para pessoas que fazem caminhadas. As refeições são servidas no terraço ao lado da piscina, um espaço com capacidade para acolher 14 pessoas. Produtos agrícolas adquiridos localmente nos próprios produtores e peixe fresco são destaques duma ementa que busca ser a mais típica possível e que pode ser complementada com vinhos nacionais, doces, licores e o grogue de Santo Antão. Neste

espaço o visitante poderá ainda adquirir produtos do artesanato típico da região e navegar gratuitamente na internet.

A aldeia busca ser mais ecológica possível. Está bem integrada paisagística e ambientalmente mas sobretudo busca-se estar socialmente integrado na comunidade. Desde o início da sua construção, em 2008, tem-se utilizado materiais locais, como a pedra, o barro e a palha da cana-de-açúcar que é utilizada na cobertura das casas. Mesmo o mobiliário é todo ele construído na própria aldeia por trabalhadores locais, isto permite que a maior fatia do investimento, a mão-de-obra, seja gasta localmente. O objetivo é fazer com que o dinheiro ganho com a atividade turística da aldeia fique e seja aplicado na própria comunidade aumentando assim a qualidade de vida das pessoas.

Para os padrões de Cabo Verde, considera-se que no vale do Paúl haja água em abundância. A água que abastece a aldeia e a comunidade provem diretamente de uma nascente situada a cerca de 5 km da aldeia. Porque a água não é previamente tratada, na aldeia utiliza-se um sistema de filtragem e esterilização com base em microfiltros de luz ultravioleta C (UV-C) sem aditivos químicos. Este processo não só garante uma água limpa, segura e gratuita como também é ecológico uma vez que elimina, na aldeia, o consumo de garrafas de plástico.

Em termos de consumo de energia elétrica faz-se um esforço concertado para usar os recursos principalmente naturais. Na aldeia, 85% da necessidade de energética é atendida através de energia solar.

O processamento de lixo é feito através de separação entre lixo orgânico (que é utilizado como fertilizante para a agricultura, ou para alimentação de galinhas e porcos dos vizinhos) e o lixo não orgânico é depositado no contentor de lixo da comunidade.

Várias pessoas da comunidade trabalham direta ou indiretamente na aldeia. Os que trabalham diretamente tiveram formação e foram capacitados na própria aldeia. São constantemente acompanhados e capacitados por forma a responder com qualidade as exigências da atividade turística.

Os turistas mantêm contacto e interagem constantemente com as pessoas que trabalham na aldeia. Com as pessoas da comunidade a interação já é menor devido sobretudo as barreiras linguísticas. Na aldeia através dos rececionistas, busca-se saber constantemente

o nível de satisfação dos clientes quer a entrada, durante a estadia e na saída. Não se têm registado reclamações, e de acordo com o responsável, a percentagem de pessoas que, de livre vontade, deixam gorjetas é bastante significativa.

O impulsionador e dono do projeto tem partilhado sua visão e soluções com outras pessoas que também pretendem investir na atividade turística na ilha. Com base na revisão bibliográfica feita, pode-se afirmar que, a visão de gestão e desenvolvimento sustentável que se quer para a atividade turística na ilha de Santo Antão, está assim, bem plasmada na Aldeia Manga.

4.5. Impactos do Turismo em Santo Antão

Pelos dados estatísticos apresentados e depoimentos dos entrevistados torna-se claro que a atividade turística na ilha é ainda incipiente. Porém o destino não está imune a alguns impactos, positivos e negativos, provocados pela atividade turística.

Embora quando se fala em sustentabilidade e impactos do turismo a tendência seja de associar estes conceitos a questões ambientais e sociais, na realidade os impactos que neste momento a atividade provoca na ilha, e que foram verificados na fundamentação teórica, estão mais ligados aos aspetos económicos.

Em termos económicos a atividade turística tem contribuído para as receitas do Estado, com a criação de empregos e rendimentos estimulando assim o desenvolvimento local. Estes impactos positivos foram referenciados por Lickorish e Jenkins (2000), que apontam o primeiro impacto como sendo a nível nacional enquanto os restantes ocorrem a nível regional. A nível dos impactos negativos foram verificados os referenciados por Ignarra (2000), a sazonalidade e os riscos provocados pelos choques ou fatores externos. Não se constatou impactos referenciados como a inflação e o aumento do custo de vida.

Os impactos da atividade turística que puderam ser observadas no destino Santo Antão estão resumidos na Tabela 15 e que foi proposta por Petrocchi (2009). Na mesma tabela estão ainda assinalados os impactos indicados pelo autor mas que não se verificaram no destino.

Tabela 15 - Impactos do turismo no destino Santo Antão

	Positivos	Negativos
Económicos	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do rendimento e melhoria da qualidade de vida. • Contribuição para o PIB. • Oportunidade de empregos. • Contribuição para balança de pagamentos. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhores investimentos, mais desenvolvimento e melhoria das infraestruturas. • Novas áreas de lazer, atividades culturais e zonas comerciais. 	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Benefícios do turismo restrito a uma parcela da população. • Especulação imobiliária. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do custo dos serviços públicos. • Distorção no desenvolvimento de outros setores económicos. • Conservação da infraestrutura exclusivamente para o turismo. • Aumento do nível do custo de vida • Inflação e aumento geral dos preços.
Ambientais	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Justifica a conservação dos recursos naturais. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribui para o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental. • Apoio para restauração e preservação do património histórico e arquitetónico. • Melhorias infraestruturais no que concerne aos suprimentos de água, energia, telefone e serviços públicos em geral. 	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da poluição de modo geral e da contaminação. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deterioração física do ambiente. • Agressões aos ecossistemas gerais • Causa transtorno ao ciclo de vida natural. • Uso massificado de espaços públicos e de lazer.
Socioculturais	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento de infraestruturas utilizadas por turistas e residentes. • Melhora o conhecimento da cultura local. • Conhecimento de outras culturas e outras comunidades. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribui para a criação de identidade de uma comunidade (ou a sua consolidação). • Aumento na demanda de atividades culturais, exposições de arte, artesanato, etc. 	<p>Verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Efeito demonstração com a adoção de estilos de vida e hábitos e costumes dos visitantes. <p>Não verificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conflitos entre turistas e residentes. • Falsa autenticidade. • Aumento da criminalidade. • Transformações ou perdas na cultura tradicional. • Perda de tranquilidade no local.

Fonte: Análise do autor com base em Petrocchi (2009)

4.6. Princípios para a Implementação do Turismo Sustentável em Santo Antão

Pese embora o estado inicial da atividade turística na ilha de Santo Antão, o seu desenvolvimento, para que seja sustentável é necessária, desde já, a adoção de estratégias, política e práticas de gestão sustentáveis.

Os princípios de desenvolvimento sustentável enunciados pela OMT são aplicáveis, de acordo com o referencial teórico, a todas as formas e destinos turísticos. Por outro lado o conceito de turismo sustentável só pode ser aplicado eficazmente se houver indicadores de sustentabilidade úteis e confiáveis (JIAYING e NEPAL, 2009).

Não existem indicadores, dados ou estudos que levam a compreensão e conhecimento dos impactos do turismo na ilha. É necessário em primeiro lugar definir metodologias para a capacidade de carga dos atrativos turísticos do destino por forma a que se possa, de acordo com um dos princípios enunciados pela OMT, estimular a compreensão e conhecimento dos impactos do turismo sobre o ambiente natural, cultural e humano.

Como ficou demonstrado pelas entrevistas, as pessoas ainda não estão conscientes da importância dos recursos naturais e culturais. Esses recursos são sem dúvida de extrema importância não só para o bem-estar económico e social das comunidades de Santo Antão, bem como são fatores determinantes para o desenvolvimento da atividade turística. Neste sentido, torna-se necessário trabalhar no reforço da identidade e autoestima das pessoas bem como na conservação e preservação do património histórico, para que se possa incluir verdadeiramente os elementos culturais no produto turístico da ilha.

A atividade turística já tem tido algum impacto na redução da taxa do desemprego na ilha. Estes resultados poderão ser potenciados a medida que forem sendo criadas, tanto a nível do setor privado bem como através de incentivos do setor público, condições para o estabelecimento de pequenas indústrias locais, domésticas e lucrativas. Os investimentos deverão ser canalizados em pequenos hotéis ou outras formas de alojamento de media dimensão, restaurantes típicos e no artesanato.

Projetos desenvolvidos em áreas rurais têm provado que existe capacidade instalada para criação de pequenas empresas de exploração de produtos locais. Havendo uma maior concertação entre operadores, empresários e órgão de gestão pública e assumindo o

turismo definitivamente como motor de desenvolvimento esta atividade irá alavancar outros setores da economia.

Não só é preciso fomentar a melhoria das necessidades básicas de equipamentos em infraestruturas, que possam ser utilizadas pela comunidade local e pelos visitantes, nacionais e estrangeiros como também é necessário mais investimentos na formação. Neste aspeto, além de uma maior formação na consciência turística das comunidades é necessária a capacitação e especialização dos recursos humanos que trabalham na atividade turística.

As conclusões aquando da avaliação da participação dos atores locais na tomada de decisão estão em linha com a visão de Phillips appu Prosser (1994) de que controlo das atividades do turismo deve permanecer, na medida do possível, sob a responsabilidade das autoridades locais para que os benefícios resultantes da atividade possam ser redistribuídos equitativamente. Nesta avaliação ficou clara a necessidade de uma maior articulação entre os diversos atores do sistema turístico.

Um turismo de qualidade é o que se almeja para o Santo Antão. Para a maior parte dos entrevistados o destino não tem a qualidade que se quer e que é preciso para desenvolver a atividade turística na ilha. Para Hanai (2014) e Cunha (2006), a qualidade do turismo só pode ser garantida estabelecendo um equilíbrio adequado entre as três dimensões analisadas nesta dissertação, ou seja, garantindo a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

V

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este capítulo finaliza o trabalho apresentando as limitações, as principais conclusões e recomendações do estudo.

5.1. Conclusões e Recomendações

A ilha de Santo Antão é caracterizada por uma beleza paisagística com contrastes surpreendentes, microclimas diversos, relevo acidentado e montanhas imponentes. A população é caracterizada por sua gente genuína, solidárias e de uma morabeza invulgar. Esses traços, conferem uma paisagem natural e humana que constitui um recurso importante para o desenvolvimento da ilha, acentando um turismo cultural e de natureza.

O crescimento da atividade turística é tida como a alavanca do desenvolvimento da ilha de Santo Antão com impactos significativos a nível da geração de emprego e de rendimentos para a população. Porém, a atividade turística ainda é muito incipiente e seus impactos tanto a nível económico como social e ambiental ainda são pouco significativos. Pese embora o problema da sazonalidade que influi grandemente na frequência turística. Muitas vezes, por desconhecimento e falta de informação, o turista acaba por passar menos tempo na ilha de Santo Antão. Neste sentido, a imagem turística da ilha carece de maior e melhor divulgação e promoção, junto dos mercados nacional e internacionais.

Para que a atividade turística na ilha de Santo Antão seja viável, mesmo estando numa fase ainda incipiente do seu crescimento, é indispensável que o seu desenvolvimento seja equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais evitando, deste modo, que o turismo destrua as bases que o fazem existir no presente.

O objetivo desta dissertação foi analisar o processo de gestão do destino turístico da ilha de Santo Antão e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da sua gestão com enfoque na sustentabilidade. Para se atingir este objetivo geral, propôs-se alguns objetivos específicos que foram verificados de acordo com os resultados do capítulo IV.

No ponto 4.3 desta dissertação através da análise do papel do Estado no desenvolvimento do turismo, fez-se o levantamento dos planos e linhas estratégicas existentes para o destino turístico de Santo Antão. Este objetivo foi ainda reforçado com os depoimentos constantes no ponto 4.3, a análise das dimensões da sustentabilidade.

No ponto 4.2 fez-se a caracterização do destino turístico de Santo Antão. A identificação de projetos e investimentos existentes no domínio do turismo na ilha foi feita nos pontos 4.2 e 4.3 desta dissertação. No ponto 4.4 foi destacado um investimento com enfoque na sustentabilidade;

Através da análise das dimensões da sustentabilidade feita no ponto 4.3 elencou-se as deficiências e os desafios que se colocam a nível da sustentabilidade do destino turístico de Santo Antão. Esta análise permitiu propor diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão do destino turístico sustentável.

Esta dissertação teve como ponto de partida a seguinte questão: *Como está sendo desenvolvida a gestão do destino turístico da ilha de Santo Antão?*

Tendo em conta os objetivos definidos procedeu-se ao diagnóstico para a gestão sustentável do destino Santo Antão com base nas dimensões económicas, socioculturais e ambientais da sustentabilidade.

Na ausência de dados e indicadores que permitissem uma mensuração mais objetiva da sustentabilidade optou-se por uma metodologia qualitativa para analisar a realidade e o contexto da ilha como um todo. Foram feitas entrevistas com atores do setor turístico da ilha e realizadas pesquisas documentais que serviram de base para o diagnóstico e análise da gestão do destino turístico de Santo Antão com enfoque na sustentabilidade.

Da análise nota-se um certo equilíbrio entre as dimensões da sustentabilidade embora o fluxo ainda reduzido de turistas faça com que se priorizem os itens ligados a dimensão económica. Recomenda-se porém que seja dada atenção a itens das dimensões socioculturais e ambientais uma vez que o foco somente na dimensão económica poderá pôr em causa o desenvolvimento sustentável do destino. O conceito de sustentabilidade do turismo está ligado a três aspetos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio. Para pôr em prática a gestão sustentável, além do planeamento estratégico é necessário ter em conta a capacidade de carga.

A determinação da capacidade de carga é outro aspeto determinante para a implementação do turismo sustentável na ilha de Santo Antão. Este indicador não deve limitar-se apenas em definir o número máximo de turistas que a ilha, ou áreas, pode receber. É necessário analisar a capacidade de carga social, ou seja, o nível de atividade turística acima do qual produz mudanças negativas na população local, e a capacidade de carga do turista que é entendido como o nível acima do qual a satisfação do visitante diminui desfavoravelmente.

A implementação da CST é igualmente importante para o planeamento turístico uma vez que reflete o impacto real do setor do turismo na economia bem como acompanhar e avaliar o desenvolvimento turístico na ilha de Santo Antão.

Foi amplamente reconhecida a necessidade da planificação turística para que o destino de Santo Antão seja sustentável. Para isso, é necessária a elaboração de planos e estudos sobre o turismo que tenham em conta as especificidades próprias da ilha. Estes planos devem almejar o crescimento da atividade turística na ilha tendo em conta princípios de sustentabilidade estabelecendo um equilíbrio adequado entre as dimensões ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento turístico para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

O governo de Cabo Verde elaborou em 2010 o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde – para o triénio 2010 a 2013*. O plano foi determinante na identificação das potencialidades e oportunidades de cada ilha, embora constatou-se nesta pesquisa, que o plano não tem em conta as especificidades e particularidades da atividade turística de Santo Antão. Constatou-se também que alguns atores locais não foram tidos em conta aquando da elaboração do referido plano.

Todos os atores envolvidos na atividade turística da ilha de Santo Antão devem estar conscientes dos impactos que a actividade provoca e procurar antecipar e reduzir as consequências nefastas associadas à actividade turística.

Para que o turismo seja efetivamente uma atividade sustentável na ilha de Santo Antão, é preciso a participação da comunidade, esta deve estar envolvida, comprometida e sensibilizada para que possa tirar mais proveito das oportunidades sobretudo através da diversificação da economia local e incentivo ao resgate de atividades tradicionais como a agricultura, artesanato, pesca, entre outras.

A necessidade de sensibilizar a comunidade para o turismo sustentável foi identificado nesta pesquisa como essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação, o investimento nas potencialidades que o destino de Santo Antão oferece para que estes, através da atividade turística, possam, por sua vez, contribuir para a criação de emprego, melhoria da qualidade de vida, promoção da inclusão social, criação de micro e pequenos negócios, diminuição do êxodo rural e o aumento da auto-estima das comunidades.

Uma comunidade mais sensibilizada estará mais apta a melhorar a sua consciência ambiental e a adotar comportamentos que propiciam a conservação dos recursos naturais da ilha por forma a complementar os rendimentos das populações das comunidades trazendo assim novos usos e valor ao património natural. O incremento do rendimento permitirá maiores investimentos e servirá de suporte a economia local encorajando a diminuição do êxodo rural evitando congestionamentos em zonas urbanas. O planeamento, o desenho e a implantação das construções turísticas e não só, nestas áreas, deve ser compatível e, se possível, favorecer a paisagem local;

No momento da realização da pesquisa notou-se claramente uma deficiente planificação e ordenação turística. Ficou patente que o turismo típico da ilha de Santo Antão ainda tem margem para crescer em quantidade. Porém, existe uma ausência de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento desta atividade na ilha. Os planos diretores municipais não estão preparados para o desenvolvimento e incremento da atividade e não existem padrões formais de avaliação da qualidade dos empreendimentos e serviços turísticos da ilha. Por outro lado, o controlo também deve ser feito a nível das construções nas comunidades que muitas vezes desfiguram o património natural causando em muitos casos problemas como a contaminação de lençóis freáticos através de fossas sépticas, surgimento de focos de lixo, poluição e derrube de árvores. Para debelar estes problemas deve haver uma maior coordenação entre o poder local, câmaras municipais e serviço autónomos com o poder central nomeadamente o Ministério do Ambiente e a DGT.

Embora tenha havido avanços significativos, existe ainda pouca coordenação entre os diversos atores do setor turístico. São poucas as associações comunitárias que encaram a atividade turística como mais-valia para as comunidades. A associação Atelier-Mar deve servir de referência pelos projetos já desenvolvidos, sobretudo em Lajedos no município do Porto Novo. As câmaras municipais não têm tido muita responsabilidade em matéria do desenvolvimento turístico na ilha de Santo Antão muito por culpa do quadro jurídico-legal atual, embora o seu papel na manutenção de infraestruturas e recursos turísticos seja de suma importância. Os operadores turísticos não têm trabalhado de forma articulada na promoção do destino de Santo Antão. A DGT tem vindo a trabalhar em parceria com as câmaras municipais e operadores locais. O Estatuto de Utilidade Turística apresenta-se como importante instrumento sobretudo de incentivo ao investimento na atividade turística da ilha.

A nível de infraestruturas e serviços foi identificado nesta pesquisa a necessidade de se adaptar o sistema de saúde e de proteção civil às exigências do setor turístico, a conclusão de alguns projetos em curso como a estrada de ligação Porto Novo - Tarrafal de Monte Trigo e a implementação da segunda fase de expansão do cais do Porto Novo, efetivação do programa de valorização do grogue e aprofundar os estudos para a construção do aeroporto de Santo Antão.

A partir dos aspetos apresentados na análise das dimensões da sustentabilidade, bem como nos princípios para gestão sustentável do destino Santo Antão, esta dissertação apresenta-se como importante contribuição para o desenvolvimento da atividade turística na ilha. Foram apresentadas propostas para a melhoria da gestão do destino Santo Antão com enfoque na sustentabilidade, o que nos leva a concluir que esta dissertação cumpriu o objetivo proposto servindo, a nível teórico e prático de apoio a investigadores, empresários e decisores públicos.

Uma das limitações desta dissertação advém da própria natureza da pesquisa, que, por ser qualitativa, o investigador é o principal instrumento de coleta de dados havendo a subjetividade do pesquisador envolvida na própria pesquisa. Dada a limitação de tempo e recursos, outro fator que dificultou a realização do estudo foi a dificuldade em contactar alguns gestores na ilha de Santo Antão. Este aspeto foi contornado recorrendo a videoconferências e pesquisa documental. A ausência de dados e indicadores específicos para a ilha de Santo Antão dificultou, em alguns momentos, a confrontação das afirmações dos entrevistados com dados concretos e reais.

Como recomendações, estudos futuros deverão considerar:

- Aprofundar este estudo com indicadores e dados quantitativos;
- Desenvolver indicadores de sustentabilidade que possam ser aplicados ao destino;
- Aprofundar a discussão envolvendo outros atores que participam na atividade turística;
- Realizar estudos comparativos entre o destino Santo Antão e outros destinos insulares;
- Ampliar o estudo analisando os outros destinos existentes no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alucinio, M. P. (2001). *Turismo e estâncias: Impactos e Benefícios para os Municípios*. São Paulo: Futura.
- A Nação Online (2015). *INE prepara novos dados para este semestre*. Obtido em 02-06-2015, de A Nação Online Atualidades: <http://anacao.cv/2015/05/03/ine-prepara-novos-dados-para-este-semester/>
- ASA (2013). *Estatística de Tráfego nos Aeroportos de Cabo Verde e na FIR Oceânica do Sal 2012 e 2013 (Janeiro a Outubro)*. Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, Sal, Cabo Verde.
- ASA (2014). *Relatório Estatístico de Tráfego nos Aeroportos e na Fir Oceânica do Sal - 1º Trimestre 2014*. Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, Sal.
- Banerjee, B. S. (2003). Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reinvention of Nature. *SAGE Organization Studies*, 24(1), p. 143-180.
- Barreto, M. (2014). *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Barros, A. S. e Lehfeld, N. S. (2007). *Fundamentos de Metodologia Científica* (3ª ed.). São Paulo: Pearson.
- BCV (2014). *Relatório Anual 2013*. Banco de Cabo Verde, Cidade da Praia, Cabo Verde.
- Borbosa, A. J. (2011). *Modelo para a gestão integrada do produto turístico global, Uma contribuição para o desenvolvimento de Santo Antão*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Brito, M. C. e De Sá, H. S. (2014). Planejamento turístico: estudo de caso da cidade de. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7(1), p. 138-150.
- Butler, R. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 1(1), p. 7-25.
- Campos, J. (2004). Método de Análise De Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), p. 611-614.
- Candiotto, L. Z. (2011). Considerações sobre o Conceito do Turismo Sustentável. *Revista Formação*, 16(1), p. 48-59.
- Carvalho, P. (2009). *Planeamento, redes territoriais e novos produtos turísticos ecoculturais*. Cidade da Praia, Cabo Verde.
- Chaebo, G., & Guimarães, T. (2014). Zona de Transição dos Paradigmas Funcionalista e Interpretativista. *Desafio*, 2(2), p.662-673.

- CMRG (2011). *Proteção Civil*. Obtido em 06 de 06 de 2015, de Câmara Municipal de Ribeira Grande: http://www.cm-rg.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=502
- Cornelia, E. T. e Anca, G. T. (2008). Types and Forms of Tourism. *Acta Universitatis Danubius : Oeconomica*, Vol.4(1).
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa, Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Crotty, M. (2003). *The foundations of social research*. Australia: Sage.
- Cunha, L. (2006). *Economia e politica do Turismo*. Portugal: Verbo.
- Cunha, L. (2009). *Introdução ao Turismo*. Lisboa - São Paulo: Verbo.
- CV (30 de Dezembro de 1991). Lei de base do Turismo - LEI Nº21/IV/91. *Boletim Oficial de Cabo Verde nº 52*. Praia, Cabo Verde.
- DGT (2010). *Plano Estratégico Para O Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010 - 2013*. Ministério de Economia Crescimento e Competitividade.
- DGT (2015). *Inventário dos recursos turísticos do município da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão*. Direcção Geral Do Turismo, São Vicente, Cabo Verde.
- DGT (2015). *Inventário dos recursos turísticos do Município do Porto Novo, Ilha de Santo Antão*. Direcção Geral do Turismo, São Vicente, Cabo Verde.
- Dias, R. (2003). *Planeamento do Turismo-Politica e Desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Dias, R. (2008). *Turismo Sudentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas.
- Dias, R. (2013). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, SA.
- Dias, R. e Cassar, M. (2005). *Fundamentos do marketing turístico*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Doris Ruschmann, K. S. (2006). *Planeamento Ruristico*. Manole.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, 24, p. 213-225.
- EHTCV (2013). *Historial*. Obtido em 10 de 06 de 2015, de Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde: <http://www.ehtcv.edu.cv/index.php/ehtcv/historial>
- Ensslin, L., Neto, G. M. e Noronha, S. M. (2001). *Apoio a decisão, Metodologia para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas*. Florianópolis: Isnular.
- Ethical Traveler. (2015). *The World's Ten Best Ethical Destinations 2015*. Ethical Traveler, Berkeley, USA. Obtido de http://www.ethicaltraveler.org/wp-content/uploads/2014/12/ethical_destinations_2015.pdf
- Feijó, C. A. (2004). *Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil*. Rio De Janeiro: Campus.
- Filho, M. F. e Filho, E. A. (2013). *Planejamento da Pesquisa Científica*. São Paulo: Atlas.
- FMI (2014). *CABO VERDE - STAFF REPORT FOR THE 2014 ARTICLE IV CONSULTATION*. International Monetary Fund, Washington.

- FMI (2015). *Statement at the Conclusion of an IMF Mission to Cabo Verde*. International Monetary Fund.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2012). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Hanai, F. Y. (2014). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Turismo: estudos e práticas*, 8(1), p. 198-231.
- Ignarra, L. R. (2000). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- INE-CV (2015). *Estatísticas do Turismo Movimentação de Hóspedes - 2014*. Instituto Nacional de Estatística, Praia, Cabo Verde.
- INE-CV (2015). *INE - Censo 2010*. Obtido em 04-06-2015, de Portal do Instituto Nacional de Estatística: www.ine.cv/censo/censo2010.aspx
- INE-CV (2015). *Inventario Anual de Estabelecimento Hoteleiro 2014*. Instituto Nacional de Estatística, Praia, Cabo Verde.
- INE-CV (2015). *Missão de trabalho ao ISTAC*. Obtido em 02/06/2015, de Portal do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.cv/destaques/view.aspx?n=1042>.
- Jiaying, L. e Nepal, S. (2009). Sustainable tourism research: an analysis of papers published. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), p. 5-16.
- Körössy, N. (2008). Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2), p. 56-68.
- Lickorish, L. J. e Jenkins, C. L. (2000). *Introdução ao Turismo*. Rio Janeiro: Campus.
- MAAP (2004). *PANA II*. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, Praia, Cabo Verde.
- MAHOT (2014). *Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Obtido em 10-06-2015, de Áreas protegidas de Cabo Verde: <http://www.areasprotegidas.gov.cv/index.php/pt/areas-protegidas/rede-nacional-de-areas-protegidas>
- Marconi, M. D. e Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marujo, M. N. e Carvalho, P. (Outubro de 2010). Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Sustentavel. *Turismo & Sociedade, Curitiba*, 3(2), p. 147-161.
- Mendonça, A. O., & Videira, A. P. (2007). Progresso científico e incomensurabilidade em Thomas Kuhn. *Scientia e Studia*, pp. 169-183.
- MFP (2001). *Programa de acção nacional para o decénio 2001-2010*. Praia, Cabo Verde.
- MFP (2002). *PND 2002-2005*. Praia: Direção Geral Património.
- Ministério da Saúde. (2012). *RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2011*. Ministério da Saúde, Praia, Cabo Verde.
- Moniz, A. I. (2006). *A Sustentabilidade Do Turismo - o Caso dos Açores*. Açores.
- Morillo, M. M. (2011). Turismo y producto turístico. Evolucion, conceptos, componentes y clasificacion. *Revista Visión Gerencial 10.1* (2011).

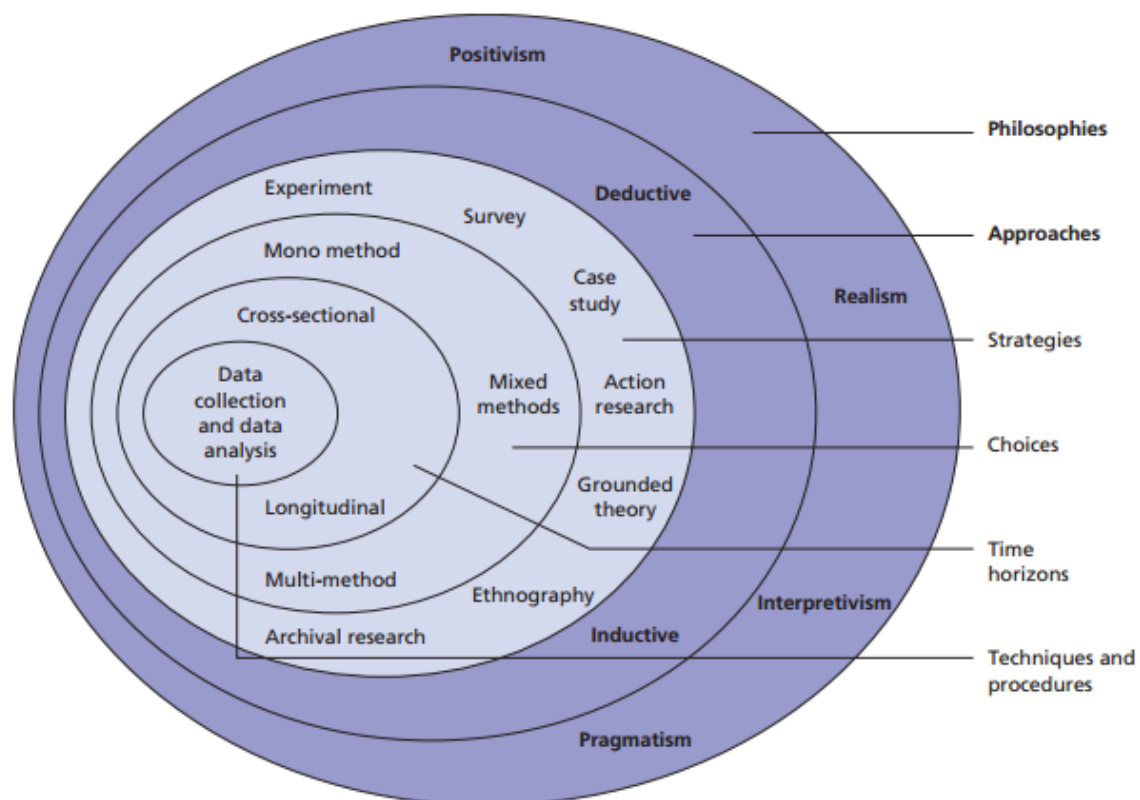
- MTIE-DGT (2010). *Plano de Marketing do Turismo de Cabo Verde, 2010-2013*. IPDT – Instituto de Turismo, Praia, Cabo Verde.
- MTIE-DGT (2014). *Plano Estratégico do Turismo de Cruzeiros de Cabo Verde*. Ministério do Turismo, Indústria e Energia | Direcção Geral do Turismo, Praia, Cabo Verde.
- Neto, F. (2003). A new approach to sustainable tourism development: Moving beyond environmental protection. *Natural Resources Forum*, 27(3) p. 212-222.
- Nogueira, M. (1987). O Papel do Turismo no Desenvolvimento Económico e Social do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 21(2), p. 37-54.
- OMT (1999). *Tourism Satellite Account: The conceptual Framework*.
- Pdconsulting. (2010). *Plano estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em CV*. Praia, Cabo Verde.
- Perdigão, D. M., Herlinger, M. e White, O. M. (2012). *Teoria e Prática da Pesquisa Aplicada*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Petri, M. S. (2005). *Modelo para apoiar a avaliação das abordagens de gestão de desempenho e sugerir aperfeiçoamentos: sob a ótica construtivista*. Florianópolis.
- Petrocchi, M. (2009). *Turismo Planeamento e Gestão*. São Paulo: Pearson Hall.
- Polícia Nacional. (2015). *Dados Estatísticos Polícia Nacional*. Obtido em 06 de 06 de 2015, de Polícia Nacional: http://www.policianacional.cv/index.php/component/docman/cat_view/78-estatisticas-2012?Itemid=129
- Reis, V. V. (2002). *Cabo Verde - Estratégias de Desenvolvimento In Cadernos de Economia*. Lisboa.
- Richardson, J. R. (1999). *Pesquisa Social, Métodos e Técnicas* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Ruschmann, D. (2002). *Turismo no Brasil Análise e Tendências*. Manole.
- Ruschmann, D. (2008). *Turismo e Planeamento Sustentável*. Campinas - São Paulo: Papirus.
- Ruschmann, D. e Solha, K. (2006). *Planeamento Turístico*. SP-Brasil: Manole.
- Ruschmann, D. e Widmer, G. (2000). *Planejamento turístico*. São Paulo: Senac.
- Saraniemi, S. e Kylänen, M. (2011). Problematizing the Concept of Tourism Destination: An Analysis of Different Theoretical Approaches. *Journal of Travel Research*, 50(1), p. 133-143.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students* (Vol. 5ª). England: Pearson Education.
- Schulte, S. (2003). *Guía conceptual y metodológica para el desarrollo y*. Santiago de Chile: CEPAL.
- SDTIBM (2013). *Contas Satélites vão medir os efeitos económicos do Turismo*. Obtido de em 02/06/2015, de sdtibm.cv.
- Sharpley, R. (2010). The Myth of Sustainable Tourism. *Center for Sustainable Development*.
- SIA (2015). *Biodiversidade: Ambientalistas e operadores turísticos defendem implementação do parque natural de Tope de Coroa*. Obtido em 12 de 06 de 2015, de Sistema de Informação Ambiente: <http://www.sia.cv/index.php/teste/148-actualidades/855-biodiversidade->

ambientalistas-e-operadores-turisticos-defendem-implementacao-do-parque-natural-de-tope-de-coroa

- Silva, A. e Fossá, M. (2013). Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília.
- Suddhendu, M. N. e Sapan, S. K. (2008). *Basics Of Tourism Management*. New Deli: Excel Books.
- Tosun, C. e Jenkis, L. (1996). Regional planning approaches to tourism development: The case of Turkey. *Tourim Management*, 17 (7), p. 519-531.
- UN/WTO (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. New York: United Nations.
- UN/WTO (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. New York: United Nations.
- UNEP/WTO (2005). *MAKING TOURISM MORE SUSTAINABLE: A Guide for Policy Makers*. United Nations Environment Programme e World Tourism Organization.
- UNWTO (2015). *UNWTO*. Obtido em 04/05/215, de World Tourism Organization: <http://www2.unwto.org/>
- UNWTO e EC (2013). *Sustainable Tourism for Development Guidebook*. European Commission.
- UN/WTO (2010). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. Luxembourg, Madrid, New York, Paris, 2010.
- Vieira, J. M. (2007). *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo Uma Perspectiva estrategica*. Lisboa-São Paulo: Verbo.
- World Bank, T. (2015). *Cabo Verde Aspectos gerais*. Obtido em 01 de 06 de 2015, de The World Bank: <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>
- WTTC (2014). *Travel & Tourism Economic Impact 2014 Cape Verde*. World Travel & Tourism Council, London.
- Zhenhua, L. (2003). Sustainable tourism development: a critique. *Journal of Sustainable Tourism* 11 (6), pp. 459-475.

ANEXOS

Anexo 1 – The research ‘onion’



Fonte: Mark Saunders, Philip Lewis, Adrian Thornhill (2009)

Anexo 2 - Guião de Entrevista para agências de viagens

1. Nome? Nacionalidade? Município? Ilha?
2. Empresa/Agência que representa?
3. Como e quando teve início a atividade turística da sua agência na ilha?
4. Como foi o desenvolvimento do turismo até os dias de hoje?
5. Quem são os principais clientes?
6. Qual é o nível de satisfação dos clientes?
7. Quais as principais reclamações?
8. Que tipos de turismo e produtos oferecidos pela agência? Por município? Quais os mais procurados pelos turistas?
9. Como fazem a promoção do destino? Quais os fatores críticos?
10. Análise SWOT – Forças – Fraquezas – Oportunidades – Ameaças
11. Dimensões da sustentabilidade (Económica, Sociocultural, Ambiental)
12. Como avaliam os gestores e responsáveis públicos pela área do turismo?
13. Qual a capacidade em relação ao alojamento, restauração e transporte na ilha?
Qual é a vossa avaliação?
14. Quais são os recursos turísticos e quais os produtos típicos do destino Santo Antão?
15. Quais os destaques em relação aos eventos e cultura oferecidos na ilha?
16. Em termos sociais e culturais quais os pontos fortes e fracos do destino?
17. Responsabilidade social e formações? Se sim fala sobre ela.
18. Qual é o impacto do turismo na vida das pessoas?
19. O pessoal que trabalha na agência tem formação em turismo?
20. Qual é e como funciona a relação da sua instituição com os demais atores do sistema turístico do município ilha ou região?
21. Em termos ambientais quais os pontos fortes e fracos do destino?
22. Qual é o nível de sensibilidade dos turistas em relação ao ambiente?
23. Medidas de proteção ambiental? Quais?
24. O que precisa ser melhorado?
25. Como acha que tem evoluído o turismo e como acha que vai evoluir no futuro?

Anexo 3 - Guião de Entrevista para decisores do setor público

1. Nome? Nacionalidade? Município?
2. Instituição que representa?
3. Como e quando teve início a atividade turística no município?
4. Como foi o desenvolvimento do turismo até os dias de hoje?
5. Breve análise SWOT do município ou destino Santo Antão
6. Dimensões da sustentabilidade (Económica, Sociocultural, Ambiental)
7. Que tipos de turismo são desenvolvidos no município?
8. Quais são os recursos turísticos e quais os produtos típicos?
9. Quais os destaques em eventos e cultura oferecidos no município?
10. Qual a responsabilidade ou papel da sua instituição no setor do turismo?
11. O município tem uma política de turismo? Se sim fala sobre ela.
12. Possui um plano diretor (territorial, ambiental) para o turismo?
13. A instituição tem pessoal qualificado nas áreas de gestão turística?
14. Qual é e como funciona a relação da sua instituição com os demais atores do sistema turístico do município ilha ou região?
15. Qual é o envolvimento da população no desenvolvimento do turismo?
16. O município possui incentivos para conservação do património natural e cultural? Como funcionam?
17. O município possui medidas de proteção ambiental? Quais?
18. Quais os impactos positivos e negativos que o turismo tem no seu município ou na ilha?
19. Quais são os procedimentos de licenciamento para instalações turísticas?
20. Como o município controla os padrões de qualidade dos serviços e das instalações turísticas?
21. Seu município adotou alguma política para o desenvolvimento sustentável? Quais as ações já realizadas?
22. Qual é a relação do município com o governo no que concerne ao turismo? Existe cooperação com o governo e demais municípios da ilha?
23. O que falta para que o município atinja um turismo ideal?
24. Como acha que tem evoluído o turismo e como acha que vai evoluir no futuro?

Anexo 4 - Guião de Entrevista para gerente ou responsável de empreendimento ou serviço turístico

1. Nome? Nacionalidade? Município?
2. Empresa ou Serviço que representa? Nacionalidade dos donos?
3. Quais as atividades da empresa ou serviço?
4. Como e quando nasceu a empresa ou serviço?
5. Fez-se algum estudo de viabilidade ou planeamento antes de criar a empresa ou serviço? Se sim foi apoiado por alguma entidade publica?
6. Como é divulgado o empreendimento ou serviço?
7. Quais os produtos e serviços que oferecem aos turistas?
8. Quais os recursos de destaque de Santo Antão e quais os principais locais de interesse por parte dos turistas?
9. O empreendimento busca saber da satisfação do cliente? Como?
10. Qual é a relação do empreendimento ou serviço com a população local?
11. O empreendimento compra produtos locais?
12. Dá emprego a população local?
13. Dá formação aos empregados?
14. Como é a relação dos turistas com a população e cultura da zona? Os costumes ou tradições mudaram com o turismo?
15. O empreendimento usa apenas energia elétrica convencional ou usa outras fontes; Se sim quais ou porquê?
16. Como é feito o processamento do lixo?
17. O empreendimento tem preocupação com economia de água e energia? O que tem feito sobre isso?
18. O empreendimento tem alguma preocupação com a sustentabilidade do turismo? Se sim como?
19. O que acha do trabalho da camara municipal na área de turismo?
20. Na sua opinião quem deve apoiar o setor do turismo na ilha?
21. O que acha que deve ser feito para melhorar o turismo na ilha?
22. Como acha que tem evoluído o turismo e como acha que vai evoluir no futuro?

Anexo 5 – Conta Satélite do Turismo - Tables, accounts and aggregates

TABLE	TITLE
1	Inbound Tourism Consumption according to Products and Categories of Visitors
2	Internal Tourism Consumption according to Products and Groups of Resident Visitors
3	Outbound Tourism Consumption according to Products and Visitor Categories
4	Internal Tourism Consumption according to Products and Forms of Tourism
5	Production Accounts of Tourism and Other Industries
6	Internal Tourism Supply and Consumption according to products
7	Employment in Tourism Industries
8	Tourism Gross Fixed Capital Formation of Tourism Industries and Other Industries
9	Tourism Collective Consumption according to Functions and Levels of Government Administrations
10	Nonmonetary indicators

Fonte: UN/WTO (2010). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*.

Anexo 6 – Termo de consentimento livre e esclarecido

INFORMAÇÃO AO ENTREVISTADO

Este documento serve para garantir que participa na pesquisa “O Destino Turístico de Santo Antão: Diretrizes para o aperfeiçoamento da gestão com enfoque na sustentabilidade” após ter sido devidamente informado/a e esclarecido/a acerca das condições de participação.

Pretende-se com este estudo, nomeadamente através da realização de entrevistas, analisar o processo de gestão do destino turístico da ilha de Santo Antão.

A sua participação é fundamental para a coleta de dados sobre a atividade turística desenvolvida na ilha.

A pesquisa realizada no âmbito do curso de mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Universidade do Mindelo, está a ser desenvolvido pelo mestrando Filipe Mandl, sob orientação do Doutor Juscelino Dias (juscelino.dias@uni-mindelo.edu.cv).

A entrevista é conduzida pelo mestrando Dr. Filipe Mandl (telf.: 984 93 95; e-mail: filipemandl@uni-mindelo.edu.cv) e tem a duração estimada de 40 minutos.

Para facilitar a recolha e a análise da informação, pedimos a sua autorização para proceder à gravação da entrevista. O mestrando Dr. Filipe Mandl poderá contactá-lo/a novamente para confirmar e/ou obter novas informações.

A informação recolhida é confidencial (apenas a equipa de estudo) terá acesso a toda a informação e será tratada e conservada de forma anónima.

Os resultados apenas serão divulgados em contexto científico (em apresentações ou publicações), sem nunca revelar/divulgar a sua identidade.

A equipa de investigação envolvida neste estudo garante que o material resultante da entrevista será armazenado em local seguro, de forma anónima, durante pelo menos 5 anos.

Sua participação é completamente voluntária e a decisão de não participar, total ou parcialmente, não lhe trará qualquer prejuízo. Poderá desistir a qualquer momento e, se preferir, a informação já recolhida poderá ser imediatamente destruída.

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que:

- i) Recebi uma cópia deste documento;
- ii) Li e compreendi a informação que consta neste documento e que fui devidamente informado/a e esclarecido/a acerca dos objetivos e das condições de participação neste estudo;
- iii) Tive oportunidade de realizar perguntas e de ser esclarecido/a acerca de outros aspetos;
- iv) E que, como tal, aceito participar voluntariamente neste estudo.

Data: ____/____/____

O/a participante: _____

Pela equipa de investigação: _____

Gostaria de ter acesso/conhecimento dos resultados deste estudo? ☐ Sim ☐ Não

Agradecemos a sua participação.

